

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

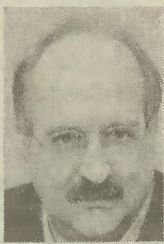
Semanário • ISSN 0870-1865 • 8 de Abril de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1323 • Director: José Casanova

## PCP reclama fim da agressão à Jugoslávia e dissolução da NATO

Págs. 14 e 15

## EM FOCO Rendimento mínimo na hora do balanço

Os fenómenos da exclusão social e da pobreza, o seu alastramento, a complexidade e o carácter multidimensional dos problemas são objecto de um conhecimento cada vez mais completo e rigoroso.



■ Edgar Correia Pág. 18

## A VII Legislatura

O ano decorrido entre Setembro de 1996 e Setembro de 1997 constitui o verdadeiro miolo da VII Legislatura, quer pela importância estruturante das matérias discutidas quer pela forma como elas condicionaram a vida do país e os próprios trabalhos da Assembleia da República no período seguinte, até ao momento.

■ João Amaral Pág. 19

## JUVENTUDE Delegados estrangeiros no Congresso da JCP Dos sonhos às lutas comuns

Págs. 10 e 11

# AS CAUSAS DA POBREZA

Pág. 5

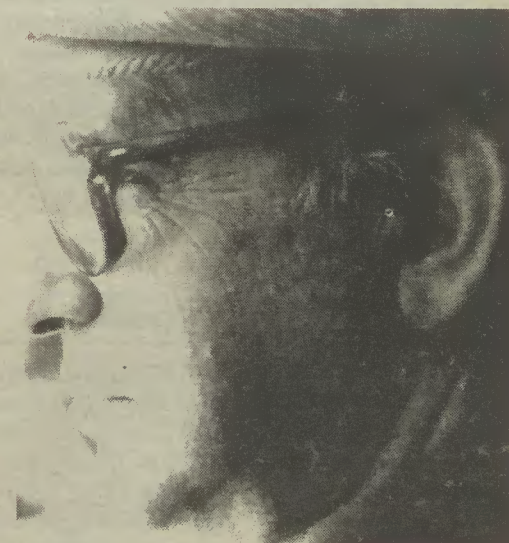


ENCONTRO NACIONAL  
PCP

10.ABRIL.1999  
10H30  
HOTEL ALTIS - SALA EUROPA  
LISBOA

com  
Ilda Figueiredo  
e  
Carlos Carvalhas

## Ao olhar o passado preocupo-me com o humano



Centrais **Entrevista com Borges Coelho**



## EDITORIAL

## Pela paz. Contra a guerra



O PCP promove debate sobre pobreza e exclusão social

## RESUMO

31  
Quarta-feira

João Amaral, Manuel Alegre e Mota Amaral, vice-presidentes do PCP, de PS e do PSD na Assembleia da República, subscrevem um documento que apela para o fim das operações da NATO e um rápido recomeço das negociações sob a égide da ONU ■ António Guterres, em visita oficial à Bulgária, volta a apelar à paz no Kosovo, enquanto o ministro da Defesa, Veiga Simão, visita o destacamento português das forças da NATO em Aviano ■ Manifestantes em Lisboa e no Porto opõem-se à intervenção militar da NATO na Jugoslávia ■ A Rússia anuncia que vai enviar sete navios da sua Esquadra do Mar Negro para a zona do conflito na Jugoslávia para procederem a uma avaliação da situação ■ A Suécia crítica, perante a Comissão dos Direitos Humanos da ONU, o comportamento inaceitável da Turquia relativamente aos curdos.

1  
Quinta-feira

Alunos do Instituto Superior das Tecnologias da Saúde manifestam-se em Lisboa contra a decisão da tutela de encerrar o instituto superior ■ Três soldados norte-americanos são capturados pelo exército jugoslavo ■ Boris Ieltsin apela aos ministros dos Negócios Estrangeiros para reunirem rapidamente de modo a discutir a situação do Kosovo ■ Autoridades ruandesas iniciam uma semana nacional de luto pelos milhares de vítimas do genocídio de 1994 ■ As negociações de paz da Irlanda do Norte são suspensas.

2  
Sexta-feira

Os funcionários dos museus portugueses fazem greve ■ O Sindicato Nacional dos Professores Licenciados contesta o sistema de créditos ■ Os ministérios do Interior sérvio e jugoslavo no centro de Belgrado são destruídos pela NATO, que, em conferência de imprensa, indica como próximos alvos os depósitos de combustíveis e as infra-estruturas de transportes e comunicações ■ Milosevic pede ajuda militar a Moscovo ■ Emma Bonino, comissária europeia para as questões humanitárias, pede protecção armada para garantir ajuda humanitária no Kosovo.

3  
Sábado

Alberto João Jardim adia declarações sobre o futuro do PSD e marca Comissão Política Regional ■ A NATO envia 6000 soldados para a Albânia em missão humanitária ■ O primeiro-ministro chinês,

Zhu Rongji, manifesta-se contra os bombardeamentos da NATO e afirma que o Kosovo é um assunto interno ■ Gerhard Schröder acredita que a paz na Jugoslávia ainda é possível e exige a retirada imediata dos paramilitares do Kosovo ■ Três grupos de oposição ao Presidente Mathieu Kérékou ganham eleições legislativas no Benim.

4  
Domingo

António Guterres explica o envolvimento português nos ataques à Jugoslávia, mas não responde às perguntas da imprensa ■ Durão Barroso critica o atraso das explicações do governo, apesar de estar de acordo com o envolvimento português no conflito dos Balcãs ■ A NATO ataca Novi Sad, a capital da Voivodina ao norte da Jugoslávia ■ A União Europeia, a NATO, a OSCE, o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e o Conselho da Europa e União da Europa Ocidental combinam esforços para garantir o apoio humanitário aos refugiados do Kosovo.

5  
Segunda-feira

O PCP acusa António Guterres de hipocrisia por este ter justificado a intervenção militar à Jugoslávia com a catástrofe humanitária do Kosovo e exige o fim dos bombardeamentos da NATO ■ Portugal envia para a Macedónia treze mil toneladas de alimentos para serem distribuídos pelos refugiados kosovares ■ Após os incidentes em Liquiça que provocaram 17 mortos, Xanana Gusmão autoriza a Falintil a retomar as acções de guerrilha para a defesa da população de Timor-Leste ■ Bombas da NATO falham o alvo e provocam doze vítimas civis na cidade de Aleksinac ■ Ibrahim Rugova, líder moderado dos albaneses no Kosovo, afirma que é necessário parar os bombardeamentos da NATO ■ Os dois líbios suspeitos do atentado de Lockerbie chegam à Holanda para serem julgados.

6  
Terça-feira

O PCP promove debate em Lisboa sobre pobreza e exclusão social ■ Conselho Nacional do PSD confirma Leonor Beleza como cabeça de lista do partido às europeias ■ Milícias pró-integração, ajudadas por militares indonésios, matam 45 pessoas em Liquiça ■ A NATO rejeita proposta de cessar-fogo de Milosevic ■ A Itália envia militares para ajuda humanitária aos refugiados albaneses do Kosovo ■ O vice-presidente do Iraque afirma que rejeita qualquer organismo para supervisionar o desarmamento do seu país.

**D**omingo de Páscoa foi o dia escolhido pelo Primeiro-Ministro para «informar» os portugueses que o governo a que preside estava envolvido, há doze dias, numa guerra de agressão contra um outro país. Usando a máscara adequada ao dia, Guterres confirmou que a hipocrisia beata constitui a matriz da sua prática e do seu discurso político.

Após doze dias de sepulcral silêncio - como se apoiar e participar nos bombardeamentos à Jugoslávia não passasse de um mero acto de diplomática gestão corrente - Guterres veio agora dizer-nos que esta foi a 5.ª vez que abordou publicamente a grave matéria. Garante-nos ele que já por quatro vezes se dirigira aos portugueses explicando as razões que o levaram a (sem ouvir o Parlamento) envolver Portugal nesta agressão contra um estado soberano - agressão decretada pelos EUA (à revelia da ONU) e executada pela NATO (em flagrante violação da sua própria Carta). E se ninguém o viu ou ouviu nessas quatro pós-anunciadas aparições... é porque, ou estamos todos cegos e surdos ou andamos todos distraídos. Ou então é porque o Primeiro-Ministro, stressado por efeito dos vários casos que desabaram sobre o seu governo, anda a falar sozinho e, ensaiando ao espelho por quatro vezes a declaração ao País, se esqueceu, afinal, de a representar nas televisões.

Em todo o caso, a deprimente exibição de subserviência face aos EUA, os doze dias de silêncio, a oração de Domingo de Páscoa e as decisões entretanto tomadas, configuram da parte de Guterres uma postura para a qual a qualificação de irresponsável é demasiado benévola.

**D**epois de, maquinalmente, nos desejar «uma boa Páscoa», Guterres começou por exhibir os seus piedosos sentimentos humanitários, informando da decisão do Governo de acolher para já uma «primeira leva de 1500 refugiados». Ou seja: num gesto «humanitário» despejam-se toneladas de bombas que destroem, matam e obrigam milhares de pessoas a abandonar as zonas bombardeadas e depois, num gesto tão «humanitário» como o primeiro, para sossegar quaisquer vagos resquícios de problemas de consciência, gastam-se uns trocos na ajuda aos refugiados. Num Mundo dominado pelo grande capital, e ao qual a economia de mercado, por si só, se diz conferir incontestado estatuto democrático, os «direitos humanos» podem ser adquiridos em qualquer supermercado e podem até, na pia versão guterrista, ser violados mediante o pagamento da respectiva bula. O Primeiro-Ministro exorbitou na hipocrisia e no farisaísmo. A lição de «história» com que nos alvejou (num improviso de olhos postos no visor) pecou por lacunas de tempo, de espaço e de factos e culminou, como estava previsto, na tenebrosa «limpeza étnica», nesse «crime contra a Humanidade» a que a benemérita NATO decidiu pôr cobro despejando toneladas de bombas sobre o território e procedendo a uma humaníssima limpeza multiétnica.

**D**ois dias antes da declaração de Guterres fora a vez do ministro Gama nos ter vindo dizer das suas razões. E a verdade é que, se Guterres logrou superar Blair na sua qualidade de o mais serviçal de todos os serviçais de Clinton, Gama ultrapassou largamente os dois embevecidos admiradores do imperialismo americano:

*Almas gémeas no que toca à política nacional, Guterres e Barroso são-no também em matéria de política externa.*

vendo-o e ouvindo-o, dir-se-ia estarmos perante um daqueles porta-vozes do Pentágono - frios e indiferentes à verdade ou à mentira, dizendo o que lhes dissemos que era necessário dizer. «É preciso que a Jugoslávia aceite negociar a sério e de forma construtiva» - disse Gama, querendo com isto dizer: «A Jugoslávia tem que aceitar a bem ou a mal os ditames do governo dos EUA.» (E foi neste registo de criado de falcão que Gama se pronunciou sobre as recentes propostas de paz de Milosevic.)

Dois minutos depois da declaração de Guterres, Durão Barroso comentou a dita. Apresentado como «o novo líder do PSD» (de facto, para o ser falta apenas o insignificante pormenor de o congresso laranja o eleger como tal...), Barroso esteve à altura de Guterres: na pose pascal, na forma e no conteúdo do discurso. «O que interessa é saber se Portugal está unido quanto ao essencial e agora fica claro que sim», ou seja, Barroso e Guterres estão unidos, logo Portugal está unido..., por isso «fica claro que Portugal tinha o dever moral e o dever político» de apoiar e participar na guerra. Almas gémeas no que toca à política nacional, Guterres e Barroso são-no também em matéria de política externa.

**E**ntretanto, a «acção humanitária» prossegue e promete intensificar-se. A partir do momento em que se considera que «o que está em causa, neste momento, é o prestígio dos EUA, é o prestígio da NATO e que, por isso, o inêxito desta guerra feriria perigosamente a imagem dos Estado Unidos no Mundo» (isto é, enfraqueceria a sua

imagem de dono e polícia do Planeta), é de prever que a selvajaria dê um perigoso passo em frente. Acresce que o chamado «exército de libertação do Kosovo» - criado e armado pelos EUA com o fim de cumprir ali papel semelhante ao desempenhado pelo exército da Croácia - se revelou incapaz de responder aos desígnios

do imperialismo norte-americano. Assim, a «acção humanitária» de que fala Guterres, repetindo Clinton, traduz-se cada vez mais no bombardeamento daquilo a que a NATO chama «alvos militares»: bairros residenciais, pontes, fábricas, centrais eléctricas, condutas de água, estádios de futebol... Por isso Barroso e Guterres, com pio fervor, defendem a dita «acção humanitária», em nome «da democracia, da convivência, da tolerância» e demonstrando que, ao contrário do que se possa pensar, o cinismo e a hipocrisia não têm limites.

**A** grave tragédia humana que é a guerra contra a Jugoslávia e os perigos que toda aquela situação configura para a paz e a segurança na Europa e no Mundo, impõem com cada vez maior premência a necessidade de dissolução dessa sinistra máquina de guerra e de morte que é a NATO. Impõem, igualmente e de imediato, o fim da agressão à Jugoslávia. Impõem, ainda, que o governo do PS assumia a condição de governo português substituindo, na primeira linha das suas preocupações, a vergonhosa postura de submissão aos interesses dos EUA pela defesa dos interesses de Portugal. Impõem, finalmente, o desenvolvimento de um amplo movimento popular contra a guerra e pela paz, pelo fim imediato da participação das Forças Armadas portuguesas na agressão - restituindo-lhes as funções e o lugar que conquistaram em 25 de Abril de 1974.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soares Pereira Gomes, 3  
1600-196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soares Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa  
Tel. 796 97 25/796 97 22 - Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.  
NIF - 500 090 440  
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social  
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até as 17 horas de cada sexta-feira.  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota - Linhó - 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____	
Telef. _____	
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!», acompanhado de cheque ou vale de correio.	



## ACTUAL

## Imagine-se que...

Sim, imagine-se que, nestes dias sombrios da infame guerra contra a Jugoslávia em que alguns querem transformar as consequências em causas, desatávamos a escrever que ora aí está a nova ordem internacional. Em que as grandes potências desrespeitam a seu bel-prazer o Direito Internacional. Em que todos os países, sobretudo os grandes, passaram a imiscuir-se nos assuntos internos dos outros, sobretudo os pequenos. Em que passou a praticar-se o princípio da desigualdade dos Estados soberanos. Em que os países ricos e poderosos substituíram a sua anterior renúncia ao uso da força pela afirmação orgulhosa do direito de intervenção militar fora dos casos de legítima defesa, e mesmo que não haja contra eles nenhuma agressão ou ameaça iminente de agressão. Em que as operações militares feitas em nome da comunidade internacional deixaram de ser confiadas aos "capacetes azuis" da ONU, passando a ser executadas pelos exércitos regulares de algumas das grandes potências. Em que a NATO deixou de ser uma organização defensiva para se transformar em força de intervenção punitiva, que actua sem qualquer cobertura nos textos jurídicos vigentes. E em que os Estados Unidos, arro-

gam-se o direito de actuar, pela força das armas ou mediante sanções económicas, como se fossem o governo do mundo, com uma polícia e um exército às suas ordens.

Escrevêssemos nós isto, e logo saltaria um qualquer sargento mediático do «partido da guerra» - tipo director do «Público» - a retorquir que estes comunistas ainda vivem noutra época, têm é saudades do passado e são incapazes de entender os verdadeiros desafios e exigências do mundo actual.

Imagine-se ainda que, de seguida, nos atrevíamos a opinar que esta espantosa e (perigosa) evolução teve várias causas (entre as quais a arrogância imperial dos Estados Unidos, convertidos de repente na única hiperpotência mundial) e várias consequências, entre as quais os governos europeus passarem a usar a força das armas para agredir Estados soberanos, se o pretexto for uma causa humanitária. E que os resultados desta evolução estão à vista: são moralmente condenáveis, são humanitariamente ineficazes, e politicamente comportam consequências de alto risco. E ainda que nos decidíamos a perguntar como pode a comunidade internacional tolerar, sem

um protesto firme, a agressão não provocada à Sérvia por uma aliança dita defensiva, a NATO, da qual nenhum foi atacado ou estava em iminência de o ser? E, finalmente, que nos atrevíamos a manifestar o nosso desgosto diante do facto de que os principais países europeus tenham passado a alinhar - calados uns, envergonhados outros, mas todos cúmplices - com o militarismo agressivo e descontrolado da actual liderança norte-americana.

Escrevêssemos nós isto, e lá saltariam um Nuno Rogeiro ou uma Teresa de Sousa a clamar que isto é ranço antiamericano e o vingativo ajuste de contas dos comunistas com os bondosos socialistas que governam a Europa.

Mas os cabos mediáticos da guerra a sério que não se esfalfem, não se envermem nem mergulhem no desdém do costume.

Porque o que acontece é que, tirando as entradas e insignificantes adaptações formais, tudo o que de substantivo aqui se escreveu são citações de um artigo publicado na última «Visão» e assinado por... Freitas do Amaral.

■ Vítor Dias

## Loja dos 300

Decididamente, a direita não tem emenda. O rocambolesco processo da AD está aí para mostrar como é: sem critérios, sem princípios, sem respeito por si própria e por terceiros.

Regista-se o esforço feito pelos mentores da "dita" para que os levassem a sério. Congressos, cimeiras, convenções. Tudo em abundância, mas em vão. Porque o que torto nasce, tarde ou nunca se endireita. Para credibilizar o que não era digno de crédito aparentaram ser o que não são. Mil vezes repetiram em nome de uma elevada postura de Estado que ali à direita os problemas não se reduzem a questões de mercearia. Para no final acabarem ao nível das lojas dos 300. Inundadas de produtos descartáveis e com muita publicidade enganosa pelo meio.

Quase que surpreende esta concepção meramente utilitária que a direita tem dos processos, das coisas, das pessoas. Esta facilidade com que usa a deita fora a sua própria estratégia, as suas ideias, os seus líderes. Pasma ouvir o à vontade com que os que ontem veneravam Marcelo e a sua estratégia clamarem, apêdo que este está, aos quatro ventos que agora finalmente o PSD tem um líder. Ou os que comprometidos com a estratégia da criação da AD mudaram-se dirigentes, descartam-se ideias, calaram-se divergências. Com o seu fim mudam-se dirigentes, silenciam-se as divergências, repescam-se algumas das ideias que sobrevive e os move: a procura do Poder, doa a quem doer.

E se o produto não se vende, nada melhor que uma boa dose de publicidade enganosa. É vê-los agora a afirmar que o que tem crédito é cada um dos Partidos por si considerados, que o que agora está a dar nas sondagens é o PSD e que é neste que reside o verdadeiro projecto de poder e não naquela treta do passado que dava pelo nome da AD. É vê-los a mudarem de discurso, a proclamarem-se hoje euro prudentes e euro críticos os que ontem se apresentavam num projecto e numa candidatura cega e obedientemente europeísta e federalista.

Não serão as campanhas de promoção por mais esforçadas e intensas que sejam que podem iludir e alterar três factos evidentes:

Que a direita em versão solo mantém o mesmo e baixo nível de crédito que a anterior versão conjunta apresentava, não constituindo assim qualquer alternativa política ou eleitoral;

Que por mais que se esforce e por mais que grite a sua condição de oposição, a direita tem uma incontornável dificuldade em revelar aquelas quatro ou cinco questões essenciais que a diferenciem da política de direita que o Governo do PS vem prosseguindo;

Que no actual quadro político aquilo que de verdadeiramente novo e irrecusavelmente importante pode resultar das próximas eleições para todos os que aspiram a uma nova política, de esquerda, é o reforço da votação da CDU e do número de deputados por si eleitos.

■ Jorge Cordeiro

## AS VÍTIMAS da NATO

Fez no passado domingo 50 anos que doze "democracias ocidentais", entre as quais a ditadura fascista de Salazar, criaram a NATO. A pretexto duma "ameaça" do campo socialista da Europa de Leste. Mas uma década após a derrocada dessa comunidade, a NATO comemora o aniversário com duas iniciativas indissociáveis: o seu alargamento a três novos países do Leste europeu (12 de Março) e o desencadeamento duma guerra de agressão nessa região (24 de Março). Para que fique claro que a NATO é uma estrutura ofensiva, de imposição da vontade imperial dos EUA ao mundo. A todo o mundo.

É indiscutível que a Jugoslávia é um país soberano, reconhecido internacionalmente nas suas actuais fronteiras, mesmo pelos seus agressores; que a Jugoslávia não cometeu qualquer acto de agressão contra outro país, nem ameaçou a paz mundial; que apenas actos desse tipo poderiam justificar, à luz do direito internacional, o recurso a acções de força por parte da comunidade internacional; e que, mesmo assim, só por decisão do Conselho de Segurança da ONU. Nada disto se passou. A guerra contra a Jugoslávia é um acto ilegal, de agressão. A paz no Mundo, o direito internacional e todo o sistema das Nações Unidas são vítimas da NATO.

Vinte e cinco anos após o 25 de Abril, que acabou com a guerra e com o ministro Veiga Simão, ambos estão de volta, pela mão do PS/Guterres. Portugal está em guerra. Mas o Artigo 135 da nossa Constituição diz que "competem ao Presidente da República (...) declarar a guerra em caso de agressão efectiva ou iminente e fazer a paz, sob proposta do Governo, ouvido o Conselho de Estado e mediante autorização da Assembleia da República". Nada disto foi cumprido. A Constituição está a ser grosseiramente violada. A soberania e a Constituição portuguesas (e de outros países da NATO) são também vítimas da agressão da NATO.

Vítimas da guerra são igualmente os kossovares. Cujo êxodo massivo passou a constituir o ponto único dos discursos "justificativos" da guerra. Desse êxodo se estão a dizer muitas verdades e muitas mentiras. A NATO anunciou oficialmente execuções de dirigentes kossovares que mais tarde aparecem não só vivos como a pedir o fim dos seus bombardeamentos. Mas o êxodo dos kossovares não é a causa da intervenção da NATO; é sim uma das suas consequências directas. Não havia dezenas de milhares de refugiados kossovares nas fronteiras sérvias antes do início dos bombardeamentos da NATO. A vergonha maior é que, como diz o jornalista do Independent (30.3.99), Robert Fisk, "os frutos da guerra tornaram-se agora na justificação da sua escalada". Usam-se as imagens do sofrimento para preparar a invasão terrestre da Jugoslávia. A tragédia dos refugiados é a folha de parra atrás da qual se escondem os responsáveis pelos crimes que ocorrem diariamente na Jugoslávia. Entre os quais, os dirigentes da Internacional Socialista. Que governam na maioria dos países da UE. Mas que, na melhor das hipóteses, governam de cócoras. A NATO está-se totalmente nas tintas para refugiados. A Turquia é membro (importante!) da NATO, e pratica desde há muitos anos uma política de genocídio e limpeza étnica da sua população curda. Como reage a NATO? Vende-lhe milhões de dólares de armamento para a repressão; ilegaliza e reprime as actividades do PKK (Alemanha); fecha as portas (Itália) e participa no rapto do dirigente curdo Oçalan no Quênia e sua posterior entrega aos turcos (CIA); encerra uma estação de televisão curda (Inglaterra). E o genocídio do povo timorense? O ditador Suharto foi armado pelo Reino Unido e os EUA até ao dia da sua queda... Vários países da NATO têm responsabilidades directas no fracasso do processo de paz em Angola. Onde está o drama das centenas de milhares de refugiados angolanos nos telejornais mundiais? E Israel, que não cumpre qualquer dos acordos que assina, que ataca onde e como quer, mas que tem sempre o fiel amigo americano a defendê-lo? E o genocídio do povo iraquiano resultante do bloqueio anglo-americano? Os exemplos históricos de genocídios dos EUA são, aliás, intermináveis (Vietname, Hiroxima, Guatemala). A própria existência da nação americana se baseia na limpeza étnica dos peles-vermelhas...

É naturalmente o povo da Jugoslávia a primeira vítima da agressão da NATO. A sua resistência é da maior importância para todos os povos do mundo. Mas essa resistência precisa da nossa solidariedade. É tarefa urgente multiplicar as acções exigindo o fim da guerra; a NATO fora da Jugoslávia; e Portugal fora da NATO.

■ Jorge Cadima



Foto: Sérgio Morais

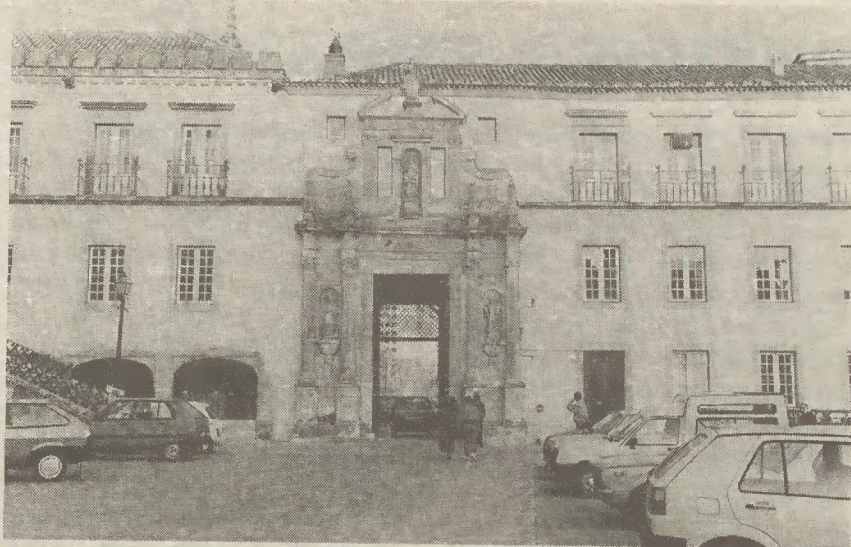


## Greve suspensa no Teatro Nacional

Os trabalhadores do Teatro D. Maria II decidiram suspender novo período de greve marcado para terça, quarta e quinta-feira, preparando-se para entregar esta semana uma fundamentação escrita das suas reivindicações à tutela. Em declarações à Agência Lusa, António Ferreira, do Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos (STE), disse que a suspensão da greve foi decidida em

plenário de trabalhadores realizado sábado, tendo em consideração o processo de diálogo iniciado quarta-feira última com a tutela. O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, recebeu na passada semana uma delegação do STE, tendo assumido a direcção das negociações com o sindicato no processo relativo ao D. Maria II. De acordo com António Ferreira, a tutela manifestou

«disponibilidade de diálogo e uma certa abertura», pelo que os trabalhadores «acederam» a suspender a greve e corresponder ao pedido formulado por Carrilho: a apresentação por escrito das suas reivindicações. As questões levantadas pelos trabalhadores dividem-se em três áreas-chave: regulamento interno do teatro, reestruturação de carreiras e aumento de salários dos actores.



## Cooperação universitária entre Coimbra, Pequim e Xangai

Segundo a LUSA, o reitor da Universidade de Coimbra (UC), Fernando Rebelo, encetou contactos com universidades de Pequim e de Xangai com vista à aproximação e elaboração de protocolos de cooperação entre as instituições. Fernando Rebelo iniciou conversações com responsáveis da Universidade de Tsinghua de Pequim e das universidades Fudan, Jiao Tong e de Estudos Internacionais de Xangai, prevendo que, futuramente, essa aproximação se torne possível. De acordo com uma fonte da reitoria da Universidade de Coimbra, os protocolos a firmar seriam de âmbito geral e, mais

tarde, poderiam destinar-se a uma qualquer área específica. Fernando Rebelo esteve em Macau e na República Popular da China entre 23 de Março e 4 de Abril, no âmbito da Reunião Plenária Mensal do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). Durante a sua deslocação, visitou ainda a Universidade de Macau, que mantém com a UC protocolos de âmbito científico e de mobilidade de estudantes e docentes em várias áreas, e a Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim e a Universidade de Pequim, também ligadas protocolarmente à instituição de Coimbra.

## Eucaliptal de Benfica nas comemorações de Lisboa

Um grande eucaliptal em Benfica com equipamento polivalente é um dos «cravos» que a Câmara Municipal de Lisboa oferece no dia 18 à capital, nas comemorações dos 25 anos do 25 de Abril. O eucaliptal de Benfica, na Estrada dos Arneiros, é um grande projecto de requalificação ambiental e paisagística e constitui uma das manchas do corredor verde da periferia da cidade. O eucaliptal da Estrada dos Arneiros, que estava muito degradado



e «descarnado», «foi recuperado através do abate de eucaliptos velhos, plantação de novas árvores e construção de equipamento polivalente para servir toda a gente», como explicou Rui Godinho, vereador responsável do Pelouro de Ambiente e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa. O projecto do eucaliptal, levado a cabo por este Pelouro desde finais de 1997, é uma das obras a serem inauguradas no programa «25 Cravos para os 25 Anos do 25 de Abril» promovido pelo município. Ainda segundo Rui Godinho, este importante reordenamento custou à Câmara Municipal de Lisboa cerca de 190 mil contos e teve um prazo de execução de 54 semanas. Constituído sobretudo por eucaliptos, embora haja outro arvoredado, trata-se de «uma espécie de parque urbano com anfiteatro, um lago, esplanada, jardim infantil e um campo de jogos integrado na zona verde». Para a educação ambiental - outra vertente estratégica do Pelouro de Ambiente - foram feitos no eucaliptal vários canteiros para ensino de jardinagem. O eucaliptal de Benfica é um dos projectos em curso para aplicação do Plano Integrado de Qualidade Ambiental da Câmara de Lisboa e o programa das comemorações «com obra feita» conta ainda com as inaugurações do Arco da Praça de Espanha, da «Escultura Lisboa» de José de Guimarães, na rotunda ribeirinha da Avenida Infante D. Henrique, que vai ganhar o novo nome de Praça 25 de Abril, e da escultura «A Maternidade», da autoria do colombiano Botero, sendo uma das várias esculturas deste artista que estiveram em exposição ao ar livre no Terreiro do Paço, em 1998. Esta escultura vai ser instalada no novo jardim que o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles desenhou no alto do Parque Eduardo VII.

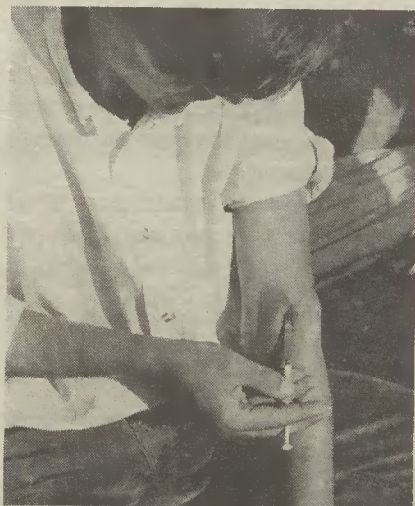
## Droga domina panorama da criminalidade em Portugal

O fenómeno da droga, apenas emergente em 1974, domina hoje o panorama da criminalidade em Portugal, onde o sistema de justiça está afogado por processos cíveis

intentados pelas operadoras de telemóveis, bancos e seguradoras. Em termos criminais, a droga reflecte-se nas estatísticas da justiça, tanto no que toca ao tráfico de estupe-

facientes como nos crimes que resultam do seu consumo, como o furto simples e o roubo. Segundo dados referidos pela LUSA, em 1972 foram condenados 965 arguidos por furto simples e 52 por roubo, tendo esse número subido, respectivamente, para 3.756 e 1.612 em 1995, ano em que foram condenadas 1.964 pessoas acusadas de tráfico de estupefacientes. A droga e os lucros astronómicos a ela associados trouxeram também um novo tipo de criminalidade, mais sofisticada, ligada ao branqueamento de

capitais, ao mesmo tempo que a supressão de fronteiras na União Europeia, à qual Portugal pertence desde 1986, facilitou a entrada do chamado crime organizado. A evolução da litigiosidade na primeira instância registou um grande crescimento, nomeadamente ao nível do processo cível, onde o número de processos entrados passou de 86.560 (1974) para perto de meio milhão em 1997. Também o número de processos de matéria laboral cresceu de 41.127 em 1974 para 60.264 em 1997, reflexo de um maior conhecimento dos direitos, do aparecimento dos contratos precários de trabalho, dos despedimentos em massa e da reconversão do mercado de trabalho. A tudo isto correspondeu um aumento do número de tribunais de 1.ª instância que, de um total de 212 em 1974, passou para 384 em 1998, enquanto os juízes saltaram de 411 (1974) para 1.563 (1998). Também o número de magistrados ligados ao Ministério Público (MP) triplicou nos últimos 25 anos (1.115 em 1998), enquanto o número de advogados passou de 2.960 em 1974 para 16.440 em 1998.



## Cientistas estudam vulcão da Serreta

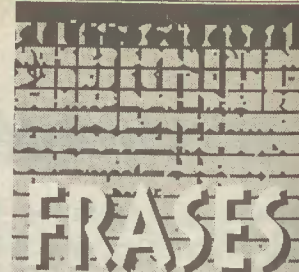
Cientistas e técnicos das universidades dos Açores, Lisboa, Algarve e dos institutos Hidrográfico e do Mar iniciaram esta semana uma análise aprofundada ao vulcão em actividade próximo da costa da ilha Terceira, desde Dezembro. Segundo o coordenador desta acção científica, João Luís Gaspar, da Universidade dos Açores, a missão, com trabalhos a bordo de uma traineira de pesca, a

equipamentos do Instituto Hidrográfico para análise de todas as temperaturas da área e da tipografia dos fundos do mar para comparação com as cartas mais antigas. Os cerca de vinte cientistas portugueses que participam nesta missão pretendem também analisar «qual o impacte ate ao momento das erupções na comunidade biológica» dos seres marinhos. Para os responsáveis dos estudos

a missão é fundamental porque «nos últimos 70 anos é a primeira vez que se estuda um fenómeno desta natureza no Atlântico com emergência de material lávico à superfície». A partir da próxima sexta-feira será utilizado um submarino ROV, não tripulado e de controlo remoto, que grava e transmite imagens até 200 metros de profundidade, as quais serão recebidas na traineira onde estão montados os monitores. Para o Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores, que garante apoio logístico a esta missão, os resultados dos estudos são importantes para a elaboração de eventuais planos de emergência que salvaguardem as populações daquela zona. Entretanto, segundo João Luís Gaspar, a situação actual daquele fenómeno vulcânico é estacionária, já que «o estilo até agora desenvolvido não se tem repercutido numa actividade sísmica importante, o que permite dizer que não representa perigo para as populações das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge».



«Maria Medina», do Porto de São Mateus, tem por objectivo determinar os perfis batimétricos do local e zonas circundantes do vulcão da Serreta. Durante as pesquisas, a efectuar numa zona de 12 quilómetros entre a Terceira e a Graciosa, no sentido Noroeste/Sudeste, serão testados



“Sempre que um superior passe por um porteiro [da ex-Assembleia Nacional, hoje Assembleia da República], este, se estiver sentado, levantar-se-á e, de calcanhares unidos, cumprimentará. Se se cruzar com o superior, deve parar à distância de três metros e, voltando-se de frente, cumprimentará e esperará até ele se afastar.”

(Do Regulamento da ex-Assembleia Nacional, LUSA, 4.4.99)

“A Assembleia Nacional era uma câmara morta. Além da quase ausência de confronto político, a grande diferença do Parlamento de hoje são as pessoas, o povo, as escolas, os trabalhadores. Qualquer pessoa pode ir, hoje, à Assembleia da República. Antes do 25 de Abril, as galerias estavam totalmente vazias ou, então, tinham dois ou três soldados da GNR.”

(José Alberto Pires, funcionário na AR desde os anos 50, *idem*)

“Adriano foi um cantor de Abril mesmo antes de Abril o ser. Comemorar os 25 anos do 25 de Abril passa também por recordar Adriano Correia de Oliveira.”

(Comunicado da direcção do Centro Artístico Cultural e Desportivo do Porto, explicando a homenagem que promove a Adriano no próximo dia 10, *idem*)

“Mal vai a sociedade quando o bem comum se esquece para deixar pulular desordenadamente os mil interesses sectoriais.”

(D. João Alves, bispo de Coimbra)

“A comunicação social e o nosso pensamento impedem-nos de celebrar a Páscoa e reavivar a fé em ambiente restrito de comunidade feliz. Portugal está em guerra, está na guerra, com outros países aliados, contra povos nossos irmãos.”

(D. Armindo Lopes Coelho, bispo do Porto, *idem*)

“Face à participação portuguesa no conflito, ditada por razões humanitárias, penso que o Governo deverá participar nos custos humanitários desta situação.”

(Francisco Torres, deputado do PSD, *idem*)

“Por mim, não consigo identificar-me com esta guerra. A minha solidariedade vai para os que resistem solitariamente à força bruta dos donos do mundo. Nesta ocorrência eu também sou jugoslavo.”

(Vital Moreira, Público, 6.4.99)

“Lembram-se dos pobres croatas, vítimas dos assassinos sérvios? O que fizeram eles aos 300.000 sérvios da Krajina? E lembram-se de Dubrovnik, que nos diziam reduzida a cinzas pelos sérvios? Está lá, no mesmo sítio - intacta.”

(Miguel Sousa Tavares, *idem*)



## Pobreza e exclusão social

# Futuro do País está a ser hipotecado



«A pobreza não é uma fatalidade» foi uma das ideias que mais sobressaiu das intervenções proferidas no debate sobre «Pobreza e Exclusão Social - Causas e Soluções», que a Organização Regional de Lisboa realizou, na terça-feira, no salão da Junta de Freguesia de S. João, com a presença do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

O salário mínimo todos os anos se degrada, afirmou a primeira oradora, Maria do Carmo Tavares, dirigente da CGTP-IN. E quanto mais coisas tiver agrupadas mais o salário mínimo irá cair.

A provar a afirmação, Maria do Carmo Tavares refere o facto de 49% das pessoas que recebem o Rendimento Mínimo Garantido terem rendimentos do trabalho.

«Ao criar-se o Rendimento Mínimo, alguém pensava encontrar um panorama desta natureza?», pergunta. Esperar-se-ia que fossem os reformados a camada mais abrangida por esta medida. Mas não, a maior faixa pertence a trabalhadores entre os 19 e os 44 anos, ou seja, é a população

activa que está a descair para os limiares da pobreza.

Destes, as mulheres - 64% dos titulares do Rendimento Mínimo - surgem como as mais vulneráveis. Aliás, com o trabalho ao domicílio, o trabalho a tempo parcial e outras novas formas de emprego precário que estão surgindo, as mulheres vão ser, sem dúvida, as grandes vítimas da pobreza.

Mas nos casos de pessoas isoladas, das que se encontram em total estado de pobreza, sem qualquer tipo de rendimento, a maioria é homens.

Maria do Carmo alerta, ainda, para o alastramento da mancha de pobreza que se avizinha com o recurso crescente à flexibilização e às reformas

antecipadas, particularmente para os trabalhadores com mais baixos salários e curtos períodos contributivos.

Outro problema preocupante é a elevada percentagem - 30% - de insucesso escolar no ensino obrigatório. «Está-se a hipotecar o futuro deste país», diz esta dirigente sindical. «Sem formação de qualquer tipo, precocemente atirados para o mercado de trabalho, os nossos jovens vão ser os novos pobres da sociedade.»

### Exploração «negra»

À intervenção de Maria do Carmo Tavares seguiram-se as de Edgar Silva e Inês Fontinha que, generalizando a discussão, levaram a assistência, constituída por mais de uma centena de participantes, a apresentar os mais diversos problemas.

A situação dos deficientes - excluídos entre os excluídos -, as dificuldades com que se debatem as instituições de

apoio aos idosos e a «exploração negra» a que estão sujeitos os imigrantes de países de língua oficial portuguesa foram algumas das questões levantadas, para as quais foi pedida uma maior sensibilização dos presentes.

Um dirigente dos têxteis alertou para a necessidade de sindicatos fortes e de um Partido Comunista igualmente forte como forma de fazer frente ao alastramento da pobreza que, à partida, radica nos baixos salários que se praticam.

A título de exemplo, refere o facto de os trabalhadores dos têxteis do Sul auferirem um salário que é o dobro do dos trabalhadores do Norte. Estes, todavia, representam 70 a 80 por cento do total dos trabalhadores deste sector, lembra, justificando o facto com a

existência no Sul de sindicatos fortes e actuaes.

Dois membros de Juntas de Freguesia alertaram para a «pobreza encoberta» e os cerca de 30 por cento de portugueses que vivem abaixo do limiar da pobreza.

Um representante da Associação de Promoção dos Direitos Humanos, recentemente constituída por os seus associados não se reverem nas associações congéneres, diz que os direitos económicos e sociais são tão importantes como os direitos civis e políticos. Razão por que uma das primeiras acções desta associação foi pedir ao Governo a ratificação da Carta Social Europeia Revista que, entre outras cláusulas, prevê a protecção contra a pobreza e contra o despedimento.

Maria Amélia Guerra, da

Comissão do PCP para as questões da toxicoddependência e narcotráfico, por seu turno, chamou a atenção para os cem mil toxicoddependentes que hoje existem (número que tende a crescer), sublinhando que em Portugal morre diariamente um ou mais jovens por *overdose* ou outras questões ligadas à droga. Um importante grupo de pobres e excluídos que importa, pois, não esquecer.

Por fim, a jovem Susana falou da incerteza e insegurança que hoje faz parte da realidade dos jovens e do emprego juvenil.

Um debate intenso que o Secretário-geral do PCP, na sua intervenção de encerramento, valorizou, garantindo que as questões e as sugestões apresentadas irão ser motivo da reflexão do PCP.

## A exploração maior

Na sua intervenção, Edgar Silva, do PCP/Madeira, defensor activo dos direitos das crianças, falou da exploração de que são vítimas as crianças e, particularmente, do problema da prostituição infantil que, não sendo uma fatalidade, é ainda a «verdadeira filha da exploração» e uma das suas formas mais violentas.

A mendicidade, as crianças de rua e a sua exploração sexual, o trabalho infantil são, indubitavelmente, «um sinal» muito importante da injustiça da actual estrutura social e do actual sistema de relações sociais.

«Este lado mais distante da pirâmide da pobreza - as crianças - obriga-nos a questionar as opções e modelos de desenvolvimento» que se estão a seguir e nos quais radicam os fenómenos referidos.

«Não sendo a pobreza uma realidade estática, decorrendo de um processo cujas origens são sociais, económicas e políticas», faz todo o sentido «constituírem-se mediações competentes para promover uma continuada avaliação e diagnóstico das situações de pobreza e exclusão social, a identificação dos meios de resposta, a análise dos progressos e retrocessos alcançados e a clarificação de problemas e linhas de acção que exijam especial atenção».

Mas - alerta - «para intervir na erradicação das causas geradoras da pobreza» é fundamental que, para além das necessárias estratégias específicas contra a pobreza, as medidas que se tomem «sejam confrontadas com o alcance sobre os grupos e os cidadãos mais vulneráveis».

### Vidas «fáceis»

Para Inês Fontinha, dirigente da Associação «O Ninho», se é verdade que a prostituição infantil não é uma fatalidade, também a «prostituição de adul-

tos» não o é, ainda que constitua um fenómeno de massas, ou seja, afecte um número significativo de pessoas.

Mas falar sobre prostituição implica reflectir sobre um conjunto de fenómenos que lhe estão directa ou indirectamente ligados. É que o recurso à prática da prostituição, hetero ou homossexual, a troco de remuneração e dentro de um sistema organizado, não se reduz a uma acção pessoal. Em cada oito/nove de dez casos, intervéem uma terceira personagem, o organizador e explorador do mercado - o proxeneta -, já que a prostituição funciona, tal como o mercado, segundo a lei da oferta e da procura. E tendo, naturalmente, como principal ponto de partida a miséria económica.

Origem social pobre, filha de trabalhadores rurais, da construção civil ou desempregados, oriunda de famílias geralmente numerosas, com pai ou mãe ausentes, vítima muitas vezes de violação, incesto ou de maus tratos, com relações sexuais ou gravidezes precoces, a servir em casa alheia e sem qualquer qualificação profissional, eis o perfil mais frequente da mulher que se prostitui ou é alvo de recrutamento de proxenetas mais ou menos organizados.

É a estas mulheres, isoladas e acoissadas, com uma auto-estima seriamente comprometida por culpas interiorizadas e uma imagem desvalorizada, que se chama «mulheres de vida fácil». Mulheres «alegres», de «altos ganhos», que «livremente» optaram escolher o seu caminho!!!

Inês Fontinha terminou a sua intervenção com cinco propostas no sentido de impedir o alastramento da prostituição, uma das quais a da criação de um movimento de opinião pública contra as redes que lucram com esta forma maior de exploração.



## Carlos Carvalhas denuncia No seio da Europa rica prosperam os predadores

Devido ao adiantado da hora, o Secretário-geral do PCP limitou a sua intervenção a um curto balanço dos trabalhos, adiantando, porém, que «à beira do século XXI, o desenvolvimento das forças produtivas que já foi alcançado permitia erradicar a fome e a ignorância no Planeta».

Contudo, no mesmo seio dos países ricos, coexiste «a miséria do terceiro mundo» e «prosperam os predadores».

Temos, assim, um contraste «chocante»: de um lado «avanços fulgurantes do espírito humano em todos os domínios da ciência e da técnica, do outro a regressão social».

As principais causas da pobreza em Portugal estão, contudo, há muito identificadas: «reformas de miséria, baixos salários, emprego sem direitos e a termo, desagregação familiar... uma chocante distribuição do Rendimento Nacional».

O PCP considera, entretanto, que o Governo está em condições de cumprir a 2.ª fase do aumento extraordinário dos reformados, ainda este mês. Isso contribuiria para que os reformados pudessem comemorar o 25 de Abril «de uma forma digna», diz Carlos Carvalhas.

A chamada reforma da segurança social é uma outra questão que preocupa profundamente o PCP. «É uma vergonha» que os direitos que a Constituição consagra «venham cada vez mais a ser substituídos pelo recurso à caridadezinha».

Como consequência da política neoliberal, aparece, pois, a acentuação das desigualdades e das injustiças, a generalização da insegurança social, a violência, a insegurança, a prostituição, o racismo e a xenofobia. O «remédio» é, depois, «tolerância zero» para os pequenos delitos e o endurecimento da repressão para aqueles que, produto do capitalismo, são empurrados para a delinquência pela miséria e pela necessidade de sobrevivência.

A solução, sublinha o Secretário-geral do PCP, está, assim, num novo rumo para a construção europeia e numa «urgente viragem à esquerda na política nacional».



## LISBOA

**Contra privatização da Carris**

O Seminário realizado pelo Conselho de Administração da Carris, para levar as chefias e quadros técnicos à aceitação de orientações comunitárias, aponta, na opinião da célula do PCP, para a privatização do todo ou de áreas da empresa, o que, a acontecer, iria traduzir-se pela redução de postos de trabalho, liquidação de direitos e regalias dos trabalhadores e degradação do serviço público. Desde 1990, mercê de critérios economicistas, o quadro de pessoal da Carris foi reduzido em 2276 postos de trabalho, verificou-se o corte sistemático de carreiras e, como consequência, a degradação do serviço prestado. Entretanto, os salários não aumentam com a justificação de que a empresa tem vindo a perder passageiros... «Má gestão ou atitude deliberada?», perguntam os comunistas, para quem a Carris se deve manter como empresa pública, cabendo ao CA exigir do Governo a atribuição dos meios necessários à prestação de um serviço público de qualidade.

## BOM SUCESSO

**Urge posto dos CTT**

A população do Bom Sucesso/Arcena, que já ronda os 7500 habitantes, vai ter um posto dos CTT. Até aqui, as pessoas, para serem servidas, tinham de deslocar-se a Alverca, o que, para além do tempo perdido, implicava despesas acrescidas e criava uma situação injusta quer para os moradores quer para o comércio local. Visando alterar a situação, o Comité Local do PCP do Bom Sucesso/Arcena lançou um abaixo-assinado dirigido aos CTT - que recolheu 3500 assinaturas -, reivindicando a instalação de um posto, que agora se confirma.

## BRAGA

**Um ministro desfasado**

No dia 23 de Março, o ministro da Economia afirmou, em Guimarães, que «não há desemprego no Vale do Ave e no distrito de Braga», uma afirmação que a Direcção da Organização Regional de Braga do PCP considera da «maior responsabilidade». Na verdade, o «optimismo» do ministro «esbarra com uma realidade profundamente diferente» num distrito onde o desemprego não pára de aumentar, conforme revelam os dados dos Serviços do IIEFP. O «ministro dos interesses económicos» confunde emprego com trabalho com precariedade e semiescravidão, com trabalho só com deveres e sem direitos, quando o que o distrito de Braga e o Vale do Ave em particular necessitam é de um plano de criação de emprego estável, com salários dignos.

## MATOSINHOS

**Pescadores em luta**

Os trabalhadores da pesca do arrasto costeiro de Matosinhos e do Norte continuam a ver os seus direitos esquecidos e desrespeitados pelos armadores que se recusam a negociar. Assim, de novo em luta pela exigência da revisão do seu contrato de trabalho, os pescadores realizaram uma série de plenários e reuniões onde apontaram o recurso à greve, como forma de luta. A Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP, solidária com a luta dos pescadores, exige que o Governo intervenha para desbloquear a situação.

## LISBOA

**Humanizar os bairros**

No âmbito da preparação do debate sobre «A Pobreza e a Exclusão Social» que vai promover, a Organização do PCP na cidade de Lisboa encontrou-se com a Direcção do Centro Social de São Maximiano Kolbe, que funciona em Chelas há mais de dez anos. A direcção da instituição - que fornece apoio em refeições e outros serviços a cerca de 250 pessoas - caracterizou a situação social que se vive presentemente naquela zona do município, referindo designadamente a inexistência de projectos continuados para apoios aos jovens em risco e a necessidade de maior humanização na concepção dos novos bairros. O PCP, por seu lado, prometeu dar conta destas situações ao seu Grupo Parlamentar, para a sua inclusão futura nos debates parlamentares e, posteriormente, no Orçamento do Estado.

## SANTARÉM

**Contra o Pacote Laboral**

Prossegue em Santarém a acção de esclarecimento do PCP junto dos trabalhadores que, subordinada ao lema «Com o PCP - Valorizar os direitos de quem trabalha», visa alertá-los para o perigo das alterações à legislação laboral que o Governo pretende fazer aprovar. Salários baixos, retirada de pausas, aumento dos ritmos de trabalho, contratos a prazo são algumas das queixas apresentadas pelos mais de seis mil trabalhadores contactados pelo PCP que, durante os últimos dias, iria prosseguir a acção junto da Renova, de Torres Novas, de algumas empresas têxteis de Minde e da zona de Caxarias, da Fábrica de Porto Cavaleiros e do Matadouro Regional, em Tomar, da Inducol em Amiais de Cima.

## Norte

**Garantir o desenvolvimento global da região**

Uma proposta para um novo modelo de desenvolvimento do Norte foi divulgada, no dia 27 de Março, no debate promovido pela Direcção Inter-Regional do Norte do PCP (e já noticiado pelo nosso jornal), sintetizando as principais linhas programáticas que o PCP defende.

O documento começa por considerar que o processo de desenvolvimento regional no Norte é inseparável das políticas nacionais praticadas nos últimos 20 anos pelos governos e autarquias PSD e PS, assim como dos «caminhos forçados que estes partidos adoptaram para a integração da nossa economia na União Europeia e para a Moeda Única. Questões estas que se colocam em todo o País mas que, no Norte, se fazem sentir de modo diferente.

«A região, arrasta-se há muitas dezenas de anos com profundas fragilidades, atrasos e vulnerabilidades estruturais que, apesar de conjuntamente atenuadas por dinâmicas de mudança e crescimento», em alguns casos se têm agravado.

Sem negar alguma evolução, progressos e avanços registados que os fundos estruturais - apesar de insuficientes - permitiram, os comunistas consideram que o que interessa é saber se a política de investimentos contribuiu ou não para superar as debilidades da região. E a reali-

dade, dizem, mostra «que o crescimento económico não se traduziu em desenvolvimento sustentado», «que subsistemas atrasos estruturais» e desaproveitamento de potencialidades e que se mantêm ou agravam os problemas sociais e os padrões de qualidade de vida das populações.

Os responsáveis políticos apresentam as consequências das suas opções políticas como «custos inerentes ao progresso económico» e os índices nominalmente positivos como condição de uma futura «distribuição mais equitativa dos rendimentos». Contudo, o essencial da orientação estratégica seguida tem estado «ao serviço da acumulação e transferência forçada das mais-valias geradas na região e dos seus recursos para o grande capital financeiro, nacional e internacional».

Esta orientação estratégica, portanto, «não serve» e o actual modelo de crescimento - respondendo embora a algumas questões e problemas colocados ao desenvolvimento na região -

«é uma solução sem futuro, incapaz de promover, garantir e sustentar o desenvolvimento global da região».

## Valorizar recursos

Não haverá desenvolvimento real do Norte, prossegue o documento, enquanto o crescimento e a competitividade económica assentarem principalmente «na maximização da exploração do trabalho» e se mantiver uma política de «sucção das mais-valias» pelo capital financeiro e especulativo.

O desenvolvimento da região só é possível com a participação das populações e com uma política que dignifique e valorize os recursos humanos e as potencialidades do património natural, diversifique, proteja e valorize a estrutura produtiva tradicional.

Para isso, é necessária uma nova política de desenvolvimento que passe do «elogio populista e demagógico» à capacidade de trabalho do Norte para uma distribuição mais justa dos rendimentos; que deixe de considerar a riqueza demográfica da região e a sua forte componente juvenil «como um inesgotável exército de mão-de-obra barata» e emprenda com coerência o emprego com direitos, com for-

mação e qualificação adequadas; que encare a enorme capacidade de trabalho instalada na região como uma força determinante na criação de mais riqueza e de bem-estar para todos.

Na política que o PCP defende para o Norte, «o labor, a capacidade de sacrifício, de poupança e de apego à terra» não podem estar ao serviço da especulação financeira mas, pelo contrário, devem fazer crescer e fixar o investimento produtivo e social, para o que é fundamental apoiar a efectiva modernização tecnológica e científica das empresas e a criação de reais e transparentes condições de igualdade e competitividade.

Por fim, os comunistas apontam a necessidade de unir esforços e coordenar acções com a vizinha Galiza, para a defesa dos interesses regionais, de cá e de lá do rio Minho, e o reforço das relações culturais, económicas e sociais entre a Galiza e o Norte de Portugal.

É este novo rumo que o PCP apresenta aos homens, mulheres e jovens do Norte, aos cidadãos de diferentes sensibilidades políticas e de vários estratos sociais, para um verdadeiro desenvolvimento regional, considerando, contudo, para a sua concretização, a exigência de um PCP e de uma CDU mais fortes.

**Ilda Figueiredo visita o Algarve**

Ilda Figueiredo deslocou-se recentemente ao Algarve, numa visita que teve por principal objectivo um melhor conhecimento da situação que aí se vive, particularmente em relação ao turismo, principal actividade económica da região.

Durante a sua deslocação, que terminou com um encontro com a Associação Empresarial de Hoteleiros e de Alojamento Turístico, a cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu avistou-se com o presidente da Região de Turismo do Algarve, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria e as

suas instituições ligadas ao ensino e à formação profissional - Escola Superior de Gestão e Hotelaria da Universidade do Algarve e a Escola Profissional de Hotelaria.

Alvo de um bom acolhimento em todas as acções realizadas, Ilda Figueiredo tomou conhecimento das preocupações que existem na região algarvia sobre o atraso na execução de obras no domínio de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, bem como sobre a necessidade imperiosa de remodelar a rede de transporte ferroviário nas ligações com o interior da região e o resto do País.

As negociações em curso em torno da Agenda 2000 e do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e a necessidade de mobilizar investimentos públicos para a concretização de equipamentos culturais, congressuais e desportivos, indispensáveis ao Turismo, foram outras preocupações que a candidata da CDU teve oportunidade de constatar.

Em relação à formação profissional, quer as instituições visitadas, quer os dirigentes sindicais, quer o próprio patronato sublinharam a necessidade de promover mais acções nesse sentido, sendo, contudo, que os

dirigentes sindicais aproveitaram para referir as contradições do patronato que, por um lado, exige mais formação mas, por outro, tudo faz para desregular as relações de trabalho e desvalorizar ao nível salarial o emprego qualificado.

Por último, respondendo ao pedido formulado por responsáveis da Unidade de Gestão da Escola Superior de Hotelaria e Turismo para uma nova visita de Ilda Figueiredo após eleição, a candidata e a delegação do PCP que a acompanhou aproveitaram para convidar os alunos desta escola para uma visita ao Parlamento Europeu.

## Évora

**Jugoslávia domina debate sobre UE**

No âmbito dos «Diálogos com o Alentejo», o sector intelectual de Évora do PCP e a célula dos professores comunistas da Universidade organizaram, no auditório do Colégio Verney, um colóquio sobre «Que Europa Queremos», no qual participaram o brigadeiro Pizarat Correia, o jornalista José Goulão e o eurodeputado, do PCP, Joaquim Miranda.

A guerra na Jugoslávia, a segurança do continente, a Europa política e os direitos dos cidadãos, a economia e a evolução social da União Europeia foram temas que dominaram o debate e sobre os quais os oradores convidados se pronunciaram.

A numerosa assistência, que encheu quase completamente o auditório, animou o debate - que se prolongou ao longo de três horas e meia - com numerosas perguntas e comentários de que sobressaíram as questões ligadas à Agenda 2000, ao Acordo AMI e à guerra desencadeada pelos EUA contra a Jugoslávia.

**Não às privatizações**

O PCP acaba de editar uma brochura com a análise feita, em 12 de Dezembro último, pelo Encontro Nacional de Quadros que, sob o lema «Por um Sector Público Forte e Dinâmico para a Democracia e o Desenvolvimento», se debruçou sobre o processo de privatizações levado a efeito primeiro pelo Governo do PSD e posteriormente agravado pelo Governo do PS.

A brochura, elaborada a partir de um documento que serviu de base à discussão então realizada, contém já as alterações introduzidas quer na fase preparatória quer durante o debate.

A análise crítica ao processo de privatizações e às suas consequências, o peso que o sector público ainda hoje detém e a exigência de um sector público com significativa dimensão nos sectores básicos e estratégicos numa perspectiva de actualidade e de futuro são as linhas dominantes do pequeno livro que já se encontra à disposição de todos os militantes do PCP.

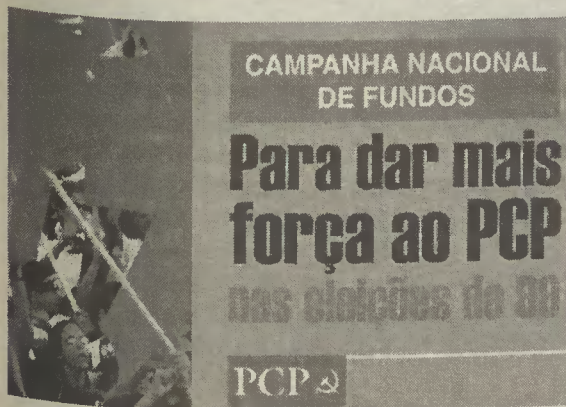


## Campanha Nacional de Fundos Organizações em movimento

Milhares de comunistas e outros democratas deram já o seu contributo para a Campanha Nacional de Fundos que o PCP lançou em Janeiro com o objectivo de cobrir as despesas extraordinárias que as duas campanhas eleitorais este ano em curso irão colocar.

Em Lisboa, os comunistas levaram em força a campanha para a rua, numa acção que não passou despercebida a nenhum transeunte que, no dia 26 de Março, tenha passado pela baixa lisboeta. Muitos deles contribuíram para a campanha.

Bancas com postais, cupões, folhetos e outros materiais para recolha de fundos e propaganda do Partido - designadamente sobre as graves consequências das alterações à legislação laboral que o Governo quer aprovar - eram apoiadas por carros de som que explicavam os objectivos desta grande iniciativa dos comunistas: pedir aos trabalhadores que apoiem o Partido dos trabalhadores, o PCP, para que este, de forma autónoma, possa fazer face às despesas das



campanhas eleitorais para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República.

De uma forma generalizada, o sentimento que mais se respirava era o de simpatia. Quer da parte de quem contribuía quer mesmo dos que apenas se limitavam a olhar. Mas também uma certa estupefacção. Estupefacção talvez nos que, diariamente habituados a ouvir o relato das negociatas e mesmo corrupção que grassa noutros partidos, se confrontam, de repente, com um partido que, longe de tais procedimentos, com um partido que, longe de tais procedimentos, actua de uma maneira transparente, preferindo pedir ao seu próprio eleitorado que contribua para que a sua mensagem chegue aos trabalhadores e às populações.

Mas não foi só na Baixa de Lisboa que o PCP desenvolveu uma intensa acção de esclarecimento e recolha de fundos. Um pouco por toda a cidade, em cenários idênticos, cerca de sete dezenas de quadros comunistas explicavam os objectivos de uma acção que, só nos dias 26 e 27 de Março, recolheu em contribuições anónimas cerca de uma centena de contos.

O mesmo se passou nos vários concelhos do distrito onde, a par das bancas, estúdios móveis e caixas de pedidório, eram distribuídos documentos referentes aos problemas das populações respectivas, como no mercado de Queluz onde foi distribuído um documento sobre a tarifa do lixo e se recolheram 580 assinaturas para o abaixo-assinado em circulação, verificando-se mesmo, na altura, uma nova inscrição no Partido.

### Setúbal

Em Setúbal as comemorações do aniversário do PCP representaram simultaneamente uma base de dinamização da campanha de fundos. Inúmeros almoços e jantares em Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal e várias células de empresas, tocando cerca de 5000 militantes e simpatizantes do Partido, permitiram uma importante recolha de contribuições para a campanha.

Mas outros tipos de iniciativa foram levados a cabo no distrito de Setúbal. É o caso das acções de

### CAMARADA FALECIDA

#### Amália Pires Cruz Costa

Faleceu recentemente a camarada Amália Pires Cruz Costa, com 80 anos de idade. Era militante do Partido desde 1979 e foi muito activa e participante na organização da freguesia da Cova da Piedade. Aos familiares e amigos da comunista falecida, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

distribuição do postal da campanha e da recolha de fundos com bandeira, nos mercados do Montijo e do Lavradio, as bancas montadas no Laranjeiro e em Almada, ou os porta-a-porta realizados na freguesia da Amora que, para além da divulgação da campanha, permitiu a venda de dezenas de «Avantes».

Em preparação estão, entretanto, várias excursões - das quais se destacam a viagem a Cuba e a descida do Douro -, convívios e sorteios diversos e... naturalmente, a habitual participação em festas populares, designadamente nas Festas Populares do Seixal.

### Évora

Até ao fim de Março, entraram na Caixa da Direcção da Organização Regional de Évora mais de 600 contos que, contudo, não vão além de 5% da meta estabelecida na região. Há, porém, muito mais dinheiro recebido e ainda não contabilizado, pelo que o total recebido deve rondar os 900 contos.

A campanha começou por ser profundamente discutida no seio da DOREV, designadamente a contribuição individual de cada um dos seus membros. O resultado foi que só a importância com que 15 dos seus 25 membros já contribuíram totalizou 392 contos.

Alandroal, entretanto, é o concelho que mais se tem destacado nesta campanha, atingindo já, com os 300 contos que recolheu, cerca de 50% da sua meta. Por-

tel vai nos 20%, Mora nos 18%, Borba nos 14%, Évora nos 10% e Montemor nos 9%.

Uma iniciativa importante foi, também, a que Montemor levou a cabo na freguesia Foros de Vale de Figueira, onde quadro brigadas de militantes realizaram, durante três horas, um porta-a-porta, acompanhado de carro de som, angariando 77 contos e assim ficando perto da meta que se propôs. Mesmo os camaradas mais cépticos ficaram surpreendidos com o bom acolhimento da população e os contributos elevados que muitos dos abordados ofereceram.

No Alandroal, uma rifa rendeu uma centena de contos e um simpatizante do Partido, para além de 50 contos, ofereceu um bezerro como contribuição para a realização de um convívio. Aliás, em preparação está já um vasto programa incluindo porta-a-portas, rifas, e, ao longo do Verão, muitos almoços e convívios.

### Outras

Algumas organizações, porém, ainda não prestaram informação ao «Avante!» sobre o andamento da campanha, outras, mercê de razões concretas que vivem nas suas regiões, sofrem alguns atrasos em relação a esta campanha nacional do Partido.

É sabido, entretanto, que Beja alcançou até fim de Março, 8,7% da sua meta e que Portalegre tem centrado a sua acção nos apelos de recolha de fundos nos plenários de militantes e iniciativas do aniversário do Partido, sendo que, em Avis, têm-se vindo já a verificar contactos organizados. Várias acções de rua estão, porém, previstas para Elvas, Ponte de Sor e Portalegre.

Por sua vez, a Direcção da Cidade do Porto realizou uma banca na baixa e as Comissões de Freguesia de Ramalde e de S. Pedro da Cova promoveram porta-a-portas respectivamente no Bairro das Campinas e no Bairro do Mineiro.

Ainda no Porto, está já agendada para Maio uma iniciativa de relevo, ou seja, a realização de uma Exposição de Artes Plásticas promovida pelo Sector Intelectual.

No distrito de Santarém, foram levadas a efeito duas iniciativas públicas com banca de rua, uma na cidade de Santarém e outra no Entroncamento, que recolheram cerca de duas dezenas de contos. Outras estão previstas para Benavente, Samora Correia, Salvaterra de Magos, Couço, Alpiarça e Coruche.

## Património Cultural Uma lei muito aquém das necessidades

«A confusão dos conceitos, a contradição do articulado, quando sujeito a leitura comparativa, o desconhecimento do país real, a defesa de uma atitude centralizadora que desmotiva a participação democrática e incentiva o alheamento e a simultânea desresponsabilização do Estado por omissão, são os caminhos que estruturam a proposta e onde se perde o valor memorial e identitário do povo português.» Esta, em síntese, a crítica do PCP à Proposta de Lei sobre Protecção e Valorização do Património Cultural, em debate na Assembleia da República no passado dia 30 de Março.

Na sua intervenção na AR, a deputada do PCP, Luísa Mesquita, afirmou que o objecto da Proposta de Lei em causa não é concretizado.

Antes do mais, porque «não são visíveis as bases da política que visam o património cultural». Também porque «não são eficazes nem eficientes as medidas propostas de protecção e valorização desse mesmo património». E, por último, porque «o património cultural é, fundamentalmente, entendido como um reservatório de coisas e não como um reservatório de memórias essenciais e factos de pro-

gresso e desenvolvimento do povo português».

Assim, a Proposta de Lei fica muito aquém das necessidades e enferma ainda da ausência de discussão pública, que inviabilizou que «a pluralidade dos saberes adquiridos por associações, instituições, personalidades de mérito reconhecido na matéria e por cidadãos de uma forma geral lhe tivessem inculcido, naturalmente, um valor acrescentado».

Luísa Mesquita defendeu que, o mínimo que se exigia, relativamente à proposta em debate, é que ela fosse capaz de suprir as lacunas existentes e de propor

«um quadro conceptual actualizado e propostas inovadoras susceptíveis de pôr cobro à degradação do nosso Património Cultural». Tanto mais que Portugal «é o único país da Europa Comunitária que não foi capaz, até hoje, de definir as suas próprias doutrinas de inventário e de o realizar».

A deputada do PCP considerou ainda que a Proposta de Lei «não evoluiu relativamente à lei em vigor, ela não incorpora os novos conceitos que já constituem matéria de discussão em reuniões internacionais e que implicam uma visão de património mais abrangente, tornando-o instrumento de desenvolvimento social e económico».

Para os comunistas é «indispensável uma visão global da cultura e das suas funções para actuar de forma concertada» e fundamental «optar por estruturas polivalentes e integradas na sua multidisciplinaridade». Opções ao arripio do texto em debate, em que «são visíveis sinais preocupantes de centralização cultural, falta de teorização, falta de planeamento e estratégias de crescimento».

### Combustíveis

## Baixa imediata de preços

A baixa, no imediato, do montante do imposto sobre os produtos petrolíferos, foi proposta pelo grupo parlamentar do PCP, dia 31 de Março. Por duas razões «simples, directas e claras», como foi sublinhado por Octávio Teixeira na apresentação deste Projecto de Resolução - os preços dos combustíveis líquidos, no nosso país, são os mais elevados da Europa e tal facto decorre apenas do «elevado peso dos impostos que sobre ele recaem».

Assim, a questão básica colocada pelo projecto de resolução do PCP, é que «o imposto pago pelos portugueses tem

vindo a aumentar sucessivamente, sem razões outras que não sejam engordar o Orçamento do Estado». Uma política aliás incoerente com toda a postura do Governo, para quem, lembrou Octávio Teixeira, «em todas as áreas, incluindo a área dos direitos laborais, a filosofia básica é a de que o mercado todo poderoso é que mais ordena».

Neste quadro, o PCP propõe que, pelo menos e no imediato, os portugueses «beneficiem da baixa de preços do petróleo bruto no mercado internacional». O que é perfeitamente exequível pois, «sem perda da receita orçamentada, os preços

de venda ao público da gasolina e do gasóleo podem baixar imediatamente cerca de 5\$00 por litro». O que é o mínimo exigível.

Por outro lado, o PCP considera indispensável que, num prazo relativamente curto, «a tributação dos combustíveis em Portugal não se afaste muito da carga fiscal praticada em Espanha». Por razões que têm a ver com a imensa fronteira terrestre entre os dois países.

Um projecto «económico e socialmente justo, responsabilmente ponderado e orçamentalmente inquestionável», como fez questão de sublinhar Octávio Teixeira.

## Impactes ambientais em debate

«Os valores ambientais que herdamos dos nossos antepassados têm que ser preservados e transmitidos nas melhores condições às gerações futuras. Os processos de avaliação de impactes ambientais e a forma como são conduzidos são fundamentais para atingir esses objectivos.» Esta a razão de fundo das propostas do PCP nesta área, apresentadas pelo deputado Pimenta Dias no quadro do debate que decorreu, a semana passada, na Assembleia da República.

O PCP considera, como aspectos que merecem ser considerados na revisão da legislação sobre avaliação de impactes ambientais:

- A necessidade de os estudos de impactes ambientais serem suficientemente *crédíveis*, credibilidade tanto maior quanto maior for a *independência* de quem os realiza.

- A necessidade de garantir um maior *envolvimento e participação efectiva das populações*. O que implica o envolvimento das autarquias locais e universidades, associações de defesa do ambiente e colectividades em geral. E impõe ainda o aperfeiçoamento de mecanismos de acesso e consulta de documentos e sua desburocratização.

- A necessidade de que todo o processo seja conduzido por

uma *comissão* que integre representantes da Administração Pública, das autarquias onde o projecto vai ser executado, das associações de defesa do ambiente e técnicos independentes de reconhecida capacidade.

- A necessidade de se ter em conta que também as *pequenas iniciativas* podem causar grandes danos ao ambiente, sem que os respectivos projectos sejam objecto de estudo de impacte ambiental. Sendo que «a *valorização das autarquias locais* em todo o processo pode evitar erros que, na maior parte dos casos, são irrecuperáveis».



## TRABALHADORES

## EMEF

A adesão à greve de 24 horas dos dois mil trabalhadores da Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário (EMEF, do grupo CP) era de 95 por cento ao fim da tarde de segunda-feira, disse à Lusa fonte da federação dos ferroviários. Os trabalhadores reclamam um aumento salarial mínimo de seis mil escudos, para aproximação aos mínimos europeus praticados no sector, refere a FSTFP/CGTP. A EMEF tem contraproposto, segundo a federação sindical, aumentos da ordem dos mil escudos.

Desde 1 de Fevereiro, salienta-se num comunicado da comissão executiva da federação, deveriam vigorar novos valores na tabela salarial e demais matéria de expressão pecuniária, «mas a administração tem arrastado o processo com a entrega de proposta tardiamente e com a marcação de reuniões sem conteúdo». «Esperamos que na reunião de dia 7 de Abril, perante a greve, a administração inverta a sua posição na mesa de negociações e responda às reivindicações dos trabalhadores», dizia a nota emitida na passada quinta-feira.

## D. Maria II

O novo período de greve dos trabalhadores do Teatro D. Maria II, marcado para terça-feira, ontem e hoje, foi suspenso. António Ferreira, do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, disse segunda-feira que a suspensão foi decidida em plenário realizado sábado, tendo em consideração que o ministro da Cultura recebeu na passada semana uma delegação do STE e assumiu a direcção das negociações com o sindicato. Os trabalhadores vão fazer a apresentação por escrito das suas reivindicações, a que o ministro responderá em oito dias.

## Grupo GDP

A partir de amanhã os trabalhadores do grupo Gás de Portugal voltam à greve, desta vez por 30 dias, em defesa da manutenção dos postos de trabalho, objectivos da paralisação de 48 horas, a 17 e 18 de Março. Armando Farias, da Fequimetal/CGTP, lembrou que na origem das greves está um «projecto de intenções» da GDP e do Governo, que põe em causa cerca de 400 postos de trabalho. A substituição do gás de cidade pelo gás natural deverá pôr em causa cerca de 200 postos de trabalho, e os outros 200 deverão ser extintos pela crescente concessão de actividades a entidades privadas. Por seu turno, o presidente da GDL (também em declarações à Lusa) admitiu apenas a extinção de 100 postos de trabalho, em 1999, e de 130, até ao final de 2001.

O grupo GDP tem cerca de 550 trabalhadores e três empresas: a GDL, que produz e distribui o gás de cidade, a Driftel, que produz plastificantes, e a Carbolis, que fabrica anidrido carbónico.

## Plenário nacional encara formas de luta

## Bombeiros exigem dignidade para a profissão

O STAL e o STML assumem-se como sindicatos representativos dos bombeiros profissionais e exigem do Governo que inicie negociações sobre um regime de carreiras único e que defina quem é a entidade oficial que trata das questões desta classe.

A criação de uma carreira única — para acabar com a discriminação existente entre bombeiros sapadores e municipais — é uma das reivindicações que iam estar na base das «formas de luta», a aprovar ontem num plenário nacional convocado pelos sindicatos da Administração Local e do Município de Lisboa.

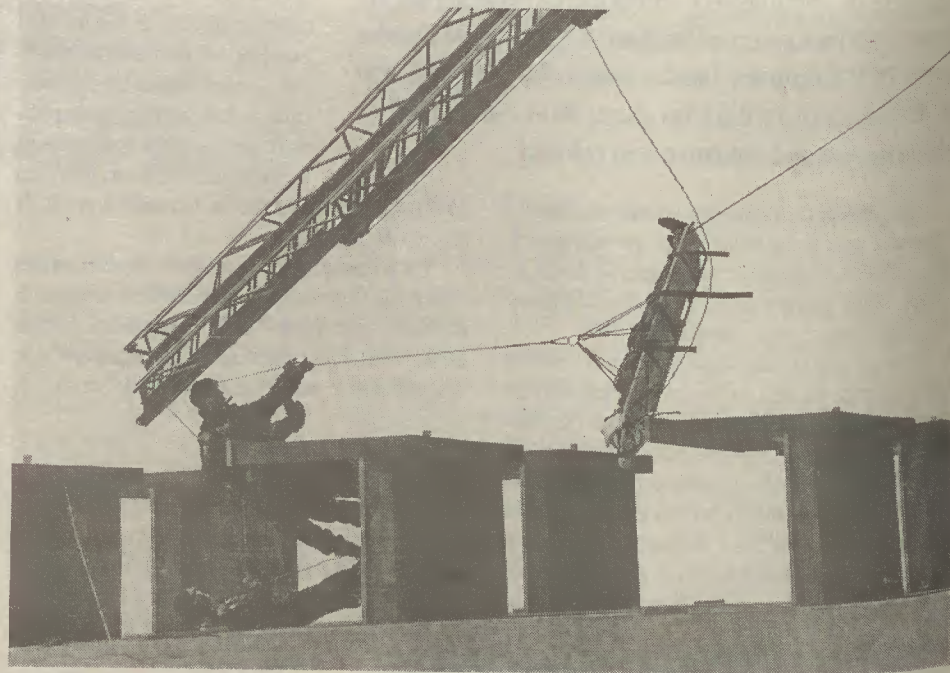
Mantendo como principal exigência o cumprimento da lei por parte do Governo, com a abertura de negociações em tempo útil, os sindicatos reclamam ainda do executivo de António Guterres e Jorge Coelho que seja rapidamente regulamentado o suplemento de insalubridade, penosidade e risco; que seja integrado no índice 100 da sua escala indicária o adicional de 2 por cento, como já suce-

deu com os restantes trabalhadores da Administração Pública; que sejam criadas as medidas necessárias, que garantam o pagamento dos retroactivos a 1 de Janeiro de 1998, como aconteceu com as carreiras do Regime Geral.

Pretendem ainda que seja dada continuidade à discussão sobre formação profissional, com base no projecto da Academia Nacional de Fogo, apresentado ao Governo em 1992 pelo STML e que é agora assumido também pelo STAL.

## Lisboa

Na sessão pública de 31 de Março da Câmara Municipal de Lisboa, o STML interveio para



Está atrasada a revisão e aplicação do regime de carreiras dos bombeiros profissionais, protestam os sindicatos (foto de arquivo)

expressar o descontentamento dos trabalhadores por ainda não terem sido pagas as actualizações salariais decorrentes da reestruturação das carreiras, «apesar do ofício enviado a

todos os serviços garantindo a actualização faseada dos salários» e «apesar das declarações feitas à imprensa, garantindo o cumprimento dos prazos».

Na sessão compareceram

dirigentes e delegados sindicais e trabalhadores da CML, que apoiaram a exigência de imediata actualização dos salários, bem como de resolução dos concursos em atraso.

## Pescadores do arrasto mantêm greve e abertura à negociação

Os pescadores de arrasto solicitaram à associação patronal uma reunião para anteontem, numa tentativa de encontrar uma solução para a greve que iniciaram domingo à noite, por tempo indeterminado, e que contou, logo de início, com uma adesão «expressiva».

Segundo a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca (CGTP), não saiu para o mar nenhuma embarcação, «seja em Matosinhos, seja em Aveiro,

Figueira da Foz, Portimão ou Lisboa».

Numa nota de imprensa que emitiu na segunda-feira, a federação salienta que os trabalhadores da pesca do arrasto costeiro «não podem continuar a ganhar soldadas fixas de miséria, no valor de 25 contos, ou percentagens de pesca que não são alteradas há mais de 30 anos, apesar da constante redução das tripulações». A greve foi decidida como forma de protesto contra a

falta de resposta dos armadores, da sua associação (ADAPI) e das empresas às propostas sindicais, apresentadas em Maio do ano passado, e contra a «recusa constante» dos armadores em negociar com a federação da Pesca o contrato colectivo de trabalho do sector.

António José Macedo, do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, disse à Lusa que a decisão de marcar um encontro para terça-feira com a ADAPI

resultou de uma proposta apresentada segunda-feira num plenário em Aveiro (realizaram-se também plenários em Matosinhos, Figueira da Foz, Portimão e Lisboa), onde representantes do Sitmaq e do Sindicato das Pescas de Aveiro (filiação na UGT) apresentaram uma proposta de acordo com o patronato, que «foi esmagadoramente recusada». «Na sequência dessa decisão, foi proposto àqueles sindicalistas usarem as suas boas relações

com a associação patronal para marcar um encontro para uma tentativa de negociação conjunta CGTP/UGT/patrões», referiu o sindicalista.

Para ontem, ficou convocado um plenário nacional na Figueira da Foz.

«Até lá, a greve mantém-se e nesse plenário será decidido, de acordo com o que se conseguir na terça-feira, a continuação ou não da paralisação», acrescentou António José Macedo.

## Festru suspende greve dos camionistas

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos suspendeu terça-feira de manhã a greve de camionistas, iniciada às zero horas de segunda-feira, alegando que houve empresas que se disponibilizaram a pagar a tabela salarial reivindicada.

Em comunicado citado pela Lusa, a Festru/CGTP solicita também ao Ministério do Trabalho a marcação imediata de uma reunião de negociações e ameaça voltar à greve, caso a Antram (associação patronal do sector de transporte de mercadorias) não assuma os seus compromissos e não evolua positivamente na sua posição.

A federação afirma que «algumas empresas se disponibilizaram a pagar aos trabalhadores a tabela salarial reivindicada à mesa das negociações». Faz fé igualmente em declarações da Antram, que estaria disponível para prosseguir de imediato o processo de negociações.

A greve de camionistas, que ameaçou perturbar o fornecimento de combustíveis, registou «elevados índices de adesão», segundo a federação, havendo notícias de que a Petrogal terá registado uma quebra de 20 por cento nas frotas de abastecimento.

## Reivindicações justas

Do pacote de reivindicações da Festru faz parte um montante mensal de 110 contos para todos os camionis-

tas, cujos salários em vigor foram acordados em 1997. Além do cumprimento do actual subsídio de risco e seguro de vida para os trabalhadores de mercadorias perigosas, a Festru reivindica uma componente de 25 contos mensais para quem transporta e simultaneamente faz o transbordo da gasolina para os postos de venda. O direito à compensação das folgas passadas no estrangeiro, no caso dos camionistas dos TIR (direito que os trabalhadores acusam a Antram de tentar retirar e legalizar através do contrato colectivo ao quilómetro ou à viagem), são outras matérias em causa.

Segundo os sindicalistas, a associação patronal pretende atribuir um aumento de três por cento, mas condicionado por pontos «inaceitáveis», como mudança do local de trabalho dos camionistas e alteração de funções para a polivalência sem contrapartidas, entre outras.

Segundo o presidente da Antram, os motoristas auferem salários-base de 101 200 escudos (e não de 98 200, como diriam os sindicatos). Osvaldo João Costa adiantou ainda à Lusa que um motorista de transportes internacionais (TIR) ganha, brutos, mais de 300 ou 350 contos por mês, enquanto os do transporte de mercadorias perigosas têm salários médios de 210 a 220 contos (também valores brutos). Estas importâncias, precisou o representante patronal, estão relacionadas, na maior parte das vezes, com incentivos à produção dados pelas empresas.

O pagamento de salários ao quilómetro — entre 15 a 20 escudos — leva a situações dramáticas «de pessoas que fazem mais de 20 mil quilómetros por mês», como disse à Lusa, Hernâni Mota, um camionista de Coruche. «E assim as contas são fáceis de fazer: 20 mil quilómetros por mês representa uma média de 750 quilómetros por dia, que só podem ser feitos com mais de 10 horas de volante nas mãos».

Caracterizando também as condições de trabalho neste sector — com cerca de 20 mil trabalhadores e 4 mil empresas — Artur Reis, da direcção da Festru, referiu-se ao «medo que os profissionais têm de ser despedidos, caso os patrões saibam que, por causa da greve, pararam os veículos». Para além do pagamento de remunerações ao quilómetro, à tonelada ou à viagem, há «cada vez em maior número», camionistas com veículo próprio. A falta de tempo, até para as famílias, e o facto de fazerem vida na estrada são factores que dificultam a sindicalização e organização dos trabalhadores dos transportes de mercadorias.

Motoristas de camiões TIR de longo curso, contactados pela Lusa na região da Guarda, Covilhã e Vilar Formoso, afirmaram que «existem situações de pressão da entidade patronal para que trabalhem e não adiram à greve». Solicitando o anonimato, com receio de represálias, os motoristas disseram que «esta paralisação assume importância pela necessidade de pressão e protesto contra as posições da Antram».



## TRABALHADORES

## CGTP intensifica a luta

# Contra o pacote laboral por melhores salários com direitos

Ontem reuniu em Lisboa o plenário nacional de sindicatos, que de tarde foi à Assembleia da República expressar o repúdio dos trabalhadores face à proposta de lei sobre o trabalho a tempo parcial e os incentivos que o Governo se propõe dar ao patronato para generalizar aquele regime.

A proposta do Governo é considerada como a mais grave das peças que constituem o pacote de alterações à legislação laboral, saído da Concertação Estratégica pela mão do executivo PS, que assim correspondeu aos compromissos assumidos com as associações patronais antes das eleições legislativas de 1995.

O plenário de quarta-feira, no Pavilhão Carlos Lopes, fez o balanço da acção de luta nacional, realizada dia 25 de Março, «no quadro da luta reivindicativa desenvolvida no primeiro semestre de 1999». O departamento de informação da CGTP

informou ainda que os sindicalistas iriam «perspectivar a acção sindical e a luta reivindicativa nos próximos tempos» e preparar a intervenção nos 25 anos do 25 de Abril e as comemorações do Dia do Trabalhador.

## Setúbal

A Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Setúbal acusou segunda-feira o Governo de «não ter ouvidos para os trabalhadores» e reafirmou que os deputados «não devem ignorar



Depois da grande manifestação de 25 de Março (foto), a CGTP levou ontem de novo a São Bento o seu protesto contra o «frete» do Governo ao patronato

as posições dos trabalhadores» quando se pronunciarem sobre os

projectos legislativos. A executiva da estrutura distrital da CGTP recorda «o amplo e vigoroso movimento de protesto e oposição ao pacote laboral, que teve expressão institucionalizada nas centenas de pareceres enviados à Assembleia da República, bem como nas numerosas moções, nos abaixo-assinados e outras tomadas de posição, aprovadas, designadamente, nos locais de trabalho».

A nota de imprensa emitida pela USS «saúda calorosamente os milhares de trabalhadores do

distrito de Setúbal que, no passado dia 25 de Março, se juntaram aos cerca de 50 mil manifestantes que aderiram à acção nacional «Por Abril, defender os direitos dos trabalhadores, contra o pacote laboral».

Os trabalhadores do distrito «irão continuar a lutar pela resolução dos problemas», afirma a executiva, apontando as lutas, marcadas para esta semana, nos transportes de mercadorias, na Unicervi, na Lusosider, na Administração Pública e Local.

## Greve de enfermeiros marcada para dia 23

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses decidiu convocar uma greve para o próximo dia 23, por considerar que a proposta apresentada segunda-feira pelo Governo não contempla as principais reivindicações e contraria os compromissos assumidos na primeira reunião pelo ministro Jorge Coelho e pela ministra Maria de Belém.

Guadalupe Simões, dirigente do SEP, disse à Agência Lusa, no final de uma reunião realizada em Lisboa com representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado do Orçamento e da Direcção-Geral da Administração Pública, que a proposta governamental «não garante a paridade entre a carreira de enfermagem e as carreiras técnica e técnica superior da Administração Pública». «A proposta do Governo, na matéria hoje em análise, é totalmente importante para os enfermeiros, é totalmente inaceitável, porque não garante ganhos para todos

os enfermeiros, mas apenas para o início e topo da carreira e, mesmo assim, não nos valores defendidos pelo SEP», acrescentou Guadalupe Simões.

A direcção do SEP já tinha admitido a possibilidade de uma greve nacional, depois de, no dia 26 de Março, o Governo ter tomado uma «posição de recuo e má-fé» face aos compromissos que havia assumido dez dias antes «relativamente às matérias reivindicativas, consensualizadas e consideradas prioritárias no 1.º Congresso Nacional do SEP, decorrente do acordo de Março de 1998». Entre estas matérias encontram-se, para além da paridade com as carreiras Técnica e Técnica Superior da Administração Pública, a contagem do tempo de serviço, a publicação dos diplomas que alteram a formação dos enfermeiros para uma licenciatura de base, e a consagração da enfermagem como profissão de risco e penosidade.

## Centralcer responsabilizada pelos problemas na Unicervi

Cem trabalhadores da distribuidora Unicervi, onde se mantém a paralisação iniciada a 16 de Março, deslocaram-se anteontem de Grândola e de Palmela até à sede da Centralcer, em Vialonga, para exigirem que esta assuma as suas responsabilidades e evite o despedimento colectivo de 55 pessoas.

A concentração frente à Centralcer foi decidida na segunda-feira, em plenário, depois de se terem revelado infrutíferas as diligências feitas junto do Governo e do PR, e face à posição irreductível da gerência da Unicervi - informou o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal. Em declarações à Lusa, um membro da direcção do CESP/CGTP defendeu que a resolução dos problemas da Unicervi passa por um acordo entre os trabalhadores, que são os principais credores da empresa, e a Centralcer. Manuel Guerreiro disse que tal acordo «é inevitável» e que «se não for antecipado, como pretendem os trabalhadores, terá de ser conseguido mais tarde, em tribunal». O Governo «podia ter um papel importantíssimo, se promovesse esta tentativa de acordo, com vista à nomeação de numa nova administração da Unicervi», acrescentou.

### Distribuição pressionada

A situação da Unicervi é comum a todas as empresas do sector da distribuição tradicional de águas, sumos e refrigerantes, denuncia o CESP. Num comunicado que divulgou na segunda-feira, o sindicato acusa a Centralcer, a Unicer, a Sumolis, as Águas das Pedras e outras fábricas de «encostarem as distribuidoras exclusivas à parede, com sucessivas exigências». Entre outros factos, o CESP afirma que as fábricas retiram às distribuidoras os principais clientes, concedendo-lhes benefícios de preços e condições de pagamento, o que cria situações em que os super e hipermercados e os grandes armazéns conseguem vender as bebidas a preços mais baixos do que os praticados para os distribuidores tradicionais.

No caso da Unicervi, «é óbvia a responsabilidade da gerência», mas a crise da empresa foi profundamente agravada depois da Centralcer ter suspenso o fornecimento e criado uma rede de distribuição alternativa. Por tudo isto, os trabalhadores exigem que a cervejeira assuma as suas responsabilidades, apoie a viabilização da Unicervi e a continuação dos postos de trabalho.

## Boa adesão nos museus

Os trabalhadores dos museus e palácios dependentes do Ministério da Cultura aderiram «muito bem» à greve convocada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública para o fim-de-semana da Páscoa. Entre os mais de 400 funcionários do quadro, a adesão situou-se acima dos 90 por cento, o que levou a que se mantivessem encerrados em Lisboa, entre outros, os museus de Arte Antiga, do Chiado e do Teatró.

Em relação a Domingo de Páscoa, um dos quatro dias do ano em que todos os museus e palácios estão fechados em Portugal, o portavoz da FNSFP explicou à Lusa que a greve foi marcada «por uma questão de precaução».

Esta greve foi convocada para exigir a «negociação urgente da revalorização de carreiras e categorias específicas e atípicas, a reestruturação das carreiras de conservação e restauro e de museologia e ainda o regime de horários, folgas e feriados», adiantou Vítor Ricardo, sublinhando que a resolução de cada uma destas questões arrastou-se há já três anos. A federação acusa o ministro Carrilho de não ter «cultura negocial», como ficou claro na inconclusiva reunião que tiveram em 17 de Março.

Além de Domingo de Páscoa, os museus e palácios estão fechados sempre a 1 de Janeiro, a 1 de Maio e a 25 de Dezembro. Desde 1997, a decisão de abrir ou não os museus e palácios na Sexta-feira Santa passou a ser da responsabilidade dos directores dos referidos estabelecimentos.

### SIC desconvocou

No dia 1 de Abril, a FNSFP teve que emitir uma nota desmentindo a «infundada notícia, divulgada já esta tarde pela emissora de televisão SIC, de que foi desconvocada a greve dos trabalhadores dos museus e palácios dependentes do Ministério da Cultura», uma vez que «não se registou nenhuma evolução nas posições anteriormente assumidas sobre as reivindicações apresentadas».

## Ex-Siderurgia

Hoje estão em luta os trabalhadores da SN Longos e da Lusosider, unidades de Paio Pires que resultaram do desmembramento da Siderurgia Nacional e onde «as administrações privadas tentam instalar a prepotência e a arbitrariedade» - denunciou anteontem a Fequimetal/CGTP. Na empresa de produtos longos, depois dos plenários sectoriais, os trabalhadores reúnem hoje de manhã em plenário geral, para preparar o combate contra a tentativa de imposição de horários de 10.30 horas, entre 6.ª-feira e domingo, sem pagamento de trabalho suplementar e até com diminuição do valor do subsídio de turno.

Na Lusosider (aços planos) está convocada uma greve de 12 horas por trabalhador desde ontem e até sábado, para que a administração franco-holandesa apresente propostas credíveis de revisão salarial. Indiferente às lutas de 14, 25, 26 e 27 de Março, a administração aplicou por acto de gestão aumentos de um por cento.

## Tivoli

Começou com uma adesão de 95 por cento a greve dos trabalhadores das quatro unidades dos hotéis Tivoli, realizada no fim-de-semana da Páscoa. Em declarações à Lusa, Rodolfo Caseiro, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, referiu que devido à adesão à greve, «o Tivoli Lisboa está um caos, estando por isso parte dos clientes a abandonar o hotel». O pessoal das quatro unidades Tivoli já tinham feito uma greve de 24 horas, a 25 de Março, mas uma reunião posterior com a administração não produziu qualquer desbloqueamento das negociações. A recusa da administração a cumprir o acordo firmado com os representantes dos trabalhadores no ano passado continua a ser o motivo da luta.

## Tabaco

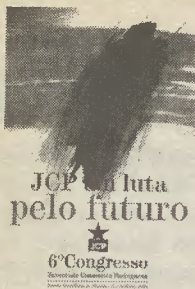
Ao terceiro dia a greve do pessoal de fiscalização do tabaco registava uma «adesão total», provocando a «paragem de laboração» na Tabaqueira. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, em comunicado citado pela Lusa, referia que a paralisação — que se prolongou até às 24 horas de segunda-feira — atingira os 100 por cento e que os seus prejuízos foram «muito superiores» aos valores que corresponderiam à satisfação das reivindicações dos trabalhadores. Na origem da greve estão questões relacionadas com a requalificação profissional, depois de, de há cinco anos, os agentes terem sido transferidos da Inspeção Geral das Finanças para a Direcção Geral das Alfândegas.



## JUVENTUDE

Delegados estrangeiros no Congresso da JCP

## Dos sonhos às lutas comuns



Texto Isabel Araújo Branco  
Fotos Sérgio Morais

**A**s diferenças são muitas, mas no essencial os jovens de todo o mundo partilham as mesmas dificuldades e as mesmas aspirações. Isso ficou bem claro no IV Congresso da JCP, realizado no último fim-de-semana de Março, e chegamos à mesma conclusão na série de entrevistas que realizámos com várias delegações internacionais, cuja publicação iniciamos hoje. Como afirma Iraklis Tsavdaridis, presidente da Federação Mundial da Juventude Democrática, «temos de alcançar bases e elementos comuns, porque os nossos sonhos são comuns, tal como os nossos inimigos».

**Iraklis Tsavdaridis,** presidente da Federação Mundial da Juventude Democrática, grego, 31 anos

## «O imperialismo não é todo-poderoso»

**Avante!** – Fala-me da Federação, dos seus objectivos e das suas iniciativas.

**Iraklis Tsavdaridis** – Como sabes, a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) faz 54 anos este ano. As nossas actividades e os nossos objectivos estão muito ligados à nossa história, à nossa identidade e à nossa natureza. Naturalmente, ajustamos as nossas acções às necessidades e às situações actuais. Na nossa última assembleia, que se realizou no Chipre em Janeiro, a federação reafirmou a sua identidade enquanto movimento de juventude de esquerda e a sua natureza claramente anti-imperialista. Isto quer dizer que a federação luta pelos direitos da juventude em todo o mundo, a nível regional, nacional e internacional, não só através das organizações que a compõem, mas também através das suas próprias iniciativas. Lutamos pelo melhoramento da situação dos jovens em todo o mundo, pela paz, pelo progresso social, pela justiça, por uma sociedade melhor.

– Quais os grandes problemas com que a juventude mundial se debate hoje em dia e quais são as suas principais reivindicações?

– Na nossa última assembleia tivemos oportunidade de discutir os principais problemas da juventude de todo o mundo e uma das primeiras conclusões a que chegámos é que, apesar do grande número de países e regiões, os problemas são muito semelhantes e muito comuns.

Questões como a educação, o facto de ser paga, o acesso... encontramos muitas semelhanças em todos os países, sempre com base no ataque neoliberal aos direitos dos jovens. Se olharmos para o desemprego, vemos que os interesses dos capitalistas e as empresas multinacionais estão em todo o lado e são os principais inimigos da juventude e dos trabalhadores em geral.

Se nos virarmos para o problema da paz, percebemos que se verificou recentemente uma escalada da violência com os bombardeamentos da Nato sobre a Jugoslávia. Os países da Nato dizem que fazem tudo em nome de causas humanitárias, mas para nós é evidente que não pode haver uma paz genuína com a agressão imperialista. O único interesse da Nato é aumentar as suas zonas de influência.

Mas há muitos outros problemas, como a sida, a discriminação sobre as mulheres, a saúde e a comunicação.

– Existem grandes diferenças entre as juventudes de diferentes países?

– A grande maioria dos jovens têm em comum sonhos, aspirações e direitos. Mas, é claro, que o nível dos problemas não é o mesmo em todos os países, embora as mesmas problemáticas estejam presentes em todos eles. Devido ao colonialismo e ao imperialismo, alguns países estão em situações mais graves do que outros, lidando com questões como o analfabetismo e o subdesenvolvimento.

Contudo, ao mesmo tempo, nos países como os nossos, considerados como desenvolvidos, os problemas dos jovens não param de aumentar. Podemos encontrar em cada país do chamado «primeiro mundo» um número crescente de jovens que lidam com o desemprego e precariedade, por exemplo. Vi há pouco tempo estatísticas da União Europeia que mostram que 29 por cento dos portugueses vive abaixo do nível de pobreza e que Portugal é o país com uma maior taxa de pobreza da Europa. A seguir surge o meu país, a Grécia, com 24 por cento. Mesmo nos países da UE, a pobreza é um problema que está a aumentar e, desse ponto de vista, há muitas semelhanças.

Por outro lado, com a diversidade de problemas temos de alcançar bases e elementos comuns, porque os nossos sonhos são comuns, tal como os nossos inimigos. Temos de coordenar as nossas acções.

– Qual a importância de uma organização deste género, isto é, qual é a importância dos jovens de vários países se juntarem?

– As razões que presidiram ao estabelecimento da federação em 1945 continuam actuais. Dou-te um exemplo: se lermos a Carta das Nações Unidas para a Juventude, que foi ratificada em 1985, nem 10 por cento dos direitos foram implementados. Nós não lutamos apenas por isto, mas a questão aqui é que nem sequer as decisões da ONU são válidas por causa das pressões e do poder das forças imperialistas.

A FMJD tem muito trabalho pela frente para unir as forças de juventude progressistas de todo o mundo, apontar todos os seus inimigos e tentar criar uma frente internacional contra o imperialismo. Temos tantas ocasiões para mostrar que a FMJD é a única plataforma internacional de jovens verdadeiramente activa... O último Festival da Juventude, realizado em Cuba há dois anos, e todas as outras iniciativas que se lhe seguiram mostram que todos os nossos membros estão a trabalhar nos seus países para o sucesso desses eventos.

– Por onde passam as soluções dos problemas dos jovens?

– Essa é uma pergunta difícil. Os problemas não podem ser resolvidos apenas ao nível da juventude. Mesmo se a FMJD tivesse mais força, não poderia resolver os problemas sozinha. As soluções têm de ser encontradas com a ajuda de movimentos das populações, sejam sindicatos ou outras organizações. Apesar de constituírem uma importante componente, os movimentos de juventude, por si só, não conseguem resolver os problemas. Podemos pressionar, planear as acções em cada país juntamente com outros movimentos. Portanto, não temos ilusões sobre podermos resolver todas as questões sozinhos, mas sabemos que temos a capacidade de agir.

O imperialismo não é todo-poderoso. Pode parecer que é,

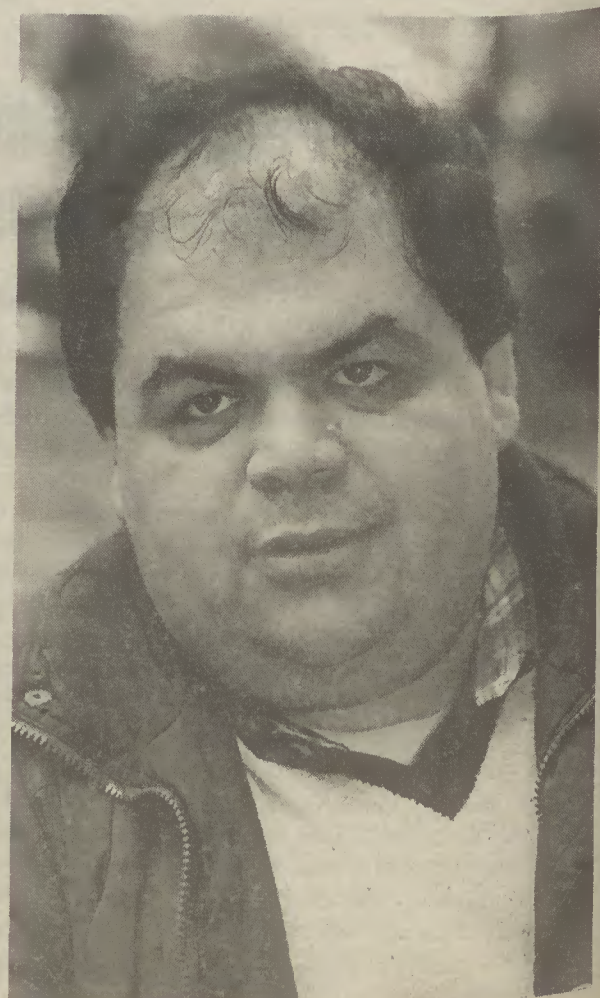
mas não é. O poder das populações e dos jovens pode provar isso mesmo.

– Como vês o futuro de um rapaz ou de uma rapariga que tenha hoje 20 anos?

– Primeiro, diria que os jovens têm de ter autoconfiança e acreditar no poder dos povos. Os sonhos individuais só podem ser concretizados no âmbito da implementação de sonhos colectivos. Cada rapariga ou rapaz tem de lutar ao lado dos seus companheiros, colegas, amigos nas escolas e nos locais de trabalho. Sozinho, ninguém consegue resolver os problemas.

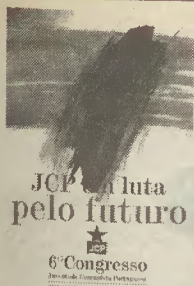
O capitalismo diz-nos para olharmos apenas para os nossos interesses pessoais, para resolvermos só os nossos problemas, sem nos preocuparmos com os outros. Não somos uma organização humanitária ou religiosa, mas acreditamos fortemente na solução no poder colectivo e nas soluções colectivas dos problemas.

É assim que vemos a realização dos sonhos dos jovens em geral.





## JUVENTUDE



**Niurka Duménigo García,** representante da União

da Juventude de Cuba, 31 anos, presidente da Organização de Pioneiros José Martí

## «Cada vez que saio de Cuba, agarro-me mais ao meu país»

**Avante!** – Quais são as grandes dificuldades que a juventude cubana tem de enfrentar devido ao bloqueio dos EUA?

**Niurka Duménigo García** – Cuba está submetida a um brutal bloqueio há quase 40 anos e são os jovens e as crianças que sofrem as principais consequências, por ser as idades em que mais precisam de uma boa alimentação, de serviços médicos e de material escolar.

Quando eu era adolescente, a situação era diferente. Agora temos um período especial em Cuba. O bloqueio impede que organizações amigas nos mandem medicamentos, equipas médicas ou alimentos. Amigos de Cuba negociaram com o país durante muitos anos, mas a lei norte-americana Helms-Burton impede-os de enviarem barcos. O que recebemos é por pura solidariedade. Existem muitas pessoas que através de organizações entregam materiais, medicamentos e alimentos. Mas foi uma etapa muito difícil da Revolução, especialmente para os jovens.

**– Não existe a tentação de cair no erro de pensar que a culpa da situação económica e do bloqueio é do comunismo?**

– Para nós é bem claro o papel do imperialismo norte-americano. A juventude cubana confia plenamente na sua revolução. Somos muito críticos connosco próprios. Não te posso dizer que não somos uma juventude rebelde, que não estamos numa permanente auto-análise para nos aperfeiçoarmos. A população de Cuba sabe que a solução desta etapa difícil está na condução do Partido Comunista.

Os jovens e as crianças cresceram na Revolução e sabemos como é o capitalismo através dos nossos pais, da História, daquilo que conta quem vai estudar ao estrangeiro. Para mim, por exemplo, que estou agora em Portugal, é muito fácil perceber as diferenças entre um país capitalista e um país socialista, onde há igualdade de educação e saúde, onde tudo isso é gratuito, onde não tens de pagar assistência médica, a escola ou a uni-

versidade, onde tens um trabalho seguro logo que saias da faculdade.

**– Actualmente, como é a situação económica em Cuba?**

– Estamos a assistir a um melhoramento da situação económica, com investimentos estrangeiros. Lentamente, vêm-se melhorias mesmo ao nível da vida da população. O turismo passou a ser a nossa principal fonte de emprego e há muita gente interessada em fazer turismo em Cuba, não apenas pessoas da América Latina.

A cana-de-açúcar, outra fonte de capital, está muito melhor este ano do que o ano passado. Há melhores resultados na agricultura e na indústria, há mais transportes, há mais e melhores alimentos, a televisão está a funcionar durante mais horas. A tecnologia e a indústria médica equiparam-se ao primeiro mundo, embora nós façamos parte do terceiro mundo.

**– Quais são as perspectivas para o fim do bloqueio?**

– Não convém nada aos Estados Unidos haver uma amostra para o mundo do que é uma revolução. E como não lhes convém... Eu não vejo perto o fim do bloqueio. O capitalismo também está em crise, por isso tínhamos de ver como é que agirão as forças política no futuro. Cuba é das melhores maneiras de entender que é possível uma sociedade justa.

**– Quando olhamos para um mapa, é impressionante comparar o tamanho dos Estados Unidos e de Cuba e ainda mais impressionante é quando pensamos em todos estes anos de resistência do povo cubano...**

– Há agora algumas campanhas propagandísticas no estrangeiro em relação a algumas leis que introduzimos no código penal para sancionar com mais severidade delitos que ponham em perigo o país, leis de protecção da economia cubana à semelhança do que acontece em qualquer país. Qualquer país do mundo tem leis sobre a protecção da sua soberania e não acontece nada. Mas



quando Cuba aprova uma lei deste tipo, toda a gente diz que vai contra os direitos. A lei é exactamente o contrário, defende os direitos dos cidadãos.

Comentava uma amiga minha da Catalunha (Espanha) como as informações chegam completamente distorcidas ao seu país. Em Cuba há problemas, não há nenhuma sociedade perfeita, mas falta objectividade e justiça para falar deles.

Foi muito bom para nós o Festival Mundial da Juventude, porque jovens de todo o mundo viveram nas nossas casas e viram como o país é de facto. Chegam a apresentar-nos muitas vezes como uma ditadura! Nada mais falso!

Temos direitos garantidos, saúde, educação, segurança social. Vivemos sem sobressaltos de violência, de matanças... E isto aconteceu com um único partido: o Partido Comunista. Não temos por que mudar, se nos saímos bem. E nesta realidade cresci eu e, cada vez que saio de Cuba, agarro-me mais ao meu país.

**Jens Kirkegaard,** da Juventude Comunista da Dinamarca, 23 anos, trabalhador da construção civil

## «Queremos fazer algo diferente, mostrar que há outras maneiras de resolver os problemas»

**Avante!** – Podes comentar a situação social e política na Dinamarca?

**Jens Kirkegaard** – A situação social e política na Dinamarca é muito semelhante à de outros países da Europa. Assistimos às mesmas perdas de direitos sociais em todos os governos, especialmente os que dizem respeito aos jovens e aos estudantes. Há grandes retrocessos na saúde, na educação e para os desempregados.

As pessoas estão-se a afastar da social-democracia, porque elegeram pessoas que não cumpriram as suas promessas. Há um espaço político que nós, os comunistas, ocupamos e de que nos servimos para dizer às pessoas que queremos algo diferente das opiniões assépticas. Queremos dizer algo diferente, fazer algo diferente, mostrar-lhes que há outras maneiras de resolver os problemas do país. Em vez de reduzir, devia-se cobrar àqueles que enriqueceram nos últimos anos.

**– Quais são os principais problemas e as principais reivindicações da juventude dinamarquesa?**

– Há um grande número de jovens que não se preocupam com as coisas, que pensam que não conseguem mudar o estado das coisas e que por isso não vale a pena se interessarem por nada. Não se envolvem e esperam que os outros decidam por eles. Este é um grande problema na Dinamarca. Tentamos torná-los activos, de forma a assumirem a responsabilidade pelo seu futuro, dar-lhes uma opinião sobre as coisas.

Mas é óbvio que todos conseguem ver que algo está mal e se sentem frustrados de muitos pontos de vista. Há muitas pessoas que se mostraram promissoras, que foram bons alunos na escola, a quem foi oferecida grandes possibilidades educativas e que falharam.

Actualmente, temos as maiores manifestações estudantis dos últimos anos, com 10 mil alunos nas ruas, o que é muito na Dinamarca.

**– Mas há outros problemas, como o desemprego...**

– Sim, claro, e esse é bem grave, em particular porque existe uma regra especial que obriga a trabalhar todos os desempregados com menos de 25 anos. A única coisa que pagam são os subsídios de desemprego. As pessoas não escolhem o que fazem, não têm quaisquer direitos, não podem negociar ou decidir nada, não podem fazer greve. E estas regras estão-se a tornar cada vez mais apertadas.

**– No sul da Europa é muito comum pensar que o sistema educativo e a segurança social na Dinamarca são melhores que os nossos. Essa ideia corresponde à verdade?**

– Nós temos este modelo que os sociais-democratas consideram perfeito, um sistema económico que é um misto de capitalismo e socialismo. Mas a verdade é que agora se verifica um grande número de cortes. Já não temos um bom sistema educativo. Dizem que a educação é gratuita, mas os estudantes têm de comprar todos os livros e todo o outro material necessário. E isso é uma quantia muito elevada, especialmente se não tens dinheiro para isso.

Há, por um lado, aqueles que têm possibilidades económicas, que vêm de famílias abastadas, e, por outro, aqueles que não têm o apoio dos pais. Ou seja, aqueles que têm oportunidade de ter uma boa educação e de seguir uma carreira e aqueles que não têm.

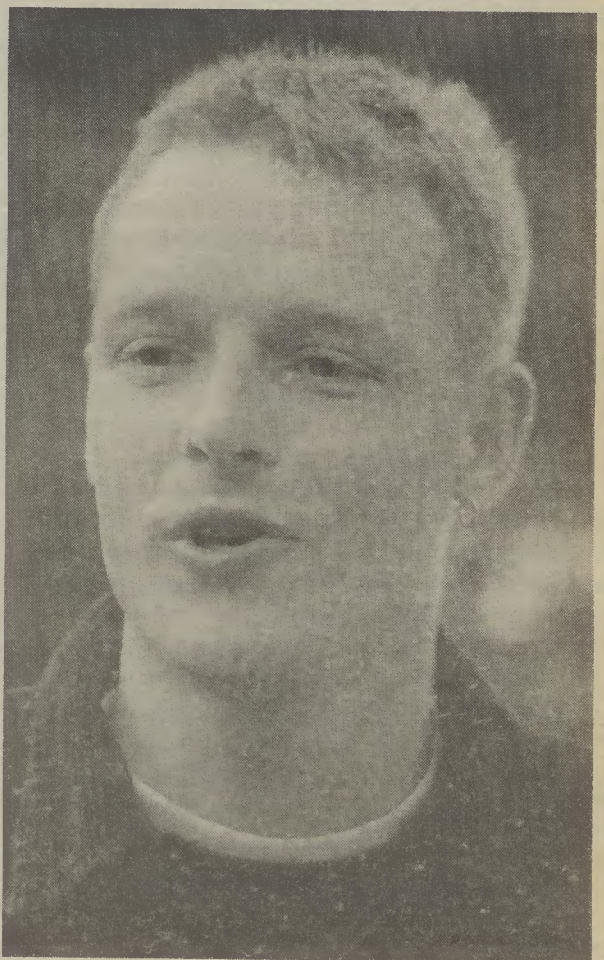
**– Qual é a implantação dos jovens comunistas na Dinamarca?**

– A maior dos jovens comunistas são trabalhadores, pelo que temos grande influência nos sindicatos. Tivemos um papel muito activo no movimento contra o tratado da União Europeia. Nem sequer vamos participar nas próximas eleições para o Parlamento Europeu.

**– Como vêm um estreitamento das relações entre as juventudes comunistas e progressistas da União Europeia?**

– Bem, é complicado economicamente... Mas devia haver

uma maior troca de opiniões e de experiências, devíamos fazer algo juntos. Muitos dos problemas de Portugal são os mesmos da Dinamarca. Vocês têm grandes manifestações de estudantes e isso é uma coisa recente na Dinamarca. Isso é uma das coisas que devemos aprender entre nós.





## Palavras

## e Cromos

■ Urbano  
Tavares  
Rodrigues

## A transmissão da memória

O novo livro-documento de Jaime Serra, *As explosões que abalaram o fascismo*, rigoroso, conciso, quase sem adjetivos, vem iluminar uma fase decisiva da luta antifascista em Portugal no início dos anos 70, quando o Partido Comunista desenvolve finalmente a acção revolucionária armada (ARA), que o livro de Álvaro Cunhal *Rumo à vitória*, muito anterior, já deixava pressentir como projecto.

Há que ler, pelo interesse que apresenta, como transmissão da memória, não só este, mas o livro anterior de Jaime Serra *Eles têm de saber*. São obras que alargam o nosso campo de conhecimento dessa realidade até agora oculta em que um punhado de homens, aos quais a nossa Pátria muito deve em tenacidade, sacrifício e verdadeiro heroísmo, enfrentaram as forças da repressão e, muitas vezes com risco iminente da perda da liberdade e da própria vida, ousaram sabotar a criminosa guerra colonial e minar o edifício da ditadura, que era, senão a mais feroz, porque havia a Espanha ao lado e havia a Grécia dos coronéis, pelo menos a mais absurda, ao mesmo tempo astuta e estúpida, tirania desse tempo, responsável por massacres cruéis e vergonhosos nas antigas colónias, onde também milhares de portugueses iam em vão morrer ou ficavam estropeados no corpo e no espírito.

A colocação de uma carga explosiva no costado do navio Cunene, prestes a partir para o teatro da guerra, com material militar e logístico, e que ficou logo em perigo de afundamento; e a deflagração de outros engenhos explosivos no Centro Cultural da Embaixada dos Estados Unidos da América, que continuavam a flagelar com atrozes bombardeamentos de napalm, desfolhantes e outras armas químicas a terra mártir do Vietnam, além de apoiarem o fascismo salazarista-caetanista, foram os primeiros actos revolucionários da ARA, após o desvio de uma grande soma de dinheiro do Banco Totta & Açores, imprescindível para a realização destas operações.

Depois a ARA, deixando uma caixa com outra carga explosiva junto ao portão da Escola Técnica da PIDE-DGS, conseguiu destruir esse edifício de triste memória, embora no decorrer da operação tenha surgido um grave contratempo: um adolescente noctívago pegou na caixa e provocou antecipadamente a deflagração, em que encontrou a morte. Todas estas operações se efectuavam durante a noite, para evitar justamente o derramamento de sangue e perdas de vidas humanas. Este foi o único caso em que a tragédia se desencadeou.

A destruição de dezenas de helicópteros militares e aviões na base aérea de Tancos, na Primavera de 1971, teve no País um grande impacto e levantou a moral e a esperança dos que ardiavam na ânsia de abrir uma fenda de luta interna em Portugal contra o obscurantismo arrogante e a inabalável atitude belicista do regime.

Seguiu-se a interrupção total das comunicações durante seis horas no momento da reunião da NATO em Lisboa no início do Verão do mesmo ano de 1971, um corte de energia eléctrica também em Lisboa durante um discurso de Marcello Caetano, e a destruição de um armazém de sofisticado material de guerra, em Alcântara.

Jaime Serra, que procedeu a aturadas investigações para contextualizar politicamente estes acontecimentos, publica no seu livro documentos muito esclarecedores, extractos de reportagens da imprensa diária e textos retirados das memórias de Marcello Caetano.

Devemos muito, repito, aos homens que levaram a cabo estes actos de destemor invulgar, com absoluto «sangue frio» em todas as circunstâncias. Lances que ficarão na história de Portugal como exemplos de impecável organização e perícia, bravura e dedicação a uma causa justa. Homens que se esqueceram de si próprios para só se dedicarem à consecução dos objectivos.

Alguns foram ainda presos, julgados e condenados pela (in)justiça fascista. Uma autêntica gesta que porventura um dia passará às páginas do romance ou ao cinema.

Foram esses homens Jaime Serra, comandante das operações, Francisco Miguel, Raimundo Narciso, Carlos Coutinho, António Eusébio e Ângelo de Sousa, além de Gabriel Pedro, que teve uma colaboração fundamental na operação Cunene, e, entre muitos outros, Norberto Serra e Ramiro Morgado. Nomes, insisto, que não esqueceremos e temos por obrigação transmitir às novas gerações, para que saibam que, no charco de opressão e apatia em que Portugal se afundava, houve quem, no forro da noite ou até à luz do dia, batesse o pé ao papão lusitano, encarnando a resistência armada do Partido Comunista Português.

## Cascais

## Erradicação de barracas com dois anos de atraso

O plano de erradicação de barracas (PER) está dois anos atrasado no concelho de Cascais e o plano de actividades municipal não é cumprido, denunciou, terça-feira passada, a CDU concelhia.

Em conferência de imprensa, Carlos Rabaçal, vereador da CDU na Câmara Municipal de Cascais, pediu também a demissão da Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), que acusou de gestão «lesiva dos interesses públicos».

Carlos Rabaçal criticou o «brutal aumento» das tarifas de água, com acréscimo de 35 por cento nos preços para os consumos mais baixos e de 16 por cento para os mais eleva-

dos, e reclamou a anulação destes aumentos.

Relativamente ao PER, a CDU estima que, ao ritmo actual, só em 2005 estará cumprida a promessa de erradicar as barracas no concelho.

O vereador comunista criticou o incumprimento do Plano de Actividades da Câmara Municipal de Cascais, salientando que, no ano passado, só foram arrecadadas 20 por cento das receitas de capital previstas e só foi

executado um terço das obras prometidas.

Carlos Rabaçal afirmou que a construção desenfreada no concelho, sem a construção de infra-estruturas correspondentes, e um previsível «brutal aumento demográfico», permitido pelo Plano Director Municipal (PDM), vai degradar a qualidade de vida no concelho de Cascais.

Adiantou que, de 1997 a Fevereiro de 1999, foram aprovados mais de uma centena de alvarás que implicam a construção de pelo menos 6.992 fogos, a que corresponderão cerca de 21 mil novos habitantes e o PDM prevê pelo menos 150 mil novos habitantes.

Carlos Rabaçal propõe a revisão urgente do PDM, acelerar o processo de realojamento dos moradores em barracas e de legalização dos loteamentos e construções dos bairros de génese ilegal e uma intervenção para a preservação do ambiente urbano e do património natural.

A CDU quer fazer funcionar o Conselho Municipal de Segurança, garantir uma rede de centros de saúde e postos de atendimento em articulação com o Hospital de Cascais, investir na área turística, valorizando as características específicas de Cascais, e fixar novas empresas no concelho.

## Amadora CDU denuncia incapacidade de gestão

A «incapacidade de gestão socialista de ir além de uma diminuta execução de 28,5% do Plano de Actividades orçamentado» é a razão de fundo que levou a CDU/Amadora a votar contra o Relatório de Actividades de 1998. Um facto que contrasta, de forma flagrante, com o nível de execução de 64,1%, obtido pela CDU no último ano de presidência da Câmara.

Idêntico foi o voto relativo à Conta de Gerência de 1998, que regista uma quebra de receitas de mais de 2 milhões e 200 contos, reflectindo nomeadamente a ausência de intervenções, a passividade e falta de dinâmica na área dos investimentos.

Na Declaração de Voto, a CDU põe em causa as opções de gestão assumidas pela

maioria socialista e sublinha que, do relatório, ressalta, além do mais, a dependência da Câmara de projectos apoiados pela administração central.

Ponto por ponto, a CDU assinala múltiplos pontos fracos. É o caso da área da educação em que, no plano do ensino pré-escolar, dez das 18 acções previstas não foram concretizadas, ou no ensino básico e secundário, das 84 acções do plano, 35 não foram concretizadas.

Outro exemplo claro é o da área da juventude, que «mereceu especial atenção da maioria socialista, obviamente pela negativa». Concretamente, 8 das 15 acções previstas não se concretizaram e, para culminar, foi encerrado o Espaço Alfovelos para a Juventude.

O mesmo défice na concreti-

zação de objectivos propostos repete-se com a acção social direccionada para deficientes, em que, em termos financeiros, a execução se ficou pelos 8,4%, ou ainda no que respeita às comunidades étnicas e de imigrantes do município, com uma execução financeira de 22,2%.

É talvez na área da habitação que os baixos níveis de concretização são particularmente chocantes. A área da habitação serviu de «cavalo de batalha do PS» para criticar a anterior gestão CDU. Entretanto, um ano volvido, os níveis de concretização não se compararam: com o PS, em 1998, foram de 6,4%, com a CDU, em 1997, de 65,1%. No comentário da CDU, «aquí se espelha a diferença entre dois comportamentos» - o PS fez 10 vezes menos.



Funeral de Amadeu Costa, uma impressionante manifestação de pesar

## Morreu o etnógrafo Amadeu Costa

Amadeu Costa, destacado etnógrafo de Viana do Castelo, faleceu no passado dia 30 de Março, com 78 anos de idade, após prolongada doença.

Pai de António Costa, da Organização Concelhia do PCP de Viana do Castelo, Amadeu Costa foi destacado antifascista, o que lhe valeu a perseguição pela PIDE e o afastamento da Função Pública.

Após o 25 de Abril integrou a primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Viana do Castelo e teve um papel fundamental na organização dos cortejos das Festas da Agonia e em inúmeras actividades ligadas à promoção da cultura popular. Foi distinguido com a medalha de ouro da cidade.

Amadeu Costa foi candidato pelo PCP à Assembleia da República, na qualidade de independente, e apoiou a CDU em várias iniciativas.

O seu funeral foi uma impressionante manifestação de pesar e solidariedade dos democratas e população de Viana.

## Faro aprova propostas da CDU

A abertura de negociações para renegociação do contrato com a empresa de Águas do Sotavento e a divulgação das condições de redução do tarifário da água entre a população com menores rendimentos, são algumas das medidas apresentadas pela CDU de Faro e aprovadas pela Assembleia Municipal.

As propostas sobre tarifários de água, incluídas numa das Recomendações aprovadas, apontam no sentido da divulgação das condições de redução do tarifário referente à água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos, «tal como foi deliberado por proposta da CDU».

Uma primeira recomendação a que se somam outras, nomeadamente que se exija à Associação de Municípios do Algarve a abertura de negociações com a empresa de Águas do Sotavento, para que «sejam rediscutidos os termos do contrato, no sentido de uma maior justiça para os Municípios e os municípios».

A Assembleia Municipal de Faro aprovou ainda uma proposta da CDU para que se proceda a um balanço da execução do Plano Director Municipal de Faro e «aquilatar das necessidades e implicações da sua evolução».



## Tratado de Amsterdão

## Europa aplica novas regras

O Tratado de Amsterdão entrará em vigor a partir do próximo dia 1 de Maio, após ter sido ratificado na passada semana pelos 15 Estados-membros da União Europeia. Esta nova «Constituição» europeia resultou do acordo político alcançado em 17 de Junho de 1997 entre os chefes de Estado e de governo da comunidade.

A sua aplicação ficou dependente da ratificação por cada um dos países, processo que decorreu entre 7 de Maio de 1998 e 30 de Março do presente ano. Treze dos quinze países subscritores adoptaram-no internamente por via parlamentar e apenas a Dinamarca e a Irlanda o referendaram.

Em Portugal, o Tratado foi adoptado pela Assembleia da República em 6 de Janeiro último, depois do Governo PS ter desistido da ideia de realizar um referendo sobre a participação nacional na construção europeia.

O seu articulado proclama como prioridades o emprego, os direitos dos cidadãos e a supressão dos últimos entraves à livre circulação de pessoas bens, serviços e capitais, no espaço europeu. Entre outros objectivos, está ainda o alargamento da União e o reforço da segurança interna e da presença da Europa na cena internacional.

O novo texto fundamental da UE fala da preservação do modelo social europeu, apontando como necessidade a criação de empregos, num quadro de competitividade e

de flexibilidade, mas também de segurança do trabalho, e a luta contra a exclusão e a pobreza. É também definido um espaço comum de segurança e justiça, com políticas comuns de vistos consulares, condições de concessão de asilo e de direitos de residência e ainda a cooperação judiciária civil. O Tratado de Amsterdão integra a Convenção de Schengen sobre livre circulação de pessoas em todo o espaço comunitário à excepção dos territórios britânico e irlandês.

Por outro lado, alarga ao domínio das políticas externas a possibilidade de serem decididas acções comuns sem unanimidade, mantendo-se em casos especiais o direito de veto dos Estados, invocando interesses nacionais vitais.

## Parlamento reforçado

No plano institucional, a maior novidade consiste na quase generalização dos poderes de co-decisão do Parlamento Europeu. Quer isto dizer que passará a haver uma partilha do poder entre aquele órgão de representantes eleitos e o Conselho de Ministros dos Quinze.



O Tratado de Amsterdão estabelece um grande alargamento dos actuais poderes do Parlamento Europeu

No Conselho dos Quinze é alargada a regra das decisões por maioria qualificada, (representativa de cerca de dois terços da população da UE), fazendo desaparecer praticamente a necessidade de unanimidade.

O Tratado estabelece que o presidente da Comissão Europeia continuará a ser designado pelo Conselho Europeu (formado pelos chefes de Estado ou de Governo dos Quinze), mas a sua nomeação só é efectivada com o Acordo do Parlamento Europeu. Depois de ser confirmado no cargo, o líder daquele órgão executivo europeu formará em conjunto com os Estados-membros o colégio de comissários, cuja investidura será feita pelo PE.

Este procedimento vem reforçar a possibilidade de controlo pelo Parlamento Europeu da actividade da Comissão Europeia.

## Brucelose

## Estratégia falhada

As associações de agricultores de Trás-os-Montes, filiadas na CNA, criticam a estratégia da Administração Pública pelas elevadas taxas de prevalência dos reagentes à brucelose, que são hoje superiores à data do início do programa. Os milhões de contos gastos no rastreio, exames laboratoriais e abate apenas «ajudaram a aumentar a brucelose e a engordar esquemas de funcionamento menos transparentes».

Esta foi uma das conclusões de um debate realizado no passado dia 28 de Março, em Vila Real, sob o lema «Sanidade animal mais eficaz - condição para a sobrevivência da agricultura familiar», no qual participaram cerca de duas centenas de agricultores, pastores, dirigentes associativos, o sub-director geral da Direcção Geral de Veterinária, deputados do PCP e do PS e diversos técnicos sanitários da Administração Pública.



O debate em Vila Real alertou para o alastramento da brucelose

Entre os erros que estiveram na origem do fracasso total do plano oficial do combate à doença da brucelose, o debate apontou a decisão de interromper as campanhas de vacinação só retomadas há dois anos. Por isso, hoje cerca de 10 por cento dos animais rastreados na região têm brucelose. No ano passado, foram abatidos mais de 30 mil pequenos ruminantes e cerca de 60 por cento das explorações rastreadas têm o estatuto B2.2, o que equivale a uma penalização aos produtores no pagamento compensatório. Esta grave situação faz com que 34 por cento da brucelose humana se situe em Trás-os-Montes.

No encontro sublinhou ainda que não foram

tidos em conta os problemas sociais, a especificidade da região, com as suas micro-explorações e a apascentação conjunta dos rebanhos. Por outro lado, tiveram também efeitos negativos os atrasos nos pagamentos pela retirada de animais que atingem actualmente os seis meses, bem como a debilidade da associações de produtores.

## Pastores sem ajudas

Por unanimidade, os participantes aprovaram uma moção em que qualificam a Agenda 2000 como uma «grande derrota para a agricultura transmontana e duriense». Designadamente, a moção refere que, na campanha de 1997/98, dos cerca de 4500 pastores, mais de 300 não receberam quaisquer subsídios e cerca de 50 mil ovinos e caprinos, dos 360 mil existentes, não tiveram direitos ou quotas atribuídas.

Com o acordo obtido, esta situação agrava-se a partir do ano 2000, altura em que serão eliminadas as indemnizações compensatórias, passando a esmagadora maioria dos pastores a ter apenas acesso ao prémio à produção.

Refira-se que em 1997/98, cerca de 24 mil agricultores transmontanos receberam pelos animais um milhão e 400 mil contos e

pelos superfícies 1300 contos. Isto significa que mesmo que se verifique um ligeiro aumento no montante às superfícies, este ficará muito aquém dos valores até aqui recebidos pelos animais. Acresce que a maioria dos pastores não é proprietária de terra, ficando por isso sem direito às indemnizações compensatórias de superfície.

Até ao momento, os compadres dos baldios e os seus órgãos gestores não conseguiram eleger os cerca de 180 mil hectares de área baldia nas medidas agro-ambientais e, ao contrário de toda a área do Alentejo que é elegível, fala-se que o Quadro Comunitário de apoio vai continuar a marginalizar os baldios por falta de titularidade dos terrenos.

## Euro desce

O Euro atingiu na semana passada um novo mínimo histórico de 1.0683 dólar. Nos três primeiros meses de vida, a moeda europeia já perdeu dez por cento do seu valor e prevê-se que esta tendência continue. A guerra do Kosovo, com o perigo do conflito poder alargar a todos os Balcãs, e as más perspectivas económicas do velho continente levam os investidores a apostar no dólar. Ao contrário dos Estados Unidos, a Comissão Europeia voltou a rever em baixa o crescimento da economia da Europa o que aumenta as possibilidades de o Banco Central Europeu optar pela redução das taxas de juro para travar a desaceleração. Este é mais um factor para que o dólar seja escolhido pelos investidores.

## Petróleo sobe

No último mês o preço do petróleo subiu mais de 35 por cento depois da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) ter reduzido a sua produção em dois milhões de barris. Recorde-se que no passado mês de Dezembro, o Brent, qualidade de petróleo do mar do Norte, chegou a cair para o valor mais baixo em 12 anos, cotando-se o barril em 9,55 dólares. Na semana passada, esta matéria-prima atingiu os 15 dólares, ainda abaixo do objectivo de 17 dólares fixado pela OPEP.

## Cidadania

A discriminação de emigrantes vindos de estados comunitários continua a verificar-se no Luxemburgo, onde o acesso à função pública é limitado a nacionais do Grão-Ducado. Em resposta a uma pergunta do deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, que inquiriu sobre medidas tomadas sobre contra esta situação, o comissário Flynn confirmou a existência de uma legislação no Luxemburgo que continua a não permitir o acesso generalizado dos cidadãos comunitários à função pública, facto que levou o Tribunal de Justiça a condenar aquele Estado, em 1996. Segundo o comissário, as autoridades luxemburguesas já começaram a fazer as adaptações necessárias da sua legislação, mas foram retardadas devido à necessidade de alterar a Constituição. Entretanto, a Comissão Europeia tentou novo processo por infracção que seguirá os seus trâmites até a situação estar resolvida.

## Suécia

A adesão ao euro será o tema central da campanha dos sociais-democratas da Suécia, no poder, que assim tentam de novo alterar a posição do eleitorado sobre esta matéria. Porém, segundo a Agência Lusa, o Partido da Esquerda, que juntamente com os Verdes apoia o Governo sueco, considera que este novo debate sobre a moeda europeia não atingirá resultados pretendidos. Recorde-se que a Suécia entrou para a União Europeia em 1995 mas recusou integrar a moeda única.

Madeira  
CDU propõe  
sessão especial

Um projecto apresentado pelo grupo parlamentar da CDU/Madeira propõe que a Assembleia Legislativa Regional passe a realizar anualmente uma sessão plenária especial sobre assuntos europeus.

O principal objectivo desta iniciativa é «aproximar as instituições europeias, nomeadamente o Parlamento Europeu, dos órgãos de governo próprio da Região e coordenar esforços na construção Europeia». Na sessão devem participar os deputados eleitos no PE pela região, e quando um partido político não tiver nenhum deputado eleito nestas condições poderá indicar um eurodeputado para participar no plenário. O projecto prevê ainda a participação do Governo Regional com um relatório sobre as incidências políticas europeias na Região.

Os deputados da Coligação Democrática Unitária sublinham que as recentes alterações introduzidas pelo Tratado de Amsterdão visam reforçar o papel dos parlamentos nacionais e melhorar a informação de forma a poderem acompanhar desde o início a tomada de decisões e posições dos respectivos governos no Conselho Europeu.

A iniciativa da CDU pretende contribuir para esta aproximação considerando que o reconhecimento explícito pelo Tratado de Amsterdão das especificidades das regiões ultraperiféricas exige por parte destas uma maior intervenção política nas questões europeias.

Por outro lado, a CDU salienta o papel essencial dos eurodeputados na representatividade dos cidadãos e na defesa dos interesses nacionais e regionais e considera que estes eleitos devem privilegiar o contacto com os órgãos regionais, quer para dar a conhecer o seu trabalho quer para auscultar as opiniões regionais.



## Falintil retoma guerrilha

O líder da resistência timorense autorizou as Falintil, o braço armado da resistência timorense, a retomar as acções de guerrilha para a defesa da população de Timor-Leste, apelando a uma insurreição popular generalizada. Xanana considerou que a situação no território atingiu um ponto incontrolável e que face à passividade da comunidade internacional a única solução é tomar todas as medidas necessárias à defesa da população de Timor-Leste. Essas medidas, afirma Xanana num comunicado citado pela Agência Lusa, são contra os ataques assassinos de grupos civis armados e prevêem que a própria população proceda a uma insurreição popular generalizada contra as milícias que têm actuado impunemente. No comunicado, lê-se ainda: «Eu sei que o povo de Timor-Leste vai passar por um novo banho de sangue, mas eu sei também que não temos outra alternativa, porque a Pátria é nossa e porque o direito de possuí-la é nosso. E nós estamos preparados para todos os sacrifícios que forem necessários.»

## Líbia entrega suspeitos de Lockerbie

Depois de meses de negociações, a Líbia entregou os dois suspeitos do atentado de Lockerbie às autoridades escocesas na segunda-feira. Os libios vão ser julgados na Holanda, um país considerado neutral, mas sob o sistema legal e com magistrados da Escócia. Entregues a representantes das Nações Unidas numa cerimónia presenciada por diplomatas estrangeiros, os suspeitos voltaram a defender que estão inocentes da explosão do avião da Pan American em Dezembro de 1988, que causou a morte de 270 pessoas. O secretário-geral da ONU enviou no mesmo dia uma carta ao Conselho de Segurança para decretar a suspensão das sanções impostas à Líbia em 1992 e 1993, que incluíam limitações ao tráfego aéreo e um embargo de venda de armas e de equipamentos para a extracção de petróleo.



Filipovic e Drulovic, na Praça da Batalha

# Porto manifesta-se contra guerra

Todos os dias surgem mais protestos contra os ataques da Nato. Na semana passada, a cidade do Porto foi palco de uma manifestação que contou com a presença de mais de mil pessoas. Entretanto, aumenta o número de organizações que exigem o fim dos bombardeamentos.

Mais de mil pessoas concentraram-se na Praça da Batalha, no Porto, para protestar contra a guerra na Jugoslávia, no passado dia 31, respondendo ao apelo do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPCC). Numerosas personalidades estiveram presentes na iniciativa, entre elas Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU às eleições europeias, Emídio Ribeiro, membro da Comissão Política do PCP, o treinador de futebol Filipovic e o jogador Drulovic.

Os manifestantes aprovaram por unanimidade uma moção que condena os ataques na Nato e exige o fim imediato das operações militares e o regresso dos soldados portugueses envolvidos. O documento, entregue ao Governo Civil do Porto e ao Consulado dos Estados Unidos, apela ainda ao empenho da comunidade internacional na busca de uma solução política para o conflito, com respeito pelos direitos humanos e pela soberania dos estados.

Na ocasião, José Morgado, representante do CPCC, afirmou que «a actual agressão tem o objectivo de reforçar a presença militar dos EUA no centro da Europa e castigar todos os que se oponham à concretização dos seus objectivos expansionistas».

Filipovic e Drulovic, defendendo que as armas nunca construíram a paz, explicaram a importância histórica do Kosovo para a Sérvia.

A iniciativa contou com o apoio de numerosas organizações como o PCP, a JCP, a Federação Académica do Porto, a Associação de Estudantes da Faculdade de Letras, a Comissão Nacional da Pastoral Operária e a União dos Sindicatos do Porto, bem como de vários sindicatos como o dos Professores, dos Médicos, da Função Pública, dos Seguros, dos Trabalhadores de Vestuário e das Indústrias Gráficas.

Entretanto, o abaixo-assinado

contra a guerra tinha recolhido até segunda-feira cerca de 150 assinaturas na cidade do Porto. Entre outros, contam-se os nomes de Ilda Figueiredo, do historiador Oscar Lopes, do escritor e jornalista Viale Moutinho, do professor catedrático José Morgado, dos actores Alexandre Falcão e Júlio Cardoso, e dos artistas plásticos Elsa César, Rodrigo Cabral e Isabel Cabral. De referir que mais de 30 jornalistas do *Jornal de Notícias* também assinaram o documento.

O Movimento pelo Fim da Nato realiza hoje encontro público sobre os 50 anos da Nato, na Praça da Ribeira, às 18h30.

## Protestos alastram

Entretanto, ao longo da última semana, multiplicaram-se em 1914, depois do império austro-húngaro ter declarado guerra à Sérvia, em 28 de Julho. Mais do que qualquer outra nação, deve-se aos sérvios o fim da dominação pelos Habsburgos do Danúbio e a criação de uma Checoslováquia livre.

1941  
O prelúdio do segundo genocídio contra os sérvios foi o grande protesto nacional, em Setembro de 1938, contra a invasão da Checoslováquia, na defesa da qual se empenharam cerca de 100 mil voluntários sérvios. Os nazis atacaram a Jugoslávia em 6 de Abril de 1941 e mais uma vez os sérvios combateram com coragem.

Todavia, na Croácia e na Bósnia-Herzegovina foram instalados regimes fascistas, sob a égide da Alemanha e do Vaticano, e a Grande Albânia foi transformada numa espécie de protectorado da Itália. Os sérvios, juntamente com os romenos e os sinti, foram assassinados da mesma maneira que os judeus. As grandes atrocidades tiveram lugar na Croácia, no campo de concentração de Jasenovac e

posição do governo português e o envolvimento de Portugal.

Também a Direcção Regional de Setúbal do PCP tem marcada para hoje uma acção de esclarecimento junto ao terminal fluvial de Cacilhas.

A nossa Redacção chegaram ainda condenações das acções militares da Nato e manifestações de solidariedade com o povo jugoslavo enviadas pelo Movimento Democrático das Mulheres, pela Federação

Nacional dos Professores, pela Associação Portuguesa dos Deficientes, pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, pela Câmara Municipal de Alcochete, e pela Divisão de Desporto da CM do Seixal, esta última dirigida ao jogador Drulovic, do Futebol Clube do Porto.

## Paralelos históricos

Durante séculos a Sérvia combateu com coragem e determinação o império otomano, impedindo que este dominasse e destruísse a civilização europeia. Porém, ao longo século XX, o povo sérvio foi já por três vezes alvo de violência genocida.

1999  
Hoje, somos testemunhas de uma terceira vaga do genocídio contra a nação sérvia. Os seus perpetradores são as mesmas forças que a Alemanha nazi utilizou. Os mentores desta política são herdeiros dos fascistas ustashi croatas, em Sarajevo, e dos terroristas muçulmanos, no Kosovo e em Metohija. Os paralelos entre a Checoslováquia de 1939 e a Jugoslávia de 1999 são indiscutíveis.

Quinta coluna  
Em ambos os casos, a quinta coluna foi inspirada por países estrangeiros. Na Checoslováquia, os sudetas apoiados por Hitler, produziram líderes com Henlein e KH Frank, no Kosovo e na Metohija, eles são Rugova, Demachi e outros. Na Checoslováquia, as milícias foram formadas e armadas pela Alemanha, na Jugoslávia, são as unidades do exército terrorista do Kosovo.

Depois vieram os emissários — na Checoslováquia foi o britânico Lord Runciman, na Jugoslávia foram Holbrook, Hil e outros — para negociar contra Praga, no primeiro caso, e contra Belgrado, no segundo. Edvard Benes foi demonizado em Praga e Slobodan Milosevic é o agora em Belgrado.

Desde o início que o objectivo de Hitler era a ocupação e a criação de protectorados na Croácia, no campo de concentração de Jasenovac e

da vasta ofensiva dos Estados Unidos para transformar a Nato num bloco político-militar destinado a actuar em qualquer parte do mundo a seu bel-prazer, para esmagar todos os que contrariem os seus interesses.»

«A Nato proclama o abandono do limite da área da sua actuação inicial e assume-se como uma organização vocacionada para intervir em qualquer canto do mundo, inclusive à margem da ONU e do direito internacional. As suas intervenções na Jugoslávia são exemplos paradigmáticos da sua nova filosofia intervencionista que põem de novo em risco a paz na Europa e no mundo, com todo o cortejo de horrores», sustenta o PCP.

«Contrariando as exigências de uma política de desarmamento e de liquidação dos blocos político-militares, os EUA e seus aliados desenvolvem uma nova linha de rearmamento, de intervencionismo militar e de alargamento a novos países (República Checa, Polónia e Hungria), cercando a Rússia e militarizando o continente.»

«A Nato chama a atenção para «o significado de no ano em que se comemoram 25 anos da revolução de Abril, Portugal, cuja Constituição consagrou como objectivo a dissolução dos blocos político-militares e a defesa de uma política da paz e cooperação com todos os povos, participe, por decisão do Governo PS e do Presidente da República, à margem da Assembleia da República e sem os necessários e indispensáveis esclarecimentos ao país numa agressão militar contra um Estado soberano com quem mantinha relações normais, simplesmente para satisfazer os objectivos hegemónicos dos Estados Unidos, da Alemanha e de algumas outras grandes potências europeias.»

A Comissão Política considera «indispensável esclarecer o povo português de que as operações de guerra desencadeadas nos Balcãs e agora contra a Jugoslávia a pretexto de objectivos humanitários, são parte integrante

as provocações criminosas das milícias sudetas, que apoiava. Agora o pretexto para a intervenção da Nato são as acções desencadeadas pelos terroristas do Kosovo e da Metohija e o que se exige da Sérvia é que capitule e que ponha nas mãos da Nato o futuro do país e do povo. Tal como antes aconteceu, também agora foram violadas as leis internacionais e a soberania, tendo sido ignorados o Conselho de Segurança e as Nações Unidas.

O PCP defende a dissolução da Nato e a revitalização da OSCE (foto de navio militar francês estacionado no Tejo)

as provocações criminosas das milícias sudetas, que apoiava. Agora o pretexto para a intervenção da Nato são as acções desencadeadas pelos terroristas do Kosovo e da Metohija e o que se exige da Sérvia é que capitule e que ponha nas mãos da Nato o futuro do país e do povo. Tal como antes aconteceu, também agora foram violadas as leis internacionais e a soberania, tendo sido ignorados o Conselho de Segurança e as Nações Unidas.

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

# PCP reclama fim da agressão à Jugoslávia

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

«A guerra contra a Jugoslávia intensifica-se e transforma-se numa grave tragédia humana», considera a Comissão Política do PCP, num comunicado divulgado na segunda-feira, que volta a condenar a agressão contra a Jugoslávia. O PCP considera que «as operações de guerra desencadeadas pela Nato no coração da Europa contra um Estado soberano à margem das normas do direito internacional e em violação frontal da carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente de incalculáveis consequências para a Paz e para a própria solução do problema do Kosovo, que pretensamente dizem querer resolver.»

## Polícias americanos processados por assassinato

Quatro polícias brancos do estado norte-americano de Nova Iorque foram processados pela morte de um emigrante guineense, na semana passada. A Justiça americana acusa-os de assassinato em segundo grau (intencional) cometido «com uma indiferença perversa em relação à vida humana». Os polícias, que se consideraram inocentes, dispararam 42 balas sobre Amadou Diallo. Os seus advogados justificam o grande número de tiros, dizendo que o emigrante não caía no chão. Contudo, uma análise forense indica que este morreu com os primeiros disparos. Este caso provocou uma onda de protesto nos EUA. Nas últimas semanas realizou-se uma série de actos de desobediência civil em frente à sede da polícia, que se saiu por 1200 detenções de poucas horas.

A solidariedade com a vítima e os seus familiares não pára de crescer. O fiscal do distrito de Bronx, a zona onde ocorreu o assassinato, é uma das personalidades que aponta o dedo aos polícias.

## Alemanha colaborou com ditadura argentina

Surgem novos testemunhos sobre a colaboração da Alemanha com o regime ditatorial da Argentina, três meses depois da declaração da diplomacia alemã no sentido de admitir que permitiu que um oficial do exército argentino atendesse as queixas e as detenções dos familiares de alemães desaparecidos na sua embaixada em Buenos Aires. No fim-de-semana, a mãe de Gerardo Coltau, sequestrado em 1977 quando tinha 20 anos, revelou que foi recebida na embaixada por «dois oficiais da Armada que nos fizeram muitas perguntas muito estúpidas». «Perguntaram-nos quem eram os amigos do meu filho, se tínhamos as suas moradas ou telefones, se o meu filho saía com uma ou várias mulheres, se o meu marido o acompanhava quando saía com mulheres», conta Maria Coltau. «Para nós, tornou-se evidente que haviam posto lá esses militares para tentar tirar-nos informações e não para nos ajudar a encontrar o nosso filho», sublinha.

## Pela dissolução da Nato

«Colocam-se assim novas questões a uma velha questão de segurança e cooperação europeia», afirma a Comissão Política. «A primeira é de impedir a militarização do continente e prosseguir e encorajar a luta pela dissolução da Nato, no quadro da revitalização da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), dando-lhe um novo e vigoroso impulso, de modo a que novas atribuições de desanuviamento e cooperação lhe sejam confiadas.»

«Em vez de funcionar o espírito de bloco político-militar liderado pelos EUA, é necessário criar um espírito de verdadeira cooperação, assente na multiplicidade de interesses na Europa, e no espírito de um clima de negociação política e de respeito pelo direito internacional, em contraste com o actual espírito intervencionista da Nato», defende o PCP.

«As grandes questões da vida internacional como são as da segurança e da paz não podem ficar, como até agora, nas mãos de alguns governos. É necessário uma maior participação na discussão sobre estes temas de molde a que os cidadãos, as opiniões públicas questionem e intervenham e impeçam que em seu nome se decida contra os seus interesses.»

«No fundo o que está em causa à entrada do novo século é caminhar no sentido da cooperação ou ir no sentido da militarização e intervencionismo. As portuguesas e os portugueses têm uma palavra indispensável sobre o modo como encaram o papel de Portugal na construção, cooperação e segurança europeia», dizem os comunistas.

## Percurso histórico

«A criação da Nato, em 4 de Abril de 1949, teve como objectivo supremo colocar a Europa Ocidental sob a hegemonia dos EUA, impedir qualquer transformação de carácter progressista nos países signatários, dividir profundamente a Europa e combater a União Soviética e restantes países socialistas do Leste Europeu», refere a Comissão Política.

«A Nato constituiu desde o seu início um poderoso bloco político-militar de carácter agressivo e um dos bastiões da guerra fria, promoveu uma acentuada corrida aos armamentos e é responsável pela acumulação de incriveis arsenais de armamento convencional e nuclear», lê-se no comunicado.

O PCP lembra que «invocando falsamente a defesa da liberdade e da democracia, a Nato albergou desde a sua fundação a ditadura fascista de Salazar, e mais tarde a ditadura dos coronéis gregos e a ditadura turca, e esteve ligada aos golpes de estado neofascistas em Itália, em 1964 e 1969. Foi cúmplice das mais duras ditaduras na África do Sul, no Irão e na América Latina. A Nato auxiliou o regime fascista português na sua criminosa guerra contra os povos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde.»

«Durante a revolução de Abril, a Nato exerceu pressões e ingerências de vária ordem, tendo recorrido a manifestações de força com as manobras "Locked Gate" realizados em meados de 1975 na costa portuguesa, a fim de tentar contrariar o rumo progressista proclamado pelos militares do MFA.»



# Ao olhar o passado, preocupo-me com o humano

## Entrevista com Borges Coelho

**U**m *optimista céptico*. É assim que o historiador Borges Coelho é considerado por alguns dos seus alunos. O próprio confessa-se, entretanto, *heterodoxo impenitente*. Classificações necessariamente imperfeitas que nos desafiam para um melhor conhecimento da sua já extensa obra. Numa fase da vida em que ao muito já feito há que somar o muito ainda por fazer, fomos falar com Borges Coelho. Sobre a obra, os trabalhos entre mãos, as ideias. *Projectos em andamento não faltam*, é a feliz conclusão desta breve entrevista.

«Avante!» - Ao longo da tua vida, tens vindo a desenvolver uma multiplicidade de actividades, embora com dominância da investigação histórica. *Que denominador comum entre estas várias facetas e interesses?*

**Borges Coelho** - O denominador comum está no sujeito, nas interrogações que a marcha dos homens e o dia-a-dia lhe suscitam. As interrogações poucas vezes afloram à superfície do texto mas influenciaram-no profundamente. No caso da história, a atracção e as interrogações acompanham-me desde o primeiro encontro com Fernão Lopes, pela mão de Rodrigues Lapa, ainda na instrução primária. Depois, se a história veio a ser a escrita dominante, muito se deve às circunstâncias, por vezes dolorosas, da minha própria vida.

*Em que medida é que a actividade literária, política, as preocupações de ordem filosófica, se reflectem no teu trabalho de historiador?*

A escrita identifica-nos. Se escrevo deste modo e não doutro, deve-se à própria natureza. Como sabes, o meu primeiro livro foi de poemas, com um título floral e inocente "Roseira Verde". A poesia acabou por se submergir nalguma cor e luz do discurso histórico. Aliás, mal vai a esse discurso quando se fica pela caneta atrás do ouvido do velho amanuense. Ao olhar o passado, preocupo-me com o humano e por vezes os episódios do quotidiano impõem-se como despojada e fortíssima literatura. Quanto à política, ela constituiu uma actividade quase exclusiva durante alguns anos da minha vida. Convivi então estreitamente com jovens, com trabalhadores, com intelectuais e sofri na pele o peso do universo político concentracionário dos tempos da ditadura fascista. Essa vivência ajudou-me a compreender melhor os meandros da política na análise dos tempos passados. No que respeita à filosofia, escrever história não é amontoar factos sobre factos. É necessário prendê-los com conceitos para uma melhor adequação entre a realidade e a escrita dessa realidade que nunca coincidem.

*«A filosofia exprime o acordar da consciência do homem.» Qual a marca da filosofia na tua obra? Poderás dar-nos exemplos concretos?*

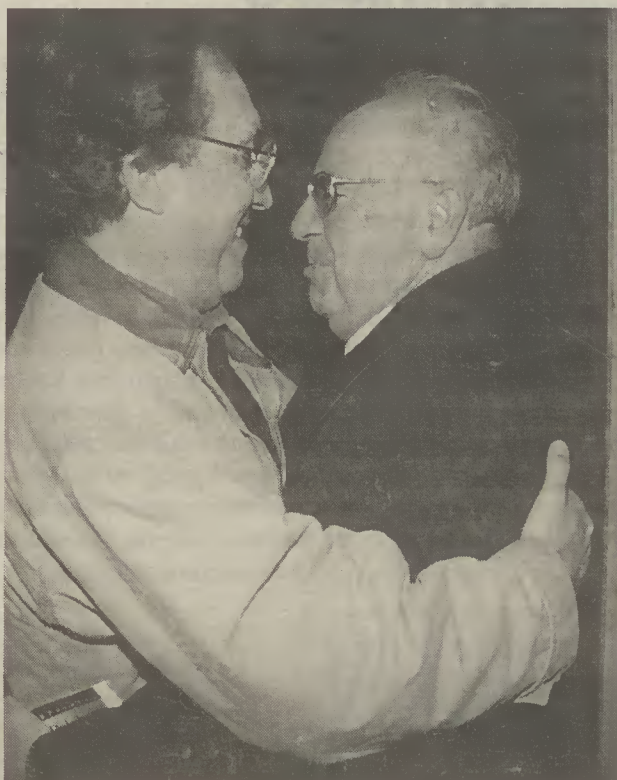
Uma parte significativa dos meus textos abordam filósofos como Espinosa, Leibniz, Marx. Mas, ao fazê-lo, procuro encontrar neles as marcas do seu tempo, os estímulos a que a sua obra deu respostas. No campo propriamente historiográfico, quase em todos os meus textos aparece a preocupação de pensar o ofício de historiador, por exemplo no "Manipulador do Tempo" em Ensaio III. E a filosofia está sempre presente no plano, na estrutura do discurso, no atar das inferências e das conclusões.

*Como avalias o teu contributo para a renovação dos estudos árabes e islâmicos?*

Não me cabe a mim inferir nada. Creio apenas que a publicação de centenas de páginas de autores islâmicos que viveram no nosso território abalaram bastante a consciência dominante neogoda e monástico-seniorial. Hoje já se exclui menos o passado islâmico das fotos de família. E o trabalho dos arqueólogos, principalmente do grupo de Cláudio Torres, em Mértola, tem dado muita visibilidade a esse nosso passado.

*A história da cidade de Lisboa surge como o teu mais actual tema de estudo. Porquê?*

Lisboa, desculpa o adjectivo, é fantástica. Estão sempre a acusá-la do que não é. Confundem o chamado Terreiro do Paço, isto é, o governo, que o Terreiro é magnífico, com Lisboa. Se hoje somos uma nação



independente, devemo-lo em boa medida à cidade. E que dizer da sua beleza? Basta vê-la, voltada para o rio, iluminada por um raio de sol abrindo num céu com nuvens. Há milhares de páginas escritas sobre a história de Lisboa mas continuamos a conhecê-la mal. Boa parte da minha vida decorreu aqui. Esta cidade é a minha pátria. Daí a necessidade que sinto de a conhecer melhor. Isto sem renegar de modo algum o meu pátrio lar transmontano onde ficaram os ossos dos meus antepassados, conhecidos e ignorados, alguns porventura das tribos que pagaram a construção da ponte romana de Chaves...

**«Não há evolução em linha recta e por patamares pré-concebidos. Não há um esquema, uma ideia, um processo em que a realidade se iria vaziar no futuro como num molde»**

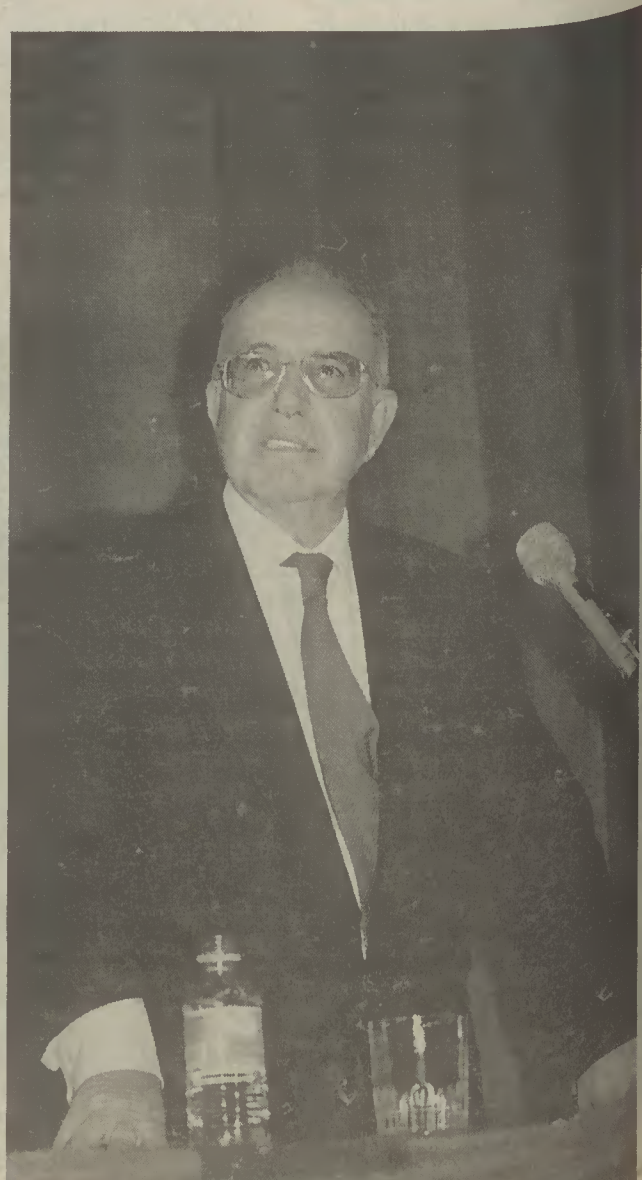
*Como sentes o teu trabalho enquanto professor?*

É um trabalho gratificante. Liga-nos à juventude e à vida. Obrigá-nos a aprofundar, a discutir, a confrontar. Sempre me senti um aluno mais velho. Mas quando intervenho, sinto sobre os ombros a responsabilidade do actor que entra em cena. Os

últimos governos têm desvalorizado o papel social dos professores. É possível sem eles uma sociedade mais culta, mais harmoniosa, mais humana?

*As preocupações sociais marcam a tua vida e a tua obra. Como as vives enquanto historiador? Em que medida é que tens vindo a reflectir-se nos temas de estudo escolhidos, nas formas assumidas pelo teu trabalho?*

A história social, a história das mentalidades e a história política estão no cerne do discurso histórico. E o económico? Deixa



Texto Ligia Calapez

as suas marcas em todas elas. Comecei na Idade Média influenciado pela preocupação das origens. Depois, os temas resultaram em grande medida da minha actividade académica.

*Que lugar ocupam na tua obra as minorias e os marginalizados?*

Um lugar importante mas não o principal. Depois, há minorias que antes foram maiorias. É o caso dos muçulmanos medievais. É claro que a ideologia tentou matar os mouros todos e aos que escaparam desterrou-os para o outro lado do Mediterrâneo. Mas sobraram muitos mouros por muito que pese à "pureza cristã e neogoda". A minoria judaica foi sempre minoria mas após a conversão forçada constituiu uma minoria particularmente activa e poderosa na evolução da nossa época moderna. Quanto à minoria dos negros, ela marcou também a nossa cultura, a nossa casa, a nossa vida doméstica.

*Que reflexos poderá ter na nossa vida, hoje, saber ouvir os gemidos das vítimas de outrora, nomeadamente das vítimas da Inquisição?*

Obrigá-nos a sentir a realidade mais de perto. Muito do discurso histórico assenta hoje em abstrações, em números ou então na leitura do discurso justificativo dos vencedores. Ao lerem esse discurso, sem o integrarem no contexto, aceitam como verdadeira a mensagem ideológica do passado e até a sua pertinência nas batalhas do presente. Tomemos o caso da Inquisição. Ainda hoje não faltam vozes a defenderem a sua necessidade e a brandura dos seus costumes. Ah, sim? Então desçamos ao concreto, ouçamos as vítimas, as testemunhas e os carrascos. Mas ouçamos as suas próprias vozes, os seus gemidos nesta velha língua portuguesa.

*Poderias contar-nos algumas histórias em torno da tua tese sobre a Inquisição em Évora?*

Como sabes, a "Inquisição de Évora" constituiu a minha tese de doutoramento. O trabalho provocou muitos engulhos ao júri. Mandaram emissários para adiar, para emendar. Os gritos das vítimas e algumas páginas de sexo que envolviam membros do clero punham alguns cabelos em pé. Segundo me contaram, de fonte muito segura, alguém do júri procurou um alto dignatário da hierarquia da Igreja para dizer de sua justiça. O dignatário, homem honesto, leu e respondeu: "Se isto é verdade, o que é que temos de fazer?"

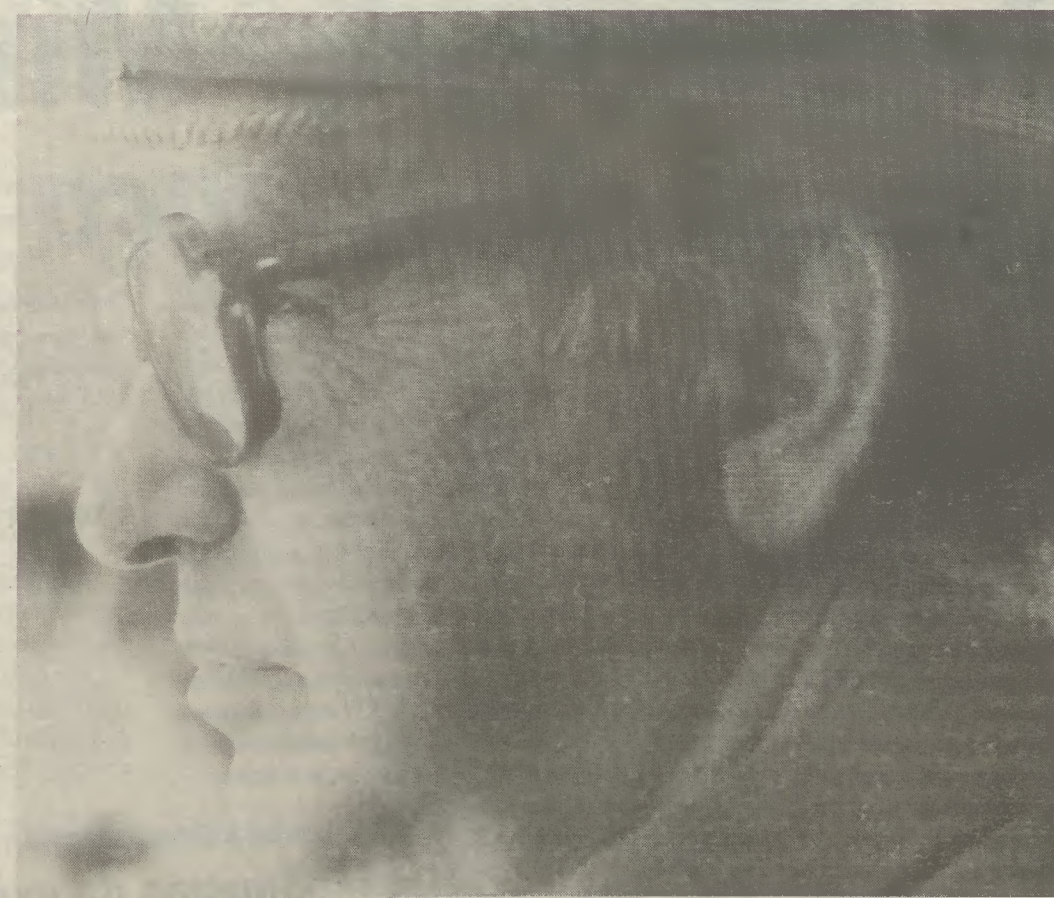
**«A realidade humana é um todo. E é pelo todo que alcançamos uma visão mais nítida da parte»**

*Enquanto historiador, e em termos metodológicos, que nos queres dizer sobre a visão dos acontecimentos como um todo, o papel determinante do questionar?*

A realidade humana é um todo. E é pelo todo que alcançamos uma visão mais nítida da parte. Mas pela nossa própria estrutura mental, só podemos conceber o todo pela parte. Desde logo, há algo que nos escapa. Ao estudar a história de Portugal ignorando a História Universal, faltam-nos os fios explicativos essenciais e tenderemos, numa visão provinciana, a inflacionar os acontecimentos domésticos. Quanto ao questionar, está na base da investigação científica. Claro, o questionar pressupõe a procura e o encontro dum ponto de chegada. Mas não há encontros definitivos. A verdade científica está sempre um pouco mais adiante.

*Como valorizas o papel do comportamento humano e da consciência dos homens, de par de outros factores, nomeadamente os económicos?*

A dignidade do homem é inseparável da ética, isto é, da assunção de regras e valores e do juízo da consciência sobre a relação entre a prática e a proclamação desses valores. No processo histórico, a ética, sempre proclamada, é minada e subvertida pelo jogo dos poderes. Creio que a pergunta pretende saber se o comportamento humano é eficaz para atingir determinado programa, determinado fim. O comportamento humano não é a única variável. A acção política resulta de um somatório de forças e vontades contraditórias. Quando falo noutras variáveis tenho presente a concepção dos economistas clássicos e de Marx de que a necessidade primeira das sociedades humanas é a da



*Como é que a actualidade é marcada por esse rio subterrâneo que percorre a nossa cultura?*

É um rio com muitos afluentes. Já falamos de negros, de mouros, de judeus. E em todas as épocas, o mais profundo não corre à superfície. Os autores mais incómodos são marginalizados, mesmo quando se evoca o nome de Deus, neste caso o do autor, em vão. Lembremos Fernão Lopes, Aquilino e tantos outros. Por outro lado, autores há que só agora chegam à flor da água como a "Fastigimia" de Tomé Pinheiro da Veiga. Outros não chegarão nunca à superfície como é o caso da tradução para linguagem portuguesa de Livros do Velho Testamento, levada a cabo pelo cristão-velho Gil Vaz Bugalho, ambos queimados em Évora no auto-de-fé de 1551.

*Na tua lição sobre Lisboa na primeira metade do século XVIII, fizeste referência a situações que poderiam acontecer hoje. Como vês a história em termos de evolução?*

Não há evolução em linha recta e por patamares pré-concebidos. Não há um esquema, uma ideia, um processo em que a realidade se iria vaziar no futuro como num molde. Essa é uma história da carochinha. A realidade e a vida abrem caminhos insuspeitados e o nosso conhecimento do passado não é eficaz na prevenção dos acontecimentos futuros. Fornece pistas, fundamenta palpites. É trágico impor o futuro. Quanto ao passado, a esse, para o captar no seu movimento, para o compreender, temos de envolvê-lo em conceitos, em patamares que a realidade vai dia a dia testando e infirmando.

reprodução das suas condições de existência. Mas há outras variáveis: a determinação pelas tradições e crenças colectivas, a própria acção dos elementos da natureza. São extremamente redutoras as concepções que colocam o económico isolado na base. Por mim, encaro o social como o todo em que se interpenetram as estruturas familiares, sociais e políticas, o económico, o mental, podendo em qualquer momento uma das variáveis ser a decisiva.

*«De como os historiadores matam mais muçulmanos do que os guerreiros afonsinos» - é uma expressão utilizada por ti em "O Independente" (20/9/91). É uma imagem provocatória? Realista? Qual o seu conteúdo?*

É uma afirmação provocatória mas que se apoia na realidade. Boa parte da historiografia portuguesa ignorou a existência dos muçulmanos como sujeitos da nossa história. Muitas vezes até parece que os mouros só existiram no imaginário popular. Ainda há poucos dias saiu uma Cronologia que cobre os acontecimentos medievais ocorridos sob o domínio cristão mas esquece "naturalmente" os episódios relacionados com o passado muçulmano.

*Em 10/87, disseste ao "Diário do Alentejo" que "a grande lição a tirar da Inquisição é a de aceitarmos o direito à diferença". Queres comentar? O que é, hoje, o direito à diferença?*

A diferença, o desigual, o contraditório são essenciais para a sobrevivência da própria vida. O pensamento único é anti-natura, impede o livre movimento das ideias, a sua criatividade e só pode manter-se mediante uma repressão asfixiante como a inquisitorial. Os gregos exaltaram a razão. Na idade média, muçulmanos, judeus e cristãos prenderam a razão à fé. Na época moderna, alguns pensadores como Espinosa consideraram que a paz do Estado só pode conservar-se pela liberdade de pensamento. Hoje o direito à diferença envolve uma luta diária que consiste essencialmente em aceitarmos-nos como somos, brancos, negros ou amarelos, católicos, muçulmanos ou judeus, conservadores ou comunistas, e aceitarmos naturalmente os outros na sua individualidade. Evidentemente, tal não significa que tenhamos de esconder ou esquecer na gaveta os juízos éticos ou de não reprovar e combater concepções e práticas que atentem contra a dignidade do homem.

*Queres falar-nos das agruras e alegrias que te tem trazido a tua heterodoxia?*

Alguns alunos consideraram-me um optimista céptico. Por mim, confesso-me heterodoxo impenitente. Das ortodoxias reza a história que travam o novo e castram a beleza. Quanto às agruras e alegrias, não vale a pena falar em "vale de lágrimas". Deixemo-lo ficar na "Salvé, Rainha".

*Que destacarias mais no conjunto da tua obra, até hoje? Qual o trabalho que te marcou mais?*

Não sei o que responder. Perspectivas - que outros trabalhos tens entre mãos, de que nos queiras falar?

Projectos em andamento não faltam. Assim a cabeça e o tempo não me atraíam. Para já, há uma novela no prelo, "Tempo de Laeraus". E alguns ensaios estão prontos para publicação, entre eles um dedicado a Fernão Mendes Pinto.



# Rendimento Mínimo

## Na hora do balanço

■ EDGAR CORREIA  
Membro da Comissão Política

**C**OM a «preocupação pelo social» transformada num tema recorrente dos discursos do poder e de uma ideologia «descritiva» de natureza essencialmente conformista, a discussão e a acção em torno dos problemas sociais vê-se confrontada com a necessidade de um aprofundado trabalho crítico.

Trabalho que precisa, evidentemente, de utilizar o material informativo fornecido por relatórios e outros trabalhos de tipo descritivo, ressalvados padrões mínimos de objectividade e de rigor. Mas que carece, sobretudo, de estar orientado para o estabelecimento de nexos entre os problemas sociais e os factores económicos, políticos e culturais, e para o conhecimento da génese e a compreensão das causas das situações.

Uma área particularmente opaca para a realização deste esforço de compreensão é a das questões da exclusão social e da pobreza, apesar dos indiscutíveis progressos registados nos últimos anos no domínio da sua abordagem analítica.

Este facto tem reconhecidamente a ver com os constrangimentos e as dificuldades com que ainda se confronta a análise das causas das desigualdades nas sociedades humanas e com a ideologia dominante acerca da sua inevitabilidade. Ou seja e por outras palavras: com a configuração contemporânea e em condições muito alteradas da velha questão da pobreza e da sua relação com a riqueza, e da consciência da possibilidade de construção de uma sociedade liberta desse flagelo e da exploração do homem pelo homem em que assenta.

Caminhamos para uma situação paradoxal.

Os fenómenos da exclusão social e da pobreza, o seu alastramento, a complexidade e o carácter multidimensional dos problemas são objecto de um conhecimento cada vez mais completo e rigoroso. Ao nível do poder político multiplicam-se as referências «preocupadas» e o anúncio de «iniciativas» para os enfrentar. Mas uma acção governativa confinada a medidas de carácter paliativo, tentando minorar consequências sem intervir

quando já está decorrido um ano e meio desde o início da sua generalização, possibilita a realização de dois tipos de análises: a visualização do universo da exclusão social e de pobreza *mais extremas*<sup>2</sup> (que são as únicas abrangidas pelo RMG); e uma primeira avaliação política da execução deste novo direito social.

Quanto ao panorama das situações de exclusão social e de pobreza *mais extremas* existentes na sociedade portuguesa, interessa destacar, em particular, os seguintes aspectos:

A população RMG abrange actualmente (Dezembro de 1998) 338 mil beneficiários, ou seja, 3,4% do total da população residente no país. Este número que não inclui os 39 mil que deixaram entretanto de ser abrangidos pela medida por alteração de rendimentos e as 7 mil pessoas que têm a sua prestação suspensa.

O tipo de família que predomina na população RMG é a nuclear com filhos (38%), a monoparental feminina (20% - percentagem quase 3 vezes superior à existente nos agregados familiares nacionais) e a constituída por mulheres a viverem sozinhas (14%).

A população RMG é sobretudo constituída por jovens (44% do total dos beneficiários têm idade igual ou inferior a 18 anos) e por pessoas em idade activa (50% do total dos beneficiários situam-se entre os 19 anos de idade e os 65 anos, sendo que destes mais de metade se encontram entre os 25

ráveis às situações de carência (o que não é contraditório como uma maior iniciativa feminina, que se verifica, na procura de apoio social); cinco por cento da população juvenil residente, com menos de 18 anos, encontra-se nesta grave situação.

### Execução da medida

A lei que criou o Rendimento Mínimo Garantido<sup>3</sup> instituiu um novo direito social, um direito não substitutivo, mas aditivo, em relação aos que já se encontravam consagrados na Constituição.

Este novo direito integra, como se sabe, a) uma prestação do regime não contributivo da Segurança Social e b) um programa de inserção social, «por forma a assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação

das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional».

Se em relação à atribuição da prestação pecuniária do RMG a concretização da lei, de uma forma geral, tem decorrido normalmente, já o balanço apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento Social em à inserção social dos beneficiários revela profundas insuficiências e aspectos muito insatisfatórios.

Atente-se, em especial, nos seguintes elementos:

Relativamente a um

universo de 304 mil pessoas com processos deferidos, o número de beneficiários envolvidos em acções de inserção, em Dezembro, é apenas de 73 mil, o que constitui um valor globalmente muito baixo, mesmo tendo em conta que o número de beneficiários dispensados de inserção profissional ascende a 61 mil.

Além disso e quanto às acções de inserção, para além da sua contabilização assentar em critérios pouco claros, é de sublinhar muito negativamente o facto delas só terem abrangido 4 mil beneficiários na área da formação profissional e da colocação em mercado de trabalho não ter excedido os 5 mil beneficiários.

Isto mostra como no domínio da inserção social e profissional, tão justamente valorizadas na lei como caminho fundamental para a decisiva superação de situações de exclusão e de pobreza, muito pouco foi realizado.

### Intervir

A extensão dos fenómenos da exclusão social e da pobreza e o aprofundamento do seu carácter multidimensional constituem um dos traços mais preocupantes das alterações que se vêm registando nos últimos anos na sociedade portuguesa.

O Rendimento Mínimo Garantido, pela sua natureza, é uma medida que não intervém ao nível das causas das crescentes desigualdades que estão na origem dos problemas da pobreza e da exclusão social, e os seus objectivos estão claramente limitados aos efeitos mais extremos da degradação da situação social.

Apesar dessa natureza e do alcance limitado do RMG, o PCP valoriza este novo direito social e é activo defensor da sua correcta concretização. E associa esta intervenção à sua luta mais geral contra as orientações neoliberais e a política de direita, e pela concretização de uma nova política, uma política de esquerda para Portugal.

<sup>1</sup> «Execução da Medida e Caracterização dos Beneficiários — RMG Fevereiro de 1999» do Instituto para o Desenvolvimento Social.

<sup>2</sup> É condição de atribuição do Rendimento Mínimo Garantido estar em situação de grave carência económica: indivíduos cujo rendimento seja inferior à Pensão Social (actualmente 23 600\$00) ou agregados familiares cujo rendimento seja inferior à soma do valor da Pensão Social, por cada adulto, até dois, e 70% do valor da Pensão Social por cada adulto a partir do 3.º, e 50% do valor da Pensão Social por cada menor. O montante da prestação pecuniária do RMG é igual à diferença entre o valor de rendimento mínimo correspondente à composição do agregado familiar e o valor dos rendimentos já auferidos pelo mesmo agregado.

<sup>3</sup> Esta lei foi votada favoravelmente pelo PCP na Assembleia da República.



ao nível das causas, não permite alterar a situação. E as mesmas e inalteradas causas não só reproduzem incessantemente como agravam o quadro existente de desigualdades e de assimetrias, e vão tornando ainda mais gritante e intolerável a profunda fractura social que atravessa a nossa sociedade.

### A pobreza mais extrema

O relatório que o Instituto para o Desenvolvimento Económico e Social divulgou à poucos dias contendo uma informação sobre a concretização do Rendimento Mínimo Garantido (RMG)<sup>1</sup>

anos e os 44 anos). Três em cada quatro agregados familiares RMG têm um rendimento relativamente fixo, sendo esse rendimento obtido pelo trabalho (49% dos casos) e por pensões (32%). Um em cada quatro agregados familiares RMG (cerca de 26 mil) não tem rendimento.

Estes elementos permitem um primeiro e expressivo retrato-robot dos portugueses que se encontram numa situação de extrema pobreza e que auferem RMG e dos seus principais problemas: são em número de um por cada trinta residentes no país; na sua grande maioria são trabalhadores em idade activa, que enfrentam situações de desemprego, em muitos casos de longa duração, ou de trabalho precário e mal remunerado; as mulheres são mais vulne-



# A VII Legislatura (3.ª parte)

**O** ano decorrido entre Setembro de 1996 e Setembro de 1997 constitui o verdadeiro miolo da VII Legislatura, quer pela importância estruturante das matérias discutidas quer pela forma como elas condicionaram a vida do país e os próprios trabalhos da Assembleia da República no período seguinte, até ao momento.

Analisando os temas mais importantes, votados no decurso desses doze meses, desde a política económica e financeira até à revisão constitucional e passando pela política europeia, pode afirmar-se o seguinte: **o miolo da VII Legislatura assenta no Bloco Central PS/PSD com a ajuda e incentivo do PP.**

Este miolo e a sua característica fundamental é a consequência lógica dos dois períodos anteriores desta VII Legislatura da Assembleia da República, analisados em dois artigos anteriores.

Numa primeira fase, foram sendo feitas várias opções que conduzem à convergência do PS com o PP de Manuel Monteiro. Apesar da sua autoproclamada oposição à política europeia em curso (que lhe valeu muitos votos nas eleições!), Monteiro apoia o PS no momento decisivo do Orçamento de Estado, apesar de ele consubstanciar a aceitação das imposições do Tratado de Maastricht. Para o PCP, essas imposições constituíam um garrote económico e social, incompatível com a necessária política de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. Por isso, o PCP só podia votar contra o Orçamento.

Até à votação do Orçamento (Março de 1996), o Governo distribuiu apoios e concessões, procurando cativar qualquer dos outros partidos. Nesse período, foi possível aprovar várias leis positivas, como se descreveu no primeiro artigo desta série.

Mas, a opção estratégica do Governo (Maastricht e Moeda Única) não podia ser sustentada pelo PCP.

Numa segunda fase, entre Março e Setembro de 1996, o PS e o Governo fecharam o campo de convergência com o PCP. Como se demonstrou no artigo anterior, a regionalização tornou-se no paradigma desse comportamento. O facto é que PS e PCP tinham todas as oportunidades de avançar com o processo, com recurso ao referendo orgânico (consulta às Assembleias Municipais, de carácter vinculativo), tal como estava previsto na Constituição da República, antes da revisão. Mas, o PS não quis avançar com o processo com o PCP. Cedeu ao PSD e ao PP, aceitando suspender o processo e aguardar a revisão constitucional, que introduzisse o referendo pessoal como condicionante da instituição em concreto das regiões.

A terceira fase que agora se analisa consubstancia o conteúdo essencial das opções que o PS quis fazer para a VII Legislatura. Em três planos: no plano da política europeia; no plano orçamental; e no plano da revisão constitucional.

No plano da política europeia, esse conteúdo transparece em dois momentos essenciais, em que o Plenário da Assembleia da República toma decisões sobre questões estruturantes. Trata-se, em primeiro lugar, do debate sob a terceira fase da União Económica e Monetária, isto é, a passagem à Moeda Única. Nesse debate, PS e PSD submetem à votação da

Assembleia um projecto comum, subscrito pelos dois partidos, que afirma "sem reservas" a sua vontade de aderir à Moeda Única.

O segundo momento significativo quanto à política europeia traduziu-se na votação de resoluções relativas à Conferência Intergovernamental que tinha em preparação o que viria a ser o Tratado de Amesterdão. Também aqui, embora sem o desdém de apresentar um único projecto de resolução, PS e PSD convergem em afastar do âmbito de actividade da CIG as questões da União Económica e Financeira, designadamente os critérios

de Maastricht, o Pacto de Estabilidade e a Moeda Única. Desta vez, nesta opção foram acompanhados pelo PP que, mantendo um inflamado discurso antifederalista, não questionou a UEM, aceitando-a como definitivamente decidida.

No plano da política orçamental, que integra as opções de política económica e financeira, o PSD converge igualmente com o PS. Ao contrário do voto contra que usou na votação

do Orçamento para 1996, no Orçamento de 1997 o PSD opta pela abstenção na generalidade e na votação final global. Mantendo um discurso de oposição ao Orçamento o PSD viabiliza-o, como peça e instrumento da política de Maastricht, a caminho da moeda única. O tom crítico do PSD não passa de papel de embrulho. No essencial, está o seu apoio (e por isso a viabilização do orçamento) às políticas económica e financeira do Governo.

Quanto ao PP, vota contra o Orçamento para 1997 na generalidade. Mas, depois de algumas pequenas alterações em sede de especialidade, opta pela abstenção em votação final global, repetindo o voto de 1996. Junta-se assim ao bloco pró-maastrichtiano...

O terceiro grande tema da convergência PS/PSD é a revisão constitucional. Depois de meses e meses de trabalho na Comissão Eventual, a Revisão Constitucional acabou por ser decidida à margem da Assembleia, pelos Estados-Maiores do PS e do PSD, que elaboraram, aprovaram e subscreveram um acordo de revisão, que condicionou todo o trabalho parlamentar. A grande vítima desse acordo foi o princípio da representação proporcional, ameaçado nas eleições para a Assembleia da República, bem como a composição democrática e plural das Câmaras Municipais, e ainda a genuinidade da eleição do Presidente da República, atingida pelo alargamento do voto dos não residentes no território nacional. Tudo isto para além dos seus feitos quanto à regionalização, unidade nacional, etc.

A revisão constitucional marcou profundamente a Legislatura. Ela representou uma forma de capitulação do PS perante as teses do PSD. Os protestos dentro e fora da Assembleia foram muitos. Na bancada do PS não faltaram vozes críticas. Mas as consequências dessas críticas não tiveram praticamente repercussão no conteúdo da revisão. As repercussões foram no plano pessoal, com o então Presidente do Grupo Parlamentar do PS feito responsável único do que muitos na Direcção socialista negociaram e subscreveram.

Com estes traços caracterizadores, não espanta que o PS tenha atravessado todo este período em situação de confronto e conflito com o PCP.

A única convergência de alcance, sobre a questão do aborto, terminou com a derrota dos projectos do PCP e do PS (e a passagem do projecto de Strecht Monteiro).

As restantes convergências foram sobre temas menores (Observatório dos Mercados Agrícolas, Museu do Douro, etc.), ou sobre algumas consequências negativas das decisões da União Europeia em matéria agrícola e da indústria têxtil (resoluções condenatórias que o PS aproveita para se dissociar das consequências nacionais da política europeia que defende).

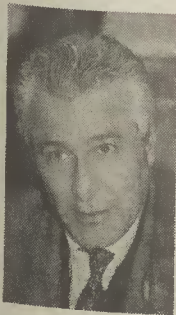
Talvez mais do que nenhum outro debate, o que marca este período é o voto do PS contra o projecto do PCP que pretendia resolver a favor dos trabalhadores as dúvidas sobre a questão das pausas no horário de 40 horas.

Neste ano, o debate sobre o Estado da Nação não se realizou, apesar de ser obrigatório face ao Regimento da Assembleia da República. Não espanta. Para o PS o estado da Nação era baço. Apesar de "éxitos" como o resultado eleitoral nos Açores, a descrença era grande. Guterres chegou mesmo a afirmar que o PS só fazia asneiras!

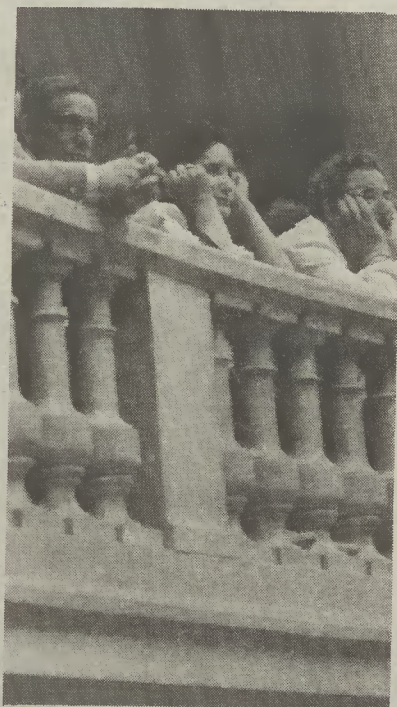
Quanto ao PSD, que viveu este período de braço dado com o PS, a crítica não era oportuna nem necessária.

Em Setembro de 1997, com o fim deste período, o PSD sentir-se-á então pronto para fazer o barulho a que chama oposição.

O clima da Assembleia vai mudar, no último período da Assembleia que se estende até hoje.



■ João Amaral





# A situação das mulheres e a mudança de mentalidades\*

**P**ara nós, comunistas, uma crítica racionalmente fundamentada da condição da mulher deve pôr a nu as causas económicas, sociais, culturais e históricas dessa dominação, e apontar as vias e possibilidades da sua superação tendo em conta esses condicionamentos. Mas essa análise implica também, evidentemente, um juízo de ordem moral e uma luta pela mudança de mentalidades.

Marx dizia: "Pela relação entre o homem e a mulher se pode avaliar todo o nível da civilização humana."

Esta relação assinalada por Marx suscita algumas reflexões relativas à nossa posição de comunistas quanto à situação da mulher na sociedade.

Por um lado, traduz a grande importância que para nós tem e sempre teve a questão da condição da mulher.

Com efeito, a emancipação da mulher, a superação dos preconceitos e comportamentos que a subordinam, penalizam e inferiorizam no plano social, económico, político e familiar, constitui uma condição indispensável para a criação de uma sociedade sem classes antagónicas, com iguais oportunidades para todos, onde, para usar uma outra expressão de Marx, "a liberdade de cada um é a condição da liberdade para todos". Isto é, uma sociedade em que ninguém seja instrumento de um outro. A eliminação dos preconceitos e comportamentos contra a mulher integra-se, assim, na eliminação das discriminações sociais, no estabelecimento de novos sistemas na divisão social do trabalho, no estabelecimento pleno de relações de igualdade social.

Estes são, precisamente, objectivos visados pelo nosso ideal comunista.

Por outro lado, a observação de Marx sobre a relação existente entre a relação Homem/Mulher e o nível duma civilização chama-nos a atenção para as raízes históricas em que se moldaram essas relações. O que nos pode ajudar a ver melhor como agir para modificar tais comportamentos nos nossos dias.

Os diferentes modelos de comportamento que ao homem e à mulher são atribuídos, a subordinação social a que a mulher está sujeita devem-se em medida decisiva à forma com se fez historicamente o desenvolvimento das forças produtivas e a divisão social do trabalho.

Nas sociedades de comunidade primitiva a mulher tinha em geral uma condição paritária com o homem e participava de forma idêntica na vida comunitária.

Estabelece-se, é certo, ainda no interior dessa comunidade, uma primeira, elementar, divisão de trabalho entre o homem e a mulher, directamente ligada à diferente função dos dois sexos na formação da espécie: entre o homem, com maior força física, e a mulher, sujeita à gravidez e aos encargos do aleitamento e da maternidade. Esta divisão acentua-se quando a humanidade passa da fase da colheita para a do homem caçador, pastor, agricultor.

Mas a condição da mulher sofre uma alteração radical com a formação da família patriarcal.

Nesta fase, a família é elemento essencial das forças produtivas, como unidade de produção. E como tal se organiza. O facto de o pai ser o proprietário confere-lhe a autoridade suprema e subordina a ele a mulher e os filhos. Cada membro da família é um bem que faz parte da propriedade patriarcal. A própria Bíblia traduz exemplarmente esta situação quando diz: "Não cobiçarás a casa do teu próximo, nem a sua mulher, o seu boi, o seu asno, ou qualquer outra coisa que lhe pertença."

A "inferioridade" da mulher encontra aliás na Bíblia uma particular sanção ideológica: Deus cria a mulher a partir duma costela do homem, que aparece como mediador entre Deus e a mulher; e é a mulher que oferece ao homem o pomo do pecado, como mediadora entre o Diabo e o homem. Tudo isto teve na cultura cristã consequências, que ainda hoje permanecem como estigma do estatuto da mulher. O cristianismo, na sua fase inicial, abalou esse estatuto patriarcal, valorizando a condição da mulher e atribuindo-lhe um estatuto idêntico ao do homem perante Deus. Mas com a apropriação da religião cristã como ideologia do Estado no final do Império Romano, fazendo da Igreja Católica uma instituição do Estado, esta passou a dar novas bases ideológicas à submissão da mulher ao homem, aos fundamentos da família patriarcal.

Com o desenvolvimento do capitalismo, assistimos, porém, à crise e desmantelamento das estruturas patriarcais.

## Novas realidades, velhos preconceitos

A proletarianização dos homens e das mulheres, o desenvolvimento da indústria, a ruína da economia agrícola patriarcal, as emigrações em massa, o crescimento acelerado dos aglomerados urbanos, produziram profundas alterações na condição social da mulher. Foram quebrados os laços entre a família e a propriedade. Com o

capitalismo e a evolução técnica, com o pai, a mãe e os filhos trabalhando em locais diferentes, o lar esvaiu-se das suas funções de unidade de produção. A família tornou-se, fundamentalmente, uma unidade de consumo. A mulher trabalhadora, com a entrada no mercado do trabalho assalariado, criou as bases para o fim da sua dependência económica em relação ao homem e para a sua emancipação social. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico foi tornando obsoletas as formas de divisão social do trabalho baseadas nas diferenças fisiológicas entre o homem e a mulher.

Neste processo, em ritmos diversos, quantas vezes com a hesitação e amargura que traz a luta por um futuro desconhecido, as mulheres trabalhadoras foram-se integrando, cada vez mais, ao lado dos homens, no movimento dos trabalhadores contra a exploração capitalista, pela justiça social, pela transformação da sociedade. Ganhou também crescente importância e amplitude a organização

nantes no processo de emancipação da mulher, como parte integrante da própria luta contra o sistema de exploração dos trabalhadores.

## Uma luta comum

O relacionamento humano não se reduz nem pode explicar-se e compreender-se somente na base das relações económicas e sociais. Essas relações, por importantes que sejam, não esgotam a realidade social. Designadamente a relação entre os homens e as mulheres tem dimensões fisiológicas, psicológicas e afectivas elaboradas também elas ao longo da História, que importa ter em conta.

Engels tinha sobre o assunto uma ideia que gostaria de referir: a de que o amor entre homem e mulher foi fruto de uma caminhada



das mulheres, com uma perspectiva de massas, à volta das suas reivindicações específicas, com a conseqüente elevação da sua consciência social.

O capitalismo, porém, tem-se esforçado por manter vivos (às vezes com novas roupagens) todos os velhos preconceitos, comportamentos e ideias sobre a "natural inferioridade" da mulher, sobre o seu papel subordinado na sociedade, sobre a sua "necessária dependência".

Não hesita, para isso, em assegurar importantes meios materiais e financeiros que mantêm essas imagens comportamentais. Mobilizam-se recursos dos aparelhos sociais e estatais. Mantêm-se e alimentam-se órgãos de comunicação que procuram incutir na mulher uma visão estreita da vida, desligada da sua inserção social, limitada a um pequeno mundo doméstico em que desempenhe uma função dependente. Concedendo-lhe o título de "rainha do lar" atribui-lhe de facto o papel de escrava familiar. Reduz na publicidade o seu papel ao de "símbolo sexual".

Com base no falso argumento da inferioridade da mulher o trabalho feminino tornou-se para o capitalista uma fonte de maiores lucros e, ao mesmo tempo, um instrumento de divisão e maior exploração dos trabalhadores. Proclamando-se que o lugar da mulher é no lar e que o seu trabalho é marginal para a produção, justifica-se a desvalorização desse trabalho, os salários mais baixos, a manipulação da mão-de-obra feminina, os despedimentos em período de crise, as medidas de "flexibilização", como o trabalho a tempo parcial, ao domicílio, periódico, etc. Qualquer destas formas de desvalorização do trabalho da mulher constitui excelente meio para agir sobre os salários dos trabalhadores, tanto homens como mulheres, com prejuízo de todos no seu conjunto.

Estes factos fundamentam uma primeira conclusão directamente relacionada com a questão da situação da mulher na sociedade.

E essa primeira conclusão é a de que uma mudança de comportamentos e mentalidades em relação à mulher está também directamente ligada à luta geral pela emancipação dos trabalhadores. Por isso mesmo, cabe à classe operária e seus aliados, bem como às forças que os representam, uma responsabilidade e um papel determi-

pensada e sentida, criada através de um longo e por vezes doloroso percurso elaborado por seres humanos que se iam distinguindo de outras espécies pela sua forma de estar na vida. Na sensibilidade e inteligência humanas esse é sem dúvida um aspecto fundamental a ter em conta: a caminhada da civilização é feita por homens e mulheres, caminhando lado a lado.

Mas as mentalidades não surgem como se fossem criadas em plena consciência.

Se em matéria de relações humanas o amor é a mais brilhante criação da humanidade, não podemos deixar de ter em conta que nas relações entre o homem e a mulher, mesmo nas mais íntimas, pesam em última análise condicionamentos mentais resultantes das formas de organização e vida que a sociedade humana foi construindo, com as mentalidades delas decorrentes, marcadas pelas discriminações sociais dominantes.

Tendo isso em conta, deveremos apresentar o homem como sendo o principal responsável da condição subordinada da mulher e como seu "adversário social"? Não poderá isso apagar a natureza da organização social dominante, caracterizando-a por aspectos derivados e secundários como, por exemplo, o de "sociedade machista"? Não iríamos, assim, retardar a tomada de consciência de homens e mulheres contra as causas desta situação, criar elementos de contraposição entre homens e mulheres, enfraquecer a sua luta comum?

Partindo daí, poderia chegar-se à conclusão de que a mudança nos comportamentos e a emancipação da mulher resultariam, apenas, ou principalmente, das atitudes dos homens. O que corresponderia a ignorar ou subestimar os obstáculos de vária ordem que precisamente as forças empenhadas na contenção do progresso social erguem para impedir, desorientar, desviar, essa tomada de consciência. Daí, ser tão importante não apagar as responsabilidades da situação, introduzindo entre homens e mulheres uma oposição que pode mesmo converter-se em contradição, enfraquecendo e podendo até ferir no seu âmago a luta pela emancipação da mulher e a mudança de comportamentos.

Sobre estas questões existem concepções, abordagens e análises diferentes nas correntes de opinião muito variadas entre os



## EM FOCO

■ Aurélio Santos



movimentos femininos participantes da ampla corrente hoje existente tendo como objectivo a emancipação da mulher. Essas diferenças de opinião, devidas principalmente às diferentes concepções e formas de abordagem quanto às causas da condição da mulher, merecem sem dúvida um debate e um diálogo, não só para a possibilidade de acções conjuntas, desde já possíveis, como para o enriquecimento e aproximação de pontos de vista, sempre desejável.

## Mudar as mentalidades

Para nós, comunistas, uma crítica racionalmente fundamentada da condição da mulher deve pôr a nu as causas económicas, sociais, culturais e históricas dessa dominação e apontar as vias e possibilidades da sua superação tendo em conta esses condicionamentos. Mas essa análise implica também, evidentemente, um juízo de ordem moral e uma luta pela mudança de mentalidades.

Erraríamos se concluíssemos que só é possível mudar os comportamentos que condicionam a situação da mulher quando mudarem as actuais estruturas económicas e sociais. Só concepções fatalistas podem levar a que se fique aguardando "no torpor da espera", como dizia Marx, um desenlace supostamente inevitável dos processos de desenvolvimento histórico. Sobre essas posições podemos dizer, como observou Marx: "A história não faz nada, não luta em nenhuma batalha. Não é a história mas sim o ser humano, vivo e real, que tudo faz, tudo possui e luta por tudo. A história não passa da actividade humana, que visa os seus próprios objectivos".

É que não basta transformar as condições materiais para que surjam espontaneamente relações humanas novas. É preciso criar novos valores de ordem moral, novas referências culturais, com novos comportamentos e relacionamentos entre os seres humanos. É nessa base que a luta pela mudança de mentalidades e comportamentos se integra na luta pela emancipação social.

As consciências, as mentalidades, mantêm-se muitas vezes em atraso relativamente à alteração das condições sociais. E esse é já o caso da condição da mulher na própria sociedade capitalista.

Uma condição social muito penosa, por exemplo, dificulta em certos aspectos a formação da consciência social. Muitas mulheres cujas condições de habitação são deficientes podem preferir conselhos sobre a melhor forma de decorar a sua casa do que análises substanciais sobre as verdadeiras causas dos problemas habitacionais. E a perspectiva de uma saída individual surge mais facilmente ao espírito do que a solução de uma luta colectiva. Tanto mais quanto as mulheres foram durante séculos mantidas no espartilho de ideologias que lhes impunham uma visão estrita e estreita das coisas, limitada ao seu pequeno mundo doméstico.

Por outro lado, assistimos também a contradições nos comportamentos até de pessoas com ideias e posições políticas progressistas mas que no plano pessoal e familiar continuam a ter uma visão persistentemente tradicional, reacçãoária, de uma mulher hoje insubstituível, como se de um espectro do passado se tratasse. Verifica-se também que, mesmo em camadas sociais com activa e corajosa intervenção na luta revolucionária, persistem preconceitos discriminatórios em relação à mulher. No processo da reforma agrária, por exemplo, em algumas cooperativas formadas com uma decisiva intervenção das mulheres, mesmo estas resistiram de início à ideia de atribuição de salários iguais por igual trabalho para homens e mulheres.

A mudança de mentalidades também não surge apenas como um reflexo imediato de novas relações sociais. Mesmo em países que deram grandes passos no estabelecimento de relações económicas e sociais de tipo socialista se registou, a par do reconhecimento formal da igualdade de direitos da mulher no plano político, jurídico e social, a persistência de preconceitos tradicionais quanto à imagem das mulheres, à sua intervenção na sociedade, à organização da vida familiar.

A pedagogia da mudança de mentalidades - do homem e da mulher -, a luta pela mudança de comportamentos, é, pois, um ele-

mento indispensável no processo de emancipação da mulher. E quando essa mudança de mentalidades e comportamentos ganha dimensões de massas, transforma-se numa força material poderosa. Pode em certa medida acelerar, até anteceder, mesmo forçar, o estabelecimento real de novas relações sociais.

E esta é uma segunda conclusão de ordem geral que podemos tirar quanto à situação da mulher.

## A situação portuguesa

A mudança de comportamentos e mentalidades em relação à condição da mulher torna-se mais complexa num país como o nosso, em que o desenvolvimento industrial se fez com atraso, irregularmente, agravando as consequências negativas do capitalismo com as do subdesenvolvimento. Daí que, entre nós, as mudanças na condição da mulher tenham resultado não tanto do desenvolvimento industrial como da emigração, das consequências da mobilização para as guerras coloniais e das formas que tomou o crescimento urbano. Existem por isso no nosso país grandes contradições quanto aos comportamentos, e posições morais muito diferentes quanto à condição da mulher. Para isso contribuíram em medida decisiva os 48 anos de ditadura fascista, marcados, com especial relevo neste plano, pela mais retrógrada, obscurantista e brutal mentalidade e imposição cultural, ideológica, política, jurídica e social, com formas medievais e aberrantes, hoje dificilmente concebíveis para as gerações (de mulheres e homens) criadas nos 25 anos decorridos desde o 25 de Abril.

As formas de discriminação iam desde a negação de alguns dos poucos "direitos" políticos formalmente concedidos aos homens (quanto ao voto, por exemplo) até às do estatuto salarial e laboral. As mulheres era interdito o acesso a determinadas profissões (por exemplo na magistratura, vida militar, carreira diplomática) e proibido ou condicionado o casamento noutras (enfermeiras, telefonistas, professoras). As mulheres eram impostas inúmeras discriminações jurídicas (na situação familiar, no poder em relação aos filhos, no Código Civil, no Código Penal, no Código Comercial). Tudo isto com uma pressão cultural, religiosa, social, no sentido de sufocar, reduzir, marginalizar e subordinar a condição da mulher.

O 25 de Abril, também no que respeita à situação da mulher, desencadeou um processo revolucionário de dimensões e signifi-

ficado histórico, confirmando a ligação entre essa condição e o nível de desenvolvimento social.

Na origem desse processo, importa destacar, esteve a participação massiva das mulheres em todas as principais acções e lutas que tornaram possíveis as grandes transformações políticas, económicas e sociais da revolução de Abril. Desde as primeiras manifestações, iniciadas logo no dia 25 de Abril e alcançando proporções gigantescas no 1.º de Maio, para conquista das liberdades políticas e cívicas, até às lutas pelas transformações económicas, sociais e políticas (derrota das tentativas contra-revolucionárias, descolonização, avanço da democratização do país, reforma agrária, nacionalizações, controlo operário) a participação das mulheres, pela sua dimensão e combatividade, foi, podemos afirmá-lo sem hesitar, um dos traços mais notáveis da nossa revolução.

Essa participação reflectiu-se em novos comportamentos e atitudes no relacionamento entre homens e mulheres, abrangendo todos os aspectos da vida social, de âmbito político ou laboral, na valorização profissional, na organização da família e das responsabilidades familiares, nos relacionamentos pessoais e afectivos, na educação e comportamentos sexuais, no planeamento familiar. Em poucos meses, grandes passos foram dados para o aparecimento de uma nova mentalidade, novos comportamentos, uma nova cultura, quanto à condição e estatuto da mulher na sociedade.

A Constituição de Abril consagrou um novo estatuto da mulher na vida nacional, reconheceu no plano institucional a plena igualdade de direitos, obrigou à alteração de todas as leis que discrimi-

navam a mulher, desde as leis da família a legislação laboral, penal, comercial. Novas possibilidades se abriram para o acesso das mulheres a todas as formas de actividade social e laboral. Deram-se alguns passos, embora insuficientes, para a sociabilização dos encargos da criação e educação das novas gerações. E em poucos anos viu-se como a mulher alcançou, nas mais variadas actividades, posição de relevo na vida portuguesa.

Apesar dos retrocessos impostos pelo avanço contra-revolucionário e pela permanência das velhas mentalidades e preconceitos em muitas camadas, regiões e sectores do país, apesar das consequências que a recuperação capitalista impôs no plano laboral, encontramos ainda hoje nas transformações da revolução de Abril uma decisiva contribuição para uma mais justa condição da mulher na sociedade.

Muito há ainda a fazer para que as mulheres possam usufruir de plena igualdade de direitos, no respeito pela sua diferença natural em relação ao homem. Para o conseguir é necessário mudar ainda muito as estruturas da sociedade e as mentalidades. Esse é um dever de todas as pessoas progressistas, mulheres e homens. E um partido como o PCP, que faz da participação das massas populares uma condição essencial à salvaguarda e avanço da democracia e o progresso social, não pode agir como um grupo radical que se contenta em "tomar posição". Tem de ter uma acção coerente e constante nesse sentido. E tem de ter também grande atenção ao estado real da sociedade, assim como ao peso das ideias e costumes tradicionais.

Pesam sobre a condição de mulher, para além dos interesses dominantes, séculos de obscurantismo que criaram uma cultura de discriminação.

A mudança de mentalidades não se faz de um dia para o outro nem automaticamente nem por decreto. Mas apesar de todos os obstáculos, apesar da recuperação obscurantista, a mudança de comportamentos em relação à mulher, a sua participação crescente na vida social, na produção, na vida económica, política e cultural, é já um dos mais importantes fenómenos do nosso tempo.

Marx tinha razão: é impossível construir uma sociedade humana livre sem nela integrar livremente a humanidade plena da mulher.

Esse encontro da mulher com a História é necessário e inevitável. Esse é um dos grandes desafios que se colocam no nosso tempo.

\* Intervenção no recente Forum do PCP sobre a Situação da Mulher.



■ Manoel  
de Lencastre

# Quem assassinou Rosemary Nelson?

**A** morte da distinta advogada e amiga do povo, Rosemary Nelson, causou emoção, dor e revolta em todos os meios ligados à luta dos republicanos, católicos e nacionalistas na Irlanda do Norte e chocou todos os que acompanham essa luta, internacionalmente. Constituiu um profundo golpe no processo de paz, já de si ferido em tantas outras ocasiões, quando é altura de comemorar o primeiro aniversário do Acordo de Sexta-Feira Santa de 1998, que tantas esperanças causou.

Rosemary Nelson contava 40 anos e era a defensora suprema da causa dos direitos humanos na Irlanda do Norte. Era a advogada robusta e corajosa que abraçava a causa dos desfavorecidos e dos que sofriam a opressão britânica, dos que jaziam nas prisões. A sua figura tomava formas gigantescas, apesar de ser uma mulher de pequena estatura física. Quem a conhecesse superficialmente, não podia imaginar o que ali estava de capacidade para oferecer sem nada esperar receber, em nome de uma causa, a da Irlanda republicana e livre, que era também a sua. Como seria de esperar, a senhora Nelson concentrou sobre a sua esguia figura o ódio mortal da reacção fanática e daqueles que se intitulam como «loyalists» (lealistas) em relação à Coroa britânica; da própria Polícia de Ulster, a sinistra, temível, Royal Ulster Constabulary.

## Manobras suspeitas

No domingo, 14 deste mês, Rosemary regressou a casa com o marido (Paul) após um fim-de-semana na província de Donegal. Os filhos, Christopher (13 anos) e Gavin (11) viajavam em França integrados numa excursão da escola que frequentavam. A filha, Sarah, (8 anos) acompanhara os pais. Mas o regresso começou por ficar marcado por sinistros sinais. A Polícia movimentava-se em grande número na zona residencial onde viviam os Nelson. Tropas inglesas executavam marchas e patrulhas desnecessárias. Helicópteros do exército britânico sobrevoavam a casa da famosa advogada, no Kilwilkie Estate, em Logan, província de Armagh. A presença destas aparatosas forças militares e policiais manteve-se durante toda a noite de domingo para segunda-feira, a senhora Nelson saiu de casa para dirigir-se ao escritório da sua firma de advocacia. Manobrou o BMW em inversão de marcha descendo a alameda ajardinada conducente à estrada. Quando atingiu a rua em Ashford Grange, a bomba criminosa que mãos invisíveis haviam colocado sob a viatura explodiu, destruindo-lhe as pernas e deixando o carro num montão de destroços. Os bombeiros chegaram ao local da atrocidade, rapidamente. Levaram-na para o Hospital de Craigavon, mas Rosemary expiraria duas horas mais tarde. Logo a seguir surgiram bandeiras negras em todo o Ulster republicano e católico. Dísticos, expunham o pensamento do povo: «Rosemary Nelson foi assassinada pela RUC e pelo RIR (Royal Irish Regiment)». Mas o grupúsculo de gangsters lealistas «Red Hand Defenders» (Defensores da Mão Vermelha) fazia anunciar terem sido eles os autores do hediondo crime.

Quem, na verdade, assassinou Rosemary Nelson?

As forças de segurança sabiam, evidentemente, que alguma coisa se preparava. Daí, as impressionantes patrulhas e a utilização de meios aéreos à volta da residência da vítima. Mas alguém, entre a noite de domingo (14 de Março) e às 12.40 de segunda-feira, ilu-

diu a presença daquelas forças e conseguiu colocar a bomba assassina sob o automóvel da advogada. Os «Red Hand Defenders», obviamente, sendo um pequeno «gang» que se pretende defensor de uma causa patentemente injusta, a da união entre a Irlanda do Norte e a Grã-Bretanha, não possuem meios técnicos adequados ou pessoal competente para iludir a vigilância que mencionámos. Só pessoal com recursos humanos e materiais podia ter colocado a bomba. Meios bem informados, incluindo o jornal dominical

londrino, The Observer, não perderam tempo em concluir que o crime revoltante e tão friamente executado foi organizado por veteranos da Ulster Defence Association e da Ulster Resistance (organizações pró-britânicas) com o auxílio possível de elementos das próprias forças policiais e militares. Por isso, a mão do povo aponta em direcção da RUC e do RIR.

## RUC nunca foi neutral

Rosemary, devido à sua corajosa e patriótica actividade, já tinha sido objecto de ameaças de morte por parte de agentes da RUC. A advogada tinha conseguido obter dos tribunais a reinvestigação das circunstâncias do assassinato do seu colega Pat Finucane, ocorrido há mais de dez anos. Isto comprometia o coração e a alma da RUC numa altura em que o próprio futuro da Polícia do Ulster está em dúvida, posto que se projecta dissolvê-la e substituí-la por uma nova Polícia mais representativa da população. A RUC, como se sabe, é formada por protestantes e considera a comunidade católica, nacionalista e republicana como uma espécie de «inimigo a abater». Sem dúvida, as frequentes reclamações da senhora Nelson contra os métodos da Polícia tinham-na colocado numa posição perigosa. Ela própria tinha já declarado que se considerava como alvo preferencial dos instintos de vingança policiais. Dissera que recebera agressões físicas e verbais em circunstâncias diversas. Foi devido ao perigo que Rosemary corria que muitos dos seus amigos sugeriram ao chefe dos serviços do N.º 10, Downing Street, que a célebre advogada fosse colocada sob protecção especial e incluída no rol do «Key Persons Protection Scheme» (Esquema de Protecção a Pessoas Importantes). Mas o governo britânico não aceitou a sugestão e, agora, na Irlanda do Norte, não falta

quem acuse o próprio Tony Blair.

O ódio da Polícia partia de muitas direcções. Com efeito, Rosemary Nelson tinha relações estreitas com o comando do IRA em Armagh. Tinha-se oposto, de maneira frontal, às provocatórias marchas dos orangistas em plena Garvaght Road, em Drumcree, e sustentara, conseqüentemente, que muitos dos seus clientes recebiam ameaças de morte enquanto sujeitos a interrogatórios policiais. Perante um investigador das Nações Unidas, Param Kumaraswamy, declarou as formas de abuso que recebera, pessoalmente, dos policiais da RUC. Acusara esta de não proteger um cidadão católico, Robert Hamill, quando atacado em Poradown por um grupo de gangsters unionistas e protestantes – viria a morrer dos terríveis golpes recebidos naquilo que se designou como uma interminável sessão de pontapés.

Dias após a assassínio de Rosemary, registou-se a morte a tiro do terrorista Frankie Curry, um facinora ligado aos «Red Hand Defenders». Alguns observadores sugeriram que este crime tinha tido lugar para deixar a impressão de que fora Frankie o autor do atentado que vitimara Rosemary. A eliminação deste gangster, possivelmente por um comando da Ulster Volunteer Force, poderia ter como objectivo impedir a sua prisão e a possibilidade de confessar quem o havia instrumentalizado. Mas o povo católico e republicano, os sofrendores supremos de uma Europa que os não defende e ignora, sabe quem, na verdade, parece ter organizado o assassinio da grande patriota e defensora da Irlanda democrática. Nas bandeiras negras que pendem das janelas continua a poder ler-se: «Rosemary Nelson, a voz do povo, foi assassinada pela RUC».



Rosemary Nelson "a true friend"

## A evolução do Acordo de Sexta-Feira Santa

10.04.1998

Os partidos unionistas (protestantes, pró-britânicos), nacionalistas e republicanos (católicos, pró-integração na República da Irlanda) assinam o Acordo de Sexta-Feira Santa. Este documento prevê a devolução dos poderes actuais do Parlamento britânico (Westminster) para o Parlamento da Irlanda do Norte, ou Ulster (Stormont); prevê, igualmente, a criação de um Executivo que governará o território e a criação de órgãos consultivos entre o Ulster e a República da Irlanda;

23.05.1998

Posto a uma consulta popular sob a forma de referendo, o Acordo foi votado favoravelmente por 71% do eleitorado. Os fanáticos unionistas liderados pelo Reverendo Ian Paisley, que haviam desaconselhado a aceitação do Acordo, foram pesadamente derrotados;

25.06.1998

Nas eleições para o Parlamento de Stormont, os extremistas pseudo-religiosos de Ian Paisley conseguem eleger um número suficiente de deputados. Isto impediu os mais moderados do Ulster Unionist Party de conseguirem uma maioria confortável e deixou a causa do Unionismo perigosamente colocada;

05.07.1998

Na igreja de Drumcree, em Portadown, dão-se violentos confrontos entre orangistas e nacionalistas quando aqueles pretendiam marchar ao longo da Garvaghy Road, uma zona residencial predominantemente católica e de apoio aos partidos republicanos;

12.07.1998

Num atentado com bombas incendiárias, membros de grupos protestantes orangistas incendiaram a casa de uma família católica, em Ballymoney, Antrim. Três crianças, da família Quinn, morreram carbonizadas;

15.08.1998

O grupúsculo «Real IRA», que se opõe aos Acordos de Sexta-Feira Santa, faz explodir uma potente bomba no centro da cidade de Omagh (Tyrone) causando 29 mortos e centenas de feridos;

18.12.1998

Um dos grupos armados protestantes e unionistas, o «Loyalist Volunteer Force», declara-se pronto a desarmar os seus efectivos;

16.02.1999

David Trimble, Primeiro-Ministro do Ulster, consegue sobreviver, precariamente, a um voto parlamentar crucial de ratificação de Tratados entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda;

10.03.1999

Data-limite para a transferência de poderes de Westminster para Stormont. O governo de Tony Blair não honrou os seus compromissos. A violência aumentou em quase todo o território do Ulster. Não existe acordo entre o «Sinn Fein» (republicanos e nacionalistas) e o Ulster Unionist Party quanto à grave questão do desarmamento a que o IRA se opõe terminantemente.



O estado em que ficou o BMW conduzido por Rosemary Nelson, após a explosão de uma bomba colocada sob a viatura e comandada à distância



## EM FOCO

## Declaração no Congresso das Regiões de Turismo

■ Carlos Luís Figueira (\*)

# Sobre as Regiões de Turismo

**M**omentaneamente derrotado o processo da criação das Regiões Administrativas, em consequência de um processo referendário, o qual o PCP sempre considerou desnecessário, entendemos que a descentralização de poderes centrais para órgãos locais e regionais eleitos visando uma maior democratização e eficácia da administração pública se continua a justificar, num sentido inverso àquele que este Governo continua a praticar. As Regiões de Turismo constituem um bom exemplo da necessidade dessa descentralização.

As Regiões de Turismo vivem há anos numa situação híbrida, entaladas entre um Poder Local da qual emanam e um Estatuto conferido por uma Lei-Quadro, de matriz claramente centralizadora, que as coloca numa situação de memorização, sob a tutela vigilante e onnipresente do Poder Central, com reduzidas competências e dependentes de um sistema de financiamento que, não sendo de todo claro, apesar de tudo continuou a não ser cumprido por este Governo à semelhança do procedimento adoptado pelo anterior.

Sistema híbrido que bem tem servido este Governo para gerir influências, concedendo privilégios e facilidades de natureza financeira em função das pressões exercidas a partir do interior do partido do Governo e não em resposta às necessidades da valorização da actividade turística nem ao reforço das estruturas descentralizadas existentes para esse fim, designadamente as Regiões de Turismo.

Já na vigência do actual secretário de Estado de Turismo, o terceiro desta legislatura, foram reequacionadas as áreas promocionais procedendo-se a uma regionalização turística em relação à qual faltou a coragem política para a sua efectiva institucionalização, já que às novas áreas promocionais não se seguiu a necessária reorganização especial destas estruturas, mantendo-se, pelo contrário, a sua enorme dispersão pelo País, num processo contraditório com as múltiplas e até recentes declarações do secretário de Estado sobre esta importante matéria, quando afirma existir, em relação ao quadro actual das estruturas regionais e locais de turismo, "uma dispersão de energias, meios e eficácia".

Perante tal contradição, cabe perguntar se a atitude passiva do Governo neste processo não estará relacionada com o facto do PS dominar politicamente a maioria das estruturas existentes. Ou seja, se a correlação de forças fosse de ordem diferente, o Governo e o PS manteriam a mesma posição. Só assim também se pode perceber que às sucessivas críticas que o actual secretário de Estado tem, por diversas vezes, já expresso sobre a ineficácia do xadrez actual, não se tenham tomado medidas para o corrigir.

O que em suma se pode afirmar sobre esta matéria acerca do comportamento do actual Governo é que ao longo desta legislatura se limitou a reproduzir o que de mau teve o comportamento do Governo anterior. Ou seja, continuou a não cumprir a Lei de Financiamento das Regiões de Turismo, manteve a sua dispersão e ineficácia a coberto de uma Lei-Quadro de inspiração cavaquista que as transforma em estruturas tuteladas e com reduzidos poderes. Os protocolos celebrados com a Região de

Turismo do Algarve não alteraram minimamente a substância do problema.

As "novas formas de descentralização" sublinhadas pelo secretário de Estado V. Neto para responder ao facto do processo da criação das Regiões Administrativas ter sido derrotado de forma a encontrarem-se outras soluções para a "racionalização das estruturas de turismo" contrastam vivamente com as competências desconcentradas que o Governo acaba de publicar na Lei Orgânica das Direcções Regionais de Economia, competências que em matéria de Turismo tenderão a absorver não só os reduzidos poderes das actuais estruturas como consagram, a estas Direcções Regionais, outros que lhes poderiam e deveriam ser atribuídos, tornando claro que mais uma vez este Governo "pisando à esquerda virou à direita". Em vez de descentralizar, concentra na desconcentração.

Assim, o anúncio ontem aqui feito pelo ministro da Economia dando conta dos esforços do Governo para a elaboração de uma nova Lei-Quadro e de um novo sistema de financiamento para as Regiões de Turismo, no termo de uma legislatura de quatro anos e em vésperas de eleições surge, há que assumi-lo,

ferido de credibilidade e mais como um elemento tranquilizante, anestésico, como resposta a insatisfações que tendiam a crescer.

No mesmo sentido e quanto às novas atribuições conferidas às Direcções Regionais de Economia, o que pela nossa parte podemos afirmar é que, apesar também das palavras tranquilizadoras do Senhor Ministro ontem aqui produzidas sobre esta matéria, nós, pela nossa parte, continuamos a manter fundadas dúvidas sobre os objectivos e âmbito de tais atribuições e, por isso mesmo, em tempo oportuno, chamaremos o referido diploma à sua discussão e ratificação em sede própria, isto é, na Assembleia da República.

O PCP desde há muito se tem pronunciado criticamente contra o modelo em que assentam as actuais estruturas regionais e locais de turismo, exprimindo a necessidade, em nome da eficácia das Regiões de Turismo, de se proceder a uma efectiva arrumação que conduzisse à redução do número de estruturas existentes, num processo que em nossa opinião deveria estar profundamente associado à elaboração de uma nova Lei-Quadro. Lei-Quadro que confira mais poderes às Regiões de Turismo, clarifique a natureza e composição dos seus órgãos de decisão e dote estas estruturas de um processo de financiamento baseado em critérios claros, objectivos, que lhes garanta autonomia suficiente para o seu funcionamento no quadro de novas competências a serem conferidas, o que implica igualmente a ponderação de alterações ao quadro de pessoal.

O que defendemos é o desenvolvimento de um processo que tem como objectivo dotar as Regiões de Turismo de poderes hoje exercidos por estruturas do Poder Central assim como absorver outros que foram descentralizados para as autarquias mas que estas, na sua maioria, não estão em condições de os exercer com eficácia.

Neste sentido, apesar de momentaneamente perdida a batalha da regionalização do País, entendemos que o processo de descentralização e reorganização das estruturas do Estado não deve parar mas, pelo contrário, se deve encetar procedimentos, abrir caminhos que dêem corpo a esse objectivo, por muitos reconhecido como indispensável.

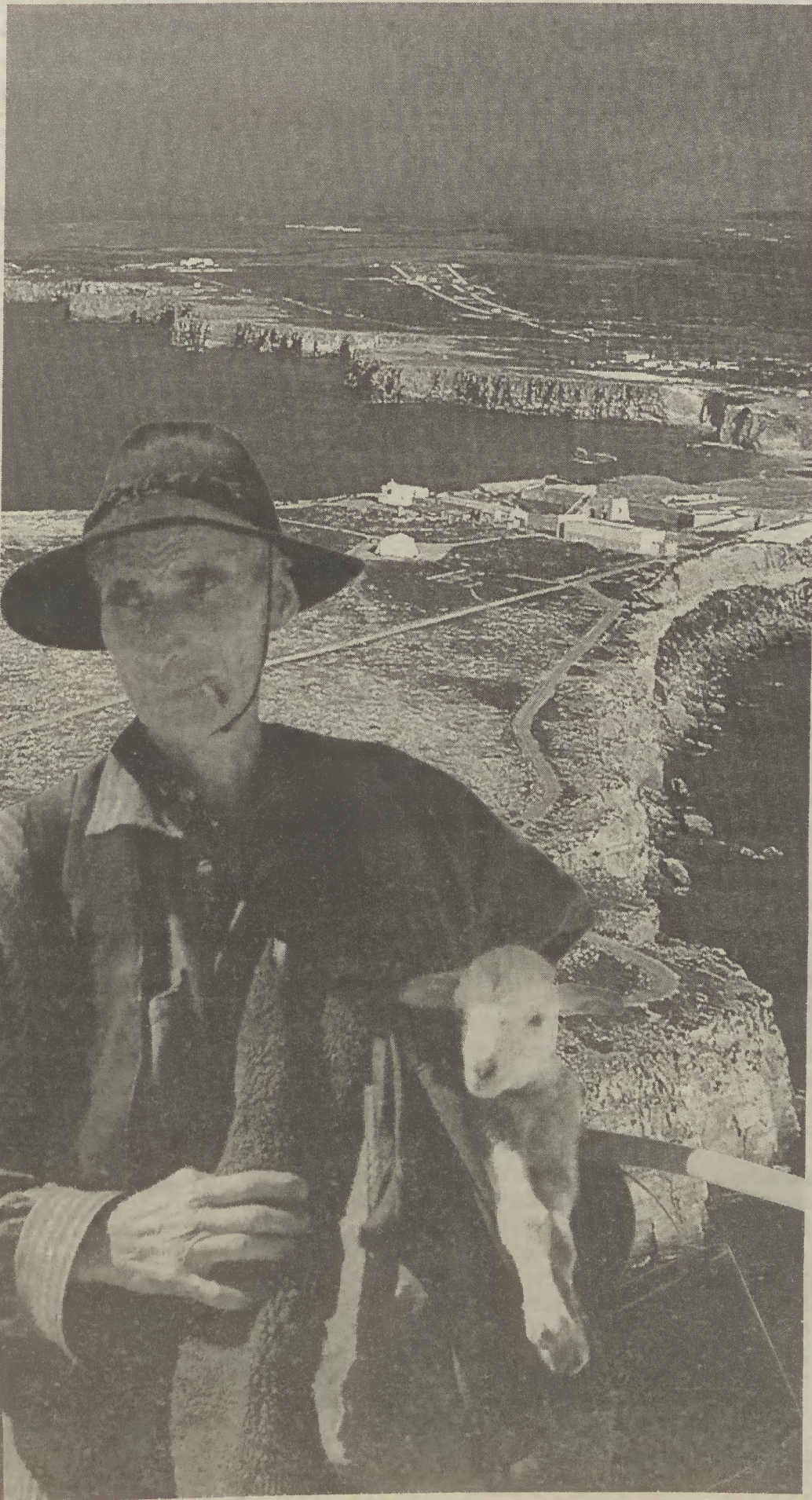
É tendo presente o que foi dito que declaramos, após ampla consulta e discussão com todos os nossos eleitos, que é tempo de dar corpo à Região de Turismo do Alentejo e que, nesse sentido, iremos desenvolver todos os esforços para concretizar esse justo objectivo.

Gostaríamos naturalmente de ver empenhadas na criação da Região de Turismo do Alentejo todas as Regiões e Comissões Municipais de Turismo existentes na Região, mas desde já assumimos que é nossa intenção intervir no sentido de levar por diante este processo, mesmo que seja só com aqueles que manifestem disponibilidade para o empreender.

É este o desafio que aqui deixamos. Que cada um assumia, a partir de agora, as suas responsabilidades.

Em coerência com o que sempre afirmamos, assumimos também aqui a responsabilidade de, se possível, ainda na presente legislatura, apresentar, através do nosso Grupo Parlamentar, uma nova Lei-Quadro que necessariamente incorporará uma nova fórmula de financiamento às Regiões de Turismo, processo em relação ao qual tudo faremos para o inserir no quadro de uma ampla consulta a todo o sector interessado.

(\*) Membro da Comissão Política do PCP







## Volta ao Alentejo em bicicleta, mais um bom exemplo da política da CDU

■ José Pascoal

# Uma prova de paixão

Vem aí a Alentejana! Em breve, estará nas estradas do Sul uma das mais importantes competições velocipédicas nacionais: a Volta ao Alentejo. Vai na XVII edição, está há três anos incluída no calendário da União Ciclista Internacional (UCI) e é já considerada por muitos como uma das provas mais bem organizadas em Portugal. Este ano começa em Grândola, no próximo dia 28, e termina, como sempre, em Évora, no dia 2 de Maio.

Organizada pela primeira vez há 17 anos com o objectivo de promover uma das regiões mais carenciadas do país, a estrutura que a põe de pé - a Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE) - pode orgulhar-se de lhe ter proporcionado a maioridade antes ainda da idade consignada em lei. O seu staff, pequeno no início dos anos 80, não cresceu desmesuradamente, mas soube aprimorar ao longo dos anos métodos de trabalho, reforçar e melhorar a capacidade de organização e, sobretudo, não ignorar a importância do marketing, para continuar a mostrar ao país que o Alentejo é uma paixão.

Hoje, a Volta ao Alentejo não é só uma competição velocipédica de valor reconhecido, dentro e fora das fronteiras nacionais, como o testemunha a qualidade do pelotão cada vez mais rico de ano para ano. A Alentejana, como é também popularmente conhecida, continua a ser o resultado de muitas vontades e de um modo diferente de encarar o desporto, bem como exemplo de política unitária ao serviço de uma região.

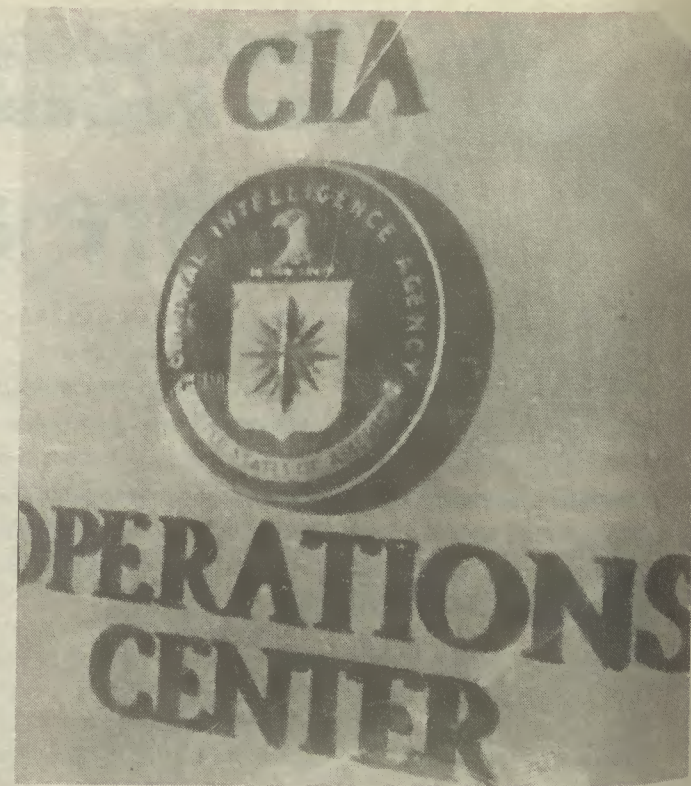
A AMDE é liderada pela CDU, mas a esta iniciativa aderem hoje também autarquias que representam outras forças políticas, cujos presidentes de câmaras, sem excepção, estão convidados para um jantar comemorativo dos 25.º aniversário do 25 de Abril, na véspera da saída da caravana para a estrada, em Grândola. Aliás, não é obra do acaso a escolha do local. As primeiras pedaladas para a Revolução dos Cravos foram dadas logo após os primeiros acordes da canção com que José Afonso imortalizou o nome da Vila Morena. E não se pense que a iniciativa é descabida. A CDU não faz mais do que respeitar e honrar as nobres tradições libertadoras do desporto.

Mas não é só isto que faz da Alentejana uma prova diferente. A Volta ao Alentejo é também palco ambulante de uma vasta região, como o testemunha o «Espaço Alentejo», iniciativa inédita nas competições velocipédicas em Portugal, através da qual expõe o que dão de melhor as suas terras e as suas gentes. E é ainda, no final de cada etapa, um espaço de convívio, onde os sabores e os cheiros de uma gastronomia única se misturam com os cantares e a poesia de um povo que não se resigna aos rigores de um clima agreste nem à crueldade de políticas neoliberais.

A Volta ao Alentejo é, sem dúvida, uma prova de... paixão. De Alfredo Barroso e seus pares, de uma população e de uma região. Se assim não fosse, não teria subido na escala difícil e exigente da UCI, não estaria hoje entre as melhores do país, não teria credibilidade que lhes permitisse trazer a Portugal figuras grandes da velocipédia internacional como o supercampeão espanhol, Miguel Induráin (Banesto), pentavencedor do Tour, campeão do Mundo e recordista da hora, vencedor da prova em 1996, nem poderia orgulhar-se de ter, entre os vencedores, nomes como os de Aitor Garmendia (ONCE), vencedor em 1997, ou do seu ex-companheiro de equipa, Melchor Mauri, triunfador em 1998, e um dos grandes favoritos da edição deste ano, agora com as cores do Benfica.

E se este ano o pelotão não é tão rico, a culpa não é da AMDE. Os cem primeiros do Ranking UCI não podem participar em provas da categoria 2.5, uma decisão da estrutura máxima do ciclismo mundial que está a suscitar grande controvérsia, além de descontentamento aos organizadores de provas e às próprias equipas, porque lhe coarctada a liberdade escolha, ou, como diz Alfredo Barroso, «consequência do lobby da Europa Central para obrigar os melhores corredores e as melhores equipas a participar nas suas provas e não nas outras».

Mesmo assim, além de todo o pelotão de elite nacional (à excepção da Recer/Boavista), a AMDE tem garantida a participação da Kelme, Euskatel e Fuenlabrada (Espanha) e da Palmans (Bélgica), sendo de admitir também a vinda da Vitalícia (Espanha), Aceptcar (Dinamarca), bem como da poderosa ONCE, também de Espanha. Trata-se, contudo, segundo Alfredo Barroso, de uma «hipótese remota».



O povo de Cuba acompanhou durante quase duas semanas com absorvente interesse o julgamento de dois terroristas salvadorenhos que respondiam por atentados bombistas em Havana.

A TV dedicou ao acontecimento programas extraordinários. Alguns ocuparam mais de cinco horas. Não exageraram os jornalistas que encontraram nestas audiências mais suspense que nos filmes do 007, mais acção, intriga e mistério do que nos romances de John le Carré e Simenon.

Os telespectadores conheciam o tema. Em Cuba ninguém esqueceu a vaga bombista contra os estabelecimentos hoteleiros do Verão de 97. Em Washington o júbilo era transparente. A imprensa identificava nas explosões o dedo da oposição interna e insinuava-se que, por trás dos atentados, dada a sua logística, estariam «sectores descontentes» do exército. Em Miami, a Fundação Cubano-Americana afirmava que o boom turístico cubano tinha os seus dias contados. Sabe-se agora que o ambicioso plano terrorista foi concebido em pormenor nos EUA. Os operacionais foram meros executantes. As provas apresentadas durante as audiências são tão indelévelmente que hoje os media norte-americanos reconheceram já a evidência: os atentados no sector turístico em Cuba foram promovidos e financiados pela FNCA de Miami, com a cumplicidade dos EUA. O dedo, afinal, era da CIA.

O interrogatório dos réus e das testemunhas manteve milhões de cubanos em estado de suspense. As surpresas sucediam-se em cadeia.

Raul Cruz León revelou no tribunal a teia de contactos prévios que o envolveu e fez dele, pequeno-burguês frustrado, um terrorista. Reconstituiu, dia a dia, a sua movimentação em Havana, a escolha e inspecção dos cinco hotéis onde colocou as bombas - Nacional, Capri, Copacabana, Chateau, Tritón -, a montagem arriscada dos dispositivos electrónicos que fariam explodir os artefactos por ele instalados nos halls, em lugares que lhe pareceram adequados. Ao responder às perguntas do procurador da República trouxe também ao tribunal imagens do submundo dos contra-revolucionários cubanos do exílio e da engrenagem da CIA a eles ligada. Ficou a saber-se como introduziu os explosivos em Cuba, escondidos nos sapatos, sob palmilhas, e também como funcionavam a calculadora e o relógio de controlo a distância. Recordou a angústia da

espera nas imediações dos lugares dos atentados.

Cruz León tem o perfil de um criminoso barato, um jovem atípico, sem profissão definida, que trabalhava num circo, em El Salvador. Por menos de 1500 dólares fazia explodir bombas em hotéis cubanos. Apenas para amedrontar, como declarou? Não é crível. Um desses engenhos matou um turista italiano e provocou ferimentos em muitas pessoas.

Cumprida a missão, Cruz León, cobrado o preço, subestimou a capacidade dos serviços de segurança cubanos. Cometeu o erro de voltar a Cuba. A primeira tarefa era a colocação de uma bomba na Bodeguita de I Medio, a famosa tasca de Havana celebrizada por Hemingway. O balanço poderia ter sido sangrento se as coisas tivessem corrido como ele esperava. Mas o desfecho foi diferente. Visto por populares, o seu retrato falado permitiu a captura quase imediata no hotel onde se alojava. A bomba não foi encontrada, mas fecharam logo o restaurante. Preso, simulou inocência; tinha a esperança de que a explosão o inocentasse, pois não sabia o que se passara. Esse silêncio tornou-o mais culpado. Poderia ter morrido gente na Bodeguita.

## O agente Fraile

Um momento de grande emoção durante a audiência foi o depoimento da testemunha Francisco Alvarado, um guatemalteco residente em Cuba desde 1960. Ao identificar-se, fez uma declaração prévia: «Para a Fundação Nacional Cubano-Americana sou o agente 44; para a Segurança do Estado de Cuba sou, há 22 anos, o agente Fraile.» Alvarado era um infiltrado no campo inimigo. O seu depoimento assombrou o público que enchia a sala. Os planos terroristas da FNCA de Miami previam acções de sabotagem contra a Refinaria Níco Lopez, a base dos super-



## EUA promovem o terrorismo

## A mão da CIA nas bombas de Havana

petroleiros de Matanzas, o Hospital Cira Garcia, o Comité Central e uma casa em Havana, no bairro Siboney, supostamente uma residência de Fidel.

O agente Fraile, que fazia frequentes visitas a Miami, conquistou a tal ponto a confiança da mafia contra-revolucionária cubana que o próprio presidente da FNCA, José Francisco Hernandez Calvo, o contactou para o incumbir de tarefas delicadas num plano secretíssimo em elaboração: um atentado (mais um) contra Fidel Castro. Como prova de fogo atribuíram-lhe a missão de colocar duas bombas no cabaret Tropicana. As instruções eram minuciosas: os artefactos deveriam ser instalados no grande salão Bajo las Estrellas e ser programados para explodirem entre o primeiro e o segundo *show*, quando é maior a afluência do público.

Não cabe num artigo como este o relato de depoimentos que ocuparam muitas horas. Obviamente, o Tropicana não foi destruído e as bombas foram entregues às autoridades cubanas.

Cabe, porém, assinalar que Francisco Alvarado fez revelações impressionantes e minuciosas, com datas e nomes, sobre o funcionamento da engrenagem terrorista de Miami. No tocante ao plano de arruinar o turismo em Cuba - hoje primeira fonte de divi-

lucionária que o «New York Times», nas suas edições de 12 e 13 de Julho, lhe dedicou largo espaço na reportagem que então publicou a propósito dos atentados contra os hotéis de Cuba.

Como as autoridades cubanas já haviam capturado o salvadorenho Cruz León e sabiam tudo sobre a trama, o grande jornal nova-iorquino achou chegado o momento de revelar factos que eram há muito do seu conhecimento. Posada, que aprecia o estrelato no mundo do crime, assumiu, aliás, a responsabilidade pessoal pelo plano terrorista numa entrevista à «Columbia Broadcasting System». O procurador da República no seu libelo acusatório procedeu durante largo tempo à leitura de passagens das referidas reportagens, posteriormente reproduzidas pelo diário Granma.

Num desses parágrafos, o NYT afirma sem rodeios: «O sr. Posada foi treinado pela Agência Central de Inteligência em destruições e guerra de guerrilhas na década de 1960. Posada declarou-nos que a colocação de bombas nos hotéis e outras operações tinham sido apoiadas por líderes da Fundação Nacional Cubano-Americana. O fundador e chefe desta, Jorge Más Canosa, que faleceu o ano passado, foi recebido na Casa Branca pelos presidentes Reagan, Bush e Clinton.»

Todos os estratagemas são bons para o terrorismo da CIA



Special envoy

Posada Carriles expressou orgulho durante a entrevista por ter sido o organizador dos atentados contra os hotéis de Havana. Descreveu-os «como actos de guerra. Essas bombas eram dirigidas também, salientou, a semear a dúvida no estrangeiro acerca da estabilidade do regime, para que em Cuba se acreditasse que havia operacionais no Exército, o que estimularia a oposição interna».

O veterano contra-revolucionário não fez também segredo das suas íntimas relações com a CIA e o FBI: «Sempre que posso ajudá-los faço-o» - declarou. «A CIA ensinou-nos tudo

rou e pediu perdão ao povo de Cuba pelos seus crimes. Era um arrependimento tardio. O colectivo de juízes condenou-o na pena de morte pedida pelo procurador da República.

## Outro alvo: o Mausoléu do Che

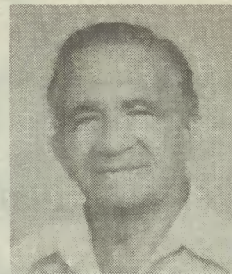
O Mausoléu do Che. Em audiência separada, foi julgado posteriormente outro terrorista, também salvadorenho, Otto René Rodríguez Llerena. A sua actividade como bombista provocou menos estardalhaço. Apenas conseguiu fazer explodir uma bomba no Hotel Meliá-Cohiba, o mais luxuoso 5 estrelas de Havana. Faltou-lhe tempo para mais.

Entretanto, as tarefas de que lhe haviam sido cometidas eram muito mais ambiciosas. Através de contactos com um agente da FNCA no interior de Cuba, Otto deveria ser um importante enlace num plano terrorista muito mais ambicioso. Entre os objectivos fixados, três, se concretizados, provocariam não apenas a indignação do povo cubano mas também a de milhões de pessoas em todo o mundo.

A FNCA pretendia dinamitar o Memorial do Che, em Santa Clara, e colocar bombas na Praça António Maceo, em Santiago, e no Museu da Revolução, em Havana.

Otto fora recrutado por Ronaldo Borges, antigo preso político, indultado em 1979 em Cuba, onde cumpria pena de 20 anos por haver participado numa tentativa de atentado contra Fidel. Borges era mais um homem-de-mão de Posada Carriles. Otto pretendia fazer explodir bombas em mais hotéis enquanto preparava a execução do projecto principal.

Não foi longe. A Segurança Cubana interveio de modo fulminante. Somente agora, em plena audiência, foi revelado o que acontecera. O contacto do salvadorenho que deveria funcionar como operacional no grande jogo era outro antigo preso político, residente em Santa Clara, Juan Francisco Fernandez Gomez. Na cidade tinha péssima reputação. Apresentava-se como delegado na Província de um auto-inti-



Miguel Urbano Rodrigues

tulado Comité Pró-Direitos Humanos. A sua casa era frequentada por funcionários da Secção de Interesses dos EUA em Havana e fazia frequentes visitas a Miami com a mulher, Olga Alonso Prada, uma médica, para, dizia ele, se «encontrar com familiares».

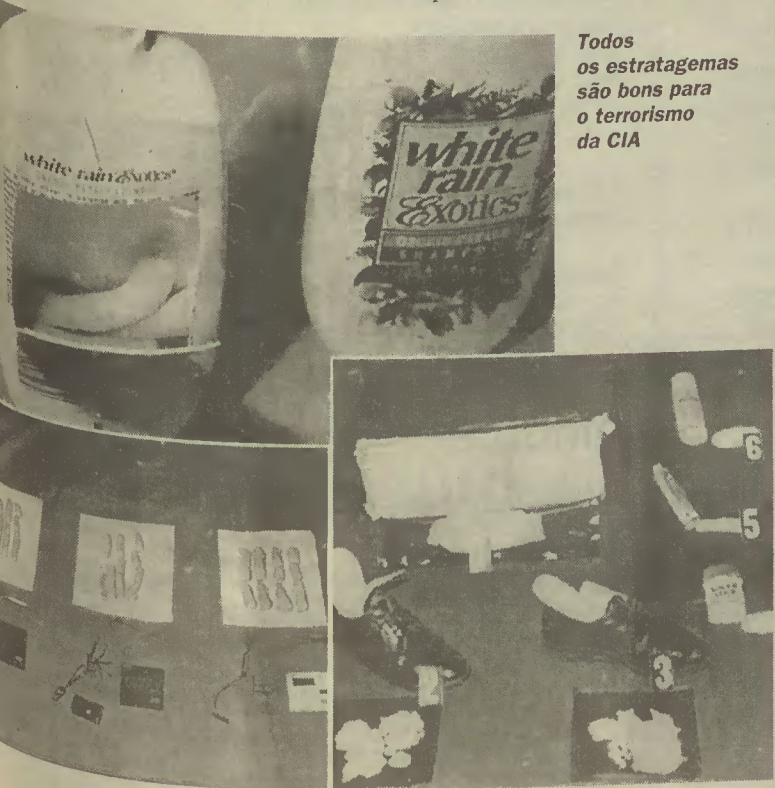
Quando Juan Francisco e Olga se apresentaram no banco das testemunhas, o público olhou-os com curiosidade e alguma desconfiança. Que poderia sair do depoimento daquele estranho casal? Saíram revelações que comoveram o povo cubano. Juan Francisco atravessou em minutos a ponte que separava o antigo contra-revolucionário do pódio dos heróis nacionais. Era há quase 20 anos o agente Felix da Segurança Nacional. Infiltrado na FNCA de Miami mantinha íntimas relações com várias organizações contra-revolucionárias daquela cidade da Florida. Quando ele, com Olga ao lado - pois quase já não consegue ler - relatou a sua história, e o que durante anos sofreu, tal como a mulher, a agente Berta, com o desprezo dos seus vizinhos, houve quem chorasse na sala.

Foi graças a esses dois falsos contra-revolucionários que a trama criminosa, concebida por Luís Posada Carriles, pôde ser conhecida nos seus mínimos pormenores e neutralizada. Treinado em Miami, em técnicas de preparação e detonação a distância de explosivos, Juan Francisco recebeu de Otto René Rodríguez um relógio Casio PQ-10 (apresentado no tribunal) que deveria activar e programar a bomba a ser colocada no Mausoléu do Che. Pretendia também entregar-lhe os explosivos. Mais uma vez aquilo que se passou no tribunal pareceu coisa de ficção, extraída de um romance de espionagem.

Horas depois, preso no hotel onde se hospedava, Otto - um homem calvo, gordo, insignificante, com um olhar vítreo - terminava a sua carreira de terrorista.

Ante a gravidade das provas documentais apresentadas (durante a audiência depuseram 14 testemunhas e 16 peritos altamente especializados), o procurador da República que inicialmente havia solicitado a pena de prisão máxima, pediu que ao réu fosse aplicada a pena de morte.

No seu discurso final ficou transparente que os principais criminosos estavam longe do banco dos réus. Posada Carriles vai continuar a receber tratamento cortez e amigo da imprensa e da tv norte-americanas. É da praxe. O presidente Clinton, que cultiva a imagem de campeão da defesa dos direitos humanos e aponta sempre o combate ao terrorismo como a primeira prioridade da política do seu governo, continua a receber na Casa Branca com honras especiais os dirigentes da FNCA de Miami. Aos olhos do presidente dos EUA os responsáveis pelos atentados bombistas em Cuba são combatentes exemplares da causa da democracia. Falta acrescentar o fecho feliz desta estória: Juan Francisco e Olga foram recebidos como heróis nacionais em Santa Clara, a cidade do Che.



TARJETA DEL TURISTA		FECHA EMISIÓN DATE OF ISSUE	REPUBLICA DE CUBA
TI		Nº DE FOLIO Nº DE COSSER FILE NO.	A-405372
1 APELLIDOS (LAST NAME)	CHAVEZ ABARCA		
2 NOMBRES (FIRST NAMES)	Francisco Antonio		
3 PAIS (COUNTRY)	El Salvador		
4 NACIONALIDAD (CITY/STATE)	salvadorense		
5 EDAD (AGE)	816504		
6 OCUPACION (OCCUPATION)	estudiante		
7 DIRECCION EN CUBA (ADDRESS IN CUBA)	Hotel Nacional, La Habana		
8 DIRECCION EN EL EXTRANJERO (ADDRESS IN FOREIGN COUNTRY)	San Salvador, El Salvador		
9 PUNTO DE EMBAJADA (EMBASSY POINT)	S. Salvador		
10 PUNTO DE DESMARRQUE (EMBASSY POINT)	La Habana		
TIEMPO DE ESTANCIA (LENGTH OF STAY)		03 Dias	
ENTRADA (ENTRY)		SALIDA (EXIT)	
09 ABR. 1997		10 ABR. 1997	

Outra revelação de muito interesse: «Posada declarou que os líderes da Federação financiavam discretamente as suas operações. Más Canosa supervisava pessoalmente o fluxo do dinheiro e o apoio logístico (...) Jorge controlava tudo, disse Posada. Quando eu precisava de dinheiro dizia-lhe: dá-me 5000 dólares, dá-me 10 000, dá-me 15 000, e ele mandava.» Segundo o Times, «ao longo dos anos Más Canosa, de acordo com os cálculos de Posada, enviou-lhe mais de 200 mil dólares. O dinheiro chegava com a mensagem: "Isto é para a Igreja..."».

sobre explosivos, assassínios, bombas e sabotagens»...

Quanto às mortes provocadas pelas suas acções terroristas, disse ter a consciência tranquila: «Durmo como um bebé!» Um pormenor elucidativo da nova ética que prevalece na comunicação social norte-americana: o NYT absteve-se de qualquer crítica aos actos de Posada Carriles não obstante a apologia do terrorismo por ele feita. Entrevistou-o como se fora uma estrela do *show business*.

O salvadorenho Ernesto Cruz León, ao dirigir-se ao tribunal, no final cho-

sas - promovendo atentados em hotéis e restaurantes, o agente Fraile dedicou particular atenção ao papel desempenhado como cérebro do projecto por Luís Posada Carriles, um criminoso de larga trajetória.

Antigo veterano do corpo de mercenários de Playa Girón e principal responsável pela destruição em voo do avião da Cubana em Barbados, em 1976, em que morrem 74 pessoas, Posada Carriles, um dos homens de confiança de Más Canosa, o antigo patrão da FNCA, adquiriu tamanha notoriedade entre a mafia contra-revo-







# ENCONTRO NACIONAL PCP

10.ABRIL.1999  
10H30  
HOTEL ALTIS - SALA EUROPA  
LISBOA

10h30 - 1.ª Sessão Plenária com intervenção de Agostinho Lopes  
11h/13h - Paineis temáticos em plenário:  
«As Eleições para o PE»  
15h/17h - Paineis temáticos em plenário:  
«As Eleições para a AR»  
17h - Sessão plenária de encerramento com intervenções de Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas

## Reforçar o PCP e a CDU nas eleições '99

### Reuniões e plenários

#### AVEIRO

Reuniões com a participação de JERÓNIMO DE SOUSA:  
- De quadros sindicalistas - Sexta-feira, 9, às 10h, no CT de Aveiro  
- De militantes e simpatizantes trabalhadores cerâmicos - Sexta-feira, 9, às 21h30, no CT de Ílhavo

#### ALCOCHETE

Plenário de militantes da freguesia de Alcochete sobre a situação política e as tarefas do Partido: hoje, dia 8, às 21h, no CT concelhho

#### LISBOA

Reunião do O.D. da Função Pública: Quarta-feira, 14, às 19h, no CT Vitória

## ASSEMBLEIA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LEIRIA

### Reforçar o PCP dar força à esquerda

Com a intervenção de Carlos Carvalhas Secretário-geral do PCP

11 de Abril de 1999  
Auditório do Clube Stella Maris Peniche

## 78.º Aniversário do PCP

•Avis - Festa-convívio no Salão da Casa do Povo de Aldeia Velha: Sábado, 10, às 16h.

## OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Debate promovido pela Com. Conc. de Guimarães com a participação de Carlos Silva, professor da Universidade do Minho CT do PCP, Sexta-feira, 9, 21h

#### AMADORA

##### O ESTADO DA DEMOCRACIA

Debate promovido pela Com. Conc. do PCP com a participação de Luís Sá e Carlos Rabaçal Sexta-feira, 9, 21h, Salão da JF da Falagueira

#### ALCABIDECHE

Novo Centro de Saúde para Alcabideche Debate promovido pela Com. Freg. do PCP com a participação de Carlos Rabaçal Domingo, 11, 15h30, Sala do Montepio

## Setúbal COMÍCIO-FESTA no FORUM LUÍSA TODI

Sexta, 9 de Abril - 21h - Com a participação de Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas

## Parlamento Europeu - Iniciativas com Ilda Figueiredo

### Visita à Madeira

Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU as próximas eleições para o Parlamento Europeu, encontra-se hoje na Madeira para uma visita durante a qual manterá contactos, nomeadamente, com os pescadores de Caniçal e Machico e os produtores de banana da Fajã, em Câmara de Lobos. Do Funchal deverá participar em directo no Forum TSF (entre as 10h30 e as 11h30) e (às 19h) estará num encontro com a Comunicação Social sob o tema «Novo Rumo para a Construção Europeia» - tema igualmente do debate público que logo a seguir terá lugar no mesmo local.

### Em Aveiro

Na tarde de Segunda-feira, Ilda Figueiredo desloca-se a Aveiro, onde está prevista uma sua reunião com a Direcção da Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Concelho de Oliveira do Bairro. À noite - às 20h - participa no jantar de apoiantes da CDU que se realiza no Restaurante «Garfo Livre», também em Oliveira do Bairro.

### Outras iniciativas

Por seu lado, Honório Novo dedica o dia de hoje a uma jornada de trabalho com os pescadores e organizações de Pesca do Porto e amanhã, dia 9, visita a Feira de Lousada.

Quanto a Sérgio Ribeiro, participa hoje em Alpiarça numa reunião sobre Desenvolvimento Regional, no CT de Alpiarça a partir das 18h30, e no dia 11 estará presente na Assembleia Regional de Leiria, a realizar no Auditório do Clube Stella Maris em Peniche.

## QUE VIVA ABRIL!

Grande Jantar no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo

17 Abril - 20h

## Festa em Lisboa

### Praça Paiva Couceiro

Sábado, 10  
Exposição  
alusiva ao  
25 de Abril

Manhã Infantil  
Canções de Abril -  
às 15h

Debate com  
Arménio Carlos



Inscrições nos Centros de Trabalho do PCP ou pelo telefone 356 27 15

# Grande jantar

COMEMORATIVO  
25 ANOS DO 25 DE ABRIL

DIA 23 DE ABRIL  
ÀS 20 HORAS  
GARE MARÍTIMA  
DE Sta. APOLÓNIA  
EM FRENTE À ESTAÇÃO DE Sta. APOLÓNIA

Com a presença de Carlos Carvalhas  
Secretário Geral do PCP

ANIMAÇÃO E ESPECTÁCULO  
PREÇO 2.750\$  
PARQUE DE ESTACIONAMENTO

PCP

## Colóquio conjunto PCP-Esquerda Unida de Espanha

No próximo dia 12, Segunda-feira, terá lugar pelas 14 e 30 na Sala do Senado da Assembleia da República um colóquio conjunto entre o PCP e a Esquerda Unida de Espanha sobre a actual estratégia da OTAN e as alternativas para a Paz e Cooperação. Usarão da palavra, entre outros, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas e o Coordenador da Esquerda Unida de Espanha, Júlio Anguita.

Da agenda desta semana do Secretário-geral do PCP constam ainda, para além das iniciativas em destaque nesta página, um encontro com os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura (hoje, quinta-feira) e um outro com o Procurador Geral da República (na terça-feira, 13), ambos no quadro da preparação de uma interpelação do PCP ao Governo centrada nas questões da Justiça, e ainda um encontro com a Comunicação Social (amanhã, sexta-feira às 17h, no Hotel Sofitel), durante o qual será apresentada a lista de candidatos da CDU ao Parlamento Europeu

#### PORTO

### Encontro com Arnaldo Mesquita

a propósito do lançamento do seu livro "Sejam Amplas as Janelas"  
Sexta às 21h30 no CT da Boavista

## Fim à Guerra na Jugoslávia Em defesa da Paz

#### Porto

##### FIM À NATO!

Meeting Público na Praça da Ribeira  
Quinta-feira, 10, às 18 e 30

#### Oeiras

Concentração/Vigília junto à NATO (Cin-ciberland)  
Sexta-feira, 9, das 19 às 20 e 30.

## QUEVIVAABRIL O PCP e os 25 anos de Abril em Coimbra



## JANTAR • FESTA

9 de Abril (Sexta feira)  
Arte & Gala - Stª Clara

Convida-se especialmente todos os camaradas que estavam em Coimbra no 25 de Abril de 1974



## TELEVISÃO

## Quinta, 8

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Praça da Alegria  
11.40 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Nas Asas do Destino  
16.00 Malha de Intrigas  
16.30 O Amigo Público  
18.15 País País  
18.45 País Regiões  
18.55 Futebol: Portugal-Mali (Sub-21)  
21.00 Telejornal  
22.00 As Lições do Teneças  
22.30 Grande Entrevista  
23.30 Miguel Ângelo ao Vivo  
01.00 24 Horas  
01.50 O Preço da Paz - II (Telefilme de Steven Stern, EUA/1994, com Christopher Reeve, Raul Trujillo, Tony Todd, Ralph Holtz. Aventuras)

## RTP 2

14.00 Ténis - Open do Estoril  
16.00 Informação Gestual  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.10 Conquistadores  
21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.55 A Saga de Anatahan (de Joseph von Sternberg, Japão/1953, com Akemi Negishi, Tadashi Suganuma, Kisaburo Sawamura. Ver Destaque)

## SIC

08.00 Buérré  
11.00 Sic 11 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Buérré  
18.00 Meu Bem Querido  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril  
21.10 Um Sarilho Chamado Marina  
21.40 Conversa da Treta  
22.15 Suave Veneno  
23.15 Esta Semana  
01.15 Médicos sem Fronteiras

## Sexta, 9

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Praça da Alegria  
11.40 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Nas Asas do Destino  
15.40 Malha de Intrigas  
16.30 O Amigo Público  
18.15 País País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
21.05 Uma Casa em Faticos  
22.10 Conversas de Mário Soares  
23.15 Conde Monte Cristo  
00.30 24 Horas  
01.25 NBA

## RTP 2

14.00 Ténis - Open do Estoril  
16.00 Informação Gestual  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.25 Basquetebol  
21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.55 Noites Brancas (Longa-metragem: Sweetie, de Jane Campion, Austrália/1989, com Genevieve Lemon, Karen Colston, Tom Lycos, Jon Darling, Dorothy Barry. Drama)

## SIC

08.00 Buérré  
11.00 Sic 11 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Buérré  
18.00 Meu Bem Querido  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril  
21.10 Malucos do Riso  
21.40 Ponto de Encontro  
22.45 Suave Veneno  
23.50 Acção... Corta!  
02.05 Último Jornal

## TVI

09.00 Animação  
12.30 Pérola Negra  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.00 Animação

## Sábado, 10

## RTP 1

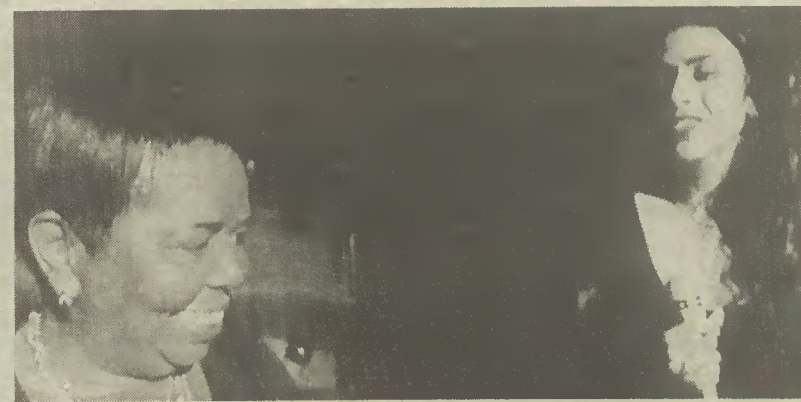
08.00 Infantil/Juvenil  
11.30 Made in Africa  
12.00 Companhia dos Animais  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top+  
15.05 Saber & Fazer  
15.45 Ernesto na Prisão (de John Cherry, EUA/1990, com Jim Varney, Gailard Sartain, Bill Byrge. Comédia)  
17.20 Fórmula 1 - GP do Brasil  
18.05 Estrada Viva  
18.45 Santa Casa  
20.00 Telejornal  
21.00 Frankie e Johnny (de Gary Marshall, EUA/1991, com Al Pacino, Michelle Pfeiffer. Ver Destaque)  
23.45 Nash Bridges  
00.45 24 Horas  
01.30 O Corvo - Cidade dos Anjos (de Tim Pope, EUA/1996, com Vincente Perez, Mia Kishner, Richards Brooks, Iggy Pop. Fantástico)  
03.10 Liberdade Explosiva (de Damian Lee, Canadá-Israel/1993, com Michael Paré, Claudette Mink. Acção)

## RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 Cidade Louca  
13.00 Contos Assombrosos  
13.30 Dinheiro Vivo  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
19.10 2001  
19.40 Onda Curta (O Cairo Visto por Chahine, documentário de Youssef Chahine, Fr.-Egipto/1991.)  
20.15 Horizonte  
21.05 O Caminho das Estrelas  
22.00 Jornal 2  
22.35 O Lugar da História  
23.35 Allô, Allô  
00.05 Crimes do Pior  
00.35 Absolutely Fabulous  
01.05 A Mulher dos Meus Sonhos (Longa-metragem)

## SIC

08.00 Buérré  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.50 Frenético (de Roman Polanski, EUA/1988, com Harrison Ford, Emmanuelle Seigner, John Mahoney. «Thriller»)  
16.10 Big Show Sic



Cesária Évora é uma das vozes presentes no programa «Atlântico» desta semana

20.00 Jornal da Noite  
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril  
21.10 Mundo VIP  
22.10 Ai os Homens!  
23.20 Mulher  
00.20 O Sexo e a Cidade  
00.50 Sem Saída (de Damian Lee, EUA/1995, com Jeff Wincott, Philip Jarret, Robert Fitzpatrick. Artes Marciais)  
02.50 Último Jornal

## TVI

09.00 Animação  
13.30 Contra-Ataque  
14.55 Acção em Acapulco  
15.50 Confronto no Oeste (EUA/1995, com Matthew Settle, Michael Jai White, Linda Kozlowski. Drama)  
17.30 Danielle Steel - A Vontade de Vencer (de Jud Taylor, EUA/1990, com Jaclyn Smith, Perry King, Patricia Kalember. Drama)  
19.15 As Férias do Reitor (de Robert King, EUA/1995, com Zachery Ty Brian, Kevin Nealon, Kurt Fuller. Comédia)  
21.00 Directo XXI  
22.00 Filhos Roubados (de Charles Wilkinson, EUA/1996, com Melissa Gilbert, Dennis Weaver, Brian McNamara. Drama)  
24.00 O Preço da Ambição (de Graeme Campbell, EUA/1995, com Lydie Denier, Kevin Hicks, Jan Rubes, Ray Watson. «Thriller»)  
02.00 A Esquadra de Brooklin

## Domingo, 11

## RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
13.35 Made in Portugal  
14.55 Ténis - Open do Estoril  
16.50 Anúncios de Graça  
17.25 GLx  
17.55 Fórmula 1 - GP do Brasil  
20.00 Telejornal  
21.15 Jet 7  
21.50 Débora  
22.30 Atlântico



O Open do Estoril em ténis anima a semana desportiva na RTP

23.40 Domingo Desportivo  
01.25 Perigo Iminente  
02.00 24 Horas

## RTP 2

09.30 Novos Horizontes  
10.00 Missa  
11.30 Civilizações Desaparecidas  
12.20 Heróis em Acção  
13.10 Ekhaya  
14.00 Desporto 2  
18.00 Jornal de África  
18.35 A História de Nikita  
19.40 Bom Bordo  
20.10 Artes e Letras - «A Duke Named Ellington»  
21.05 Ivanhoe  
22.00 Jornal 2  
22.35 Horizontes da Memória  
23.05 Olhos nos Olhos

## SIC

08.00 Buérré  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Beleza Negra (de Caroline Thompson, EUA/1994, com Sean Bean, David

## Segunda, 12

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Praça da Alegria  
11.40 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Nas Asas do Destino  
15.40 Malha de Intrigas  
16.30 O Amigo Público  
18.00 País País  
19.05 País Regiões  
19.15 Os Lobos

20.00 Telejornal  
21.00 Nós os Ricos  
21.35 Canções da Nossa Vida  
23.00 Guerra Fria  
00.05 24 Horas  
01.00 Máquinas  
01.35 Amigos

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Rumo ao Sul  
16.35 O Nosso Charly  
17.30 Madeira  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
19.30 Desporto  
21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 Jogo Falado  
23.50 Novos Heróis

## SIC

08.00 Buérré  
11.00 Sic 11 Horas  
13.00 Primeiro Jornal

## Terça, 13

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Praça da Alegria  
11.40 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Nas Asas do Destino  
15.40 Malha de Intrigas  
16.30 O Amigo Público  
18.15 País País  
19.05 País Regiões  
19.15 Os Lobos

20.00 Telejornal  
21.05 Cromos de Portugal  
21.50 Herman 99  
24.00 Dharma e Greg  
00.35 24 Horas  
01.25 Sequest, Brigada Submarina

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 As Aventuras de Oliver Twist (de David Lean, G.-Bret./1948, com Alex Guinness, Kay Walsh, Francis L. Sullivan, John Howard Davies, Robert Newton. Ver Destaque)  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.15 Birds of Paradox (Documentário)  
21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.55 The Crown and the Country  
23.20 Ler para Crer  
00.20 À Noite com Jools Holland

## SIC

08.00 Buérré  
11.00 Sic 11 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Buérré  
18.00 Meu Bem Querido  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril  
21.10 Médico de Família  
22.20 Suave Veneno  
23.30 Balada de Nova Iorque  
00.40 Toda a Verdade  
01.50 Último Jornal  
02.55 Vibrações

## TVI

09.00 Animação  
12.30 Pérola Negra  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.00 Animação  
18.00 A Lenda de Guilherme Tell  
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
20.00 Marés Vivas  
21.00 Directo XXI  
22.00 Auto-estrada do Inferno (de Matthew Bright, EUA/1996, com Kiefer Sutherland, Reese Whiterpsson, Brook Shields. «Thriller»)  
24.00 Corredor Mortal (de Jon Purdy, EUA/1994, com Mimi Rogers, Billy Zane, John Terry. «Thriller»)  
02.30 Doido por Ti

## Quarta, 14

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Praça da Alegria  
11.40 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Nas Asas do Destino  
15.40 Malha de Intrigas  
16.30 O Amigo Público  
18.15 País País  
19.05 País Regiões  
19.15 Os Lobos

20.00 Telejornal  
21.00 Diário de Maria  
22.10 O Exterminador Implacável (de James Cameron, EUA/1984, com Arnold Schwarzenegger, Michael Biehn, Linda Hamilton, Paul Winfield. Ver Destaque)  
00.15 24 Horas  
01.05 Rotações

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
16.35 O Homem Sombra  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.05 Os Transatlânticos  
21.00 Portugalmente  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 Zoom  
23.45 Carlos Cruz  
00.45 24 Horas para a Morte

## SIC

08.00 Buérré  
11.00 Sic 11 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Buérré  
18.00 Meu Bem Querido  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril  
21.10 Jornalistas  
22.15 Suave Veneno  
23.20 Revelação (de Barry Levinson, EUA/1994, com Michael Douglas, Demi Moore, Donald Sutherland. «Thriller»)  
01.25 Último Jornal  
02.20 Vibrações

## TVI

09.00 Animação  
12.30 Pérola Negra  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.00 Animação  
18.00 A Lenda de Guilherme Tell  
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
20.00 Marés Vivas  
21.00 Directo XXI  
21.35 Quero Justiça!  
22.00 O Substituto (de Robert Mandel, EUA/1996, com Tom Berenger, Diane Verona, Glenn Plummer. Acção/Político)  
00.45 Os Vigilantes  
01.45 Doido Por Ti  
02.40 Lanterna Mágica  
03.15 A Esquadra de Brooklin

Nota:  
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



«Jornalistas», onde um grupo de jovens actores brinca todas as semanas às Redacções: na SIC à quarta-feira

02.20 Último Jornal  
03.25 Vibrações

## TVI

09.00 Animação  
12.30 Pérola Negra  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.00 Animação  
18.00 A Lenda de Guilherme Tell  
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
20.00 Marés Vivas  
21.00 Directo XXI  
21.30 Merlin  
00.30 Terra, Conflito Final  
01.30 Doido por Ti  
02.10 Desporto

18.00 A Lenda de Guilherme Tell  
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
20.00 Marés Vivas  
21.00 Directo XXI  
21.45 Os Reis da Música Nacional  
23.15 O Vizinho Misterioso (de Lamont Johnson, EUA/1995, com Machel Ontkean, Pamela Reed, Richard Gilliland. Drama)  
01.00 Doido por Ti  
01.30 A Esquadra de Brooklin



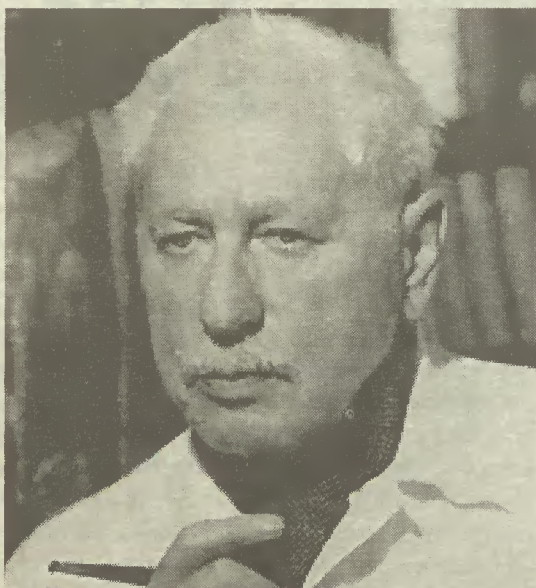
## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

## A Saga de Anatahan

(Quinta, 22.55, RTP2)

João Bénard da Costa, que fez a escolha deste filme, vai decerto ensinar-nos a vê-lo como a obra-prima que anuncia. Trata-se de uma raridade em televisão - a única raridade da semana -, com referências escassas que por regra coincidem num ponto: A Saga de Anatahan nada acrescenta à glória de Joseph von Sternberg, um grande de Hollywood dos anos 30-40, notabilizado pelos sete filmes que fez com Marlene Dietrich na década de 30. «A Saga de Anatahan», de 1953, foi a sua última obra e ao que se sabe um projecto acalentado ao longo de muitos anos, que haveria de resultar num protagonismo quase absoluto - é seu o guião, a realização, a fotografia e a narração. Inspirado numa história verdadeira, «A Saga de Anatahan» (feito no Japão) acompanha a estadia forçada, ao longo de sete anos, de quinze soldados japoneses numa ilha do Pacífico habitada apenas por um homem e uma mulher, «um espaço sufocante de perversão da disciplina, de desejos, ciúme, nostalgia, solidão, violência e morte».



Joseph von Sternberg, autor de «A Saga de Anatahan»

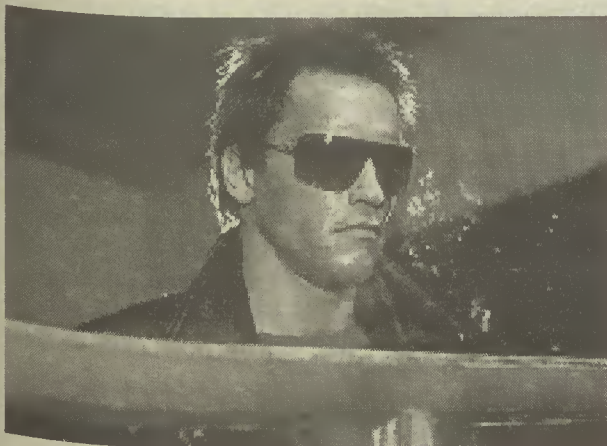


James Woods, intérprete de «Cohn, o Inquiridor»

## Frankie e Johnny

(Sábado, 21.00, RTP1)

De uma peça teatral de Terence McNally adaptada pelo próprio autor, Gary Marshall fez mais esta história de amor, muito mais singela e «verdadeira» (e discreta, em termos de sucesso) do que a sua imediatamente anterior incursão no género, o estrondoso «Pretty Woman». A história que o filme conta não tem história: Frankie vem de uma cidadezinha na Pensilvânia e trabalha num snack-bar em Nova Iorque; ao mesmo snack-bar aporta um dia como cozinheiro Johnny, que ali encontra trabalho depois de uma estada na



Arnold Schwarzenegger num fotograma de «O Exterminador Implacável»

prisão por pequeno delito. Durante quase todo o filme (excepto no fim, claro), Johnny, persistente, tenta conquistar Frankie, mas Frankie, solitária e desiduída, resiste. É suposto (na peça teatral assim seria) que ambos são daquelas pessoas tão perfeitamente destituídas de encantos e ambições afectivas que se diria não talhados para amar e ser amados. Mas Michelle Pfeifer e Al Pacino estragam completamente o pressuposto: ela é linda e doce como parece ter nascido, Pacino nunca foi tão sedutor... Os telespectadores (que já tiveram a dita de ver este filme várias vezes!) não percebem porque é que o «fim feliz» não chega mais depressa...

Michelle Pfeifer e Al Pacino - ou «Frankie e Johnny»



to fabuloso em muitos dos seus ingredientes. Em primeiro lugar, Ira e George Gershwin, as canções e a própria *suite* sinfónica que dá nome ao filme; Gene Kelly, bailarino e sobretudo coreógrafo; a cor, que ainda hoje distingue esta produção de 1951; artificios cenográficos que ficaram na história do cinema como o do cenário pintado à maneira de Raoul Dufy em torno da réplica da Praça da Concórdia onde se desenrola parte do momento alto do filme - uma sequência balética de 18 minutos jamais igualada no cinema, concebida e coreografada por Gene Kelly. A história, como se sabe, é postiça e cor-de-rosa, mas não é por ela mas pelos momentos de grande fulgor que a entrecortam que vale a pena ver de novo este «Um Americano em Paris». Aproveitando para marcar lugar para a próxima sessão da rubrica - então, sim, com *Serenata à Chuva*, para ver um dos filmes do século.



Um momento da longa sequência de «Um Americano em Paris» que ficou na história do cinema

## As Aventuras de Oliver Twist

(Terça, 15.50, RTP2)

Não haverá provavelmente melhor recriação do romance de Dickens, sombria, opressiva e fantasmagórica como o próprio livro, quando se o lê (ou lia, no tempo em que não havia televisão...) em longas maratonas nocturnas antes de adormecer. David Lean, que pouco antes se inspirara no mesmo autor para as suas *Grandes Esperanças*, reafirma-se em *As Aventuras de Oliver Twist*, realizado em 1948, como um talentoso adaptador de obras literárias e um mestre do preto e branco que *Breve Encontro* (a clássica história de amor de 1945 que maravilhou o mundo) já fizera notar. O filme é ainda revelador de outros dos seus muitos talentos - do uso da iluminação à invenção de efeitos técnicos de grande eficácia, da montagem à direcção de actores - para a criação de atmosferas dramáticas, de tensão e, no caso, de verdadeiro horror. Alec Guinness tem aqui o segundo papel (estrear-se em «Grandes Esperanças») de uma brilhante carreira cinematográfica.

## O Exterminador Implacável

(Quarta, 22.10 RTP1)

Violência desmedida, suspense, uma atmosfera de inquietação que não dá tréguas, o *Exterminador Implacável* - mais outro dos filmes da semana visto e revista na televisão - foi, no género, marcante, sobretudo pelo virtuosismo da realização de James Cameron que, como se sabe, não nasceu para o cinema com «Titanic»... Efeitos especiais e visuais aliás premiados em festivais de cinema fantástico, aqui utilizados, passaram a ser referência para muitas outras produções e raramente, neste 15 anos que lá vão, foram ultrapassados. Nele nasceu também o *cyborg* por excelência, Arnold Schwarzenegger, que a partir daqui veste a pele de bom ou mau *cyborg* com igual desenvoltura.

## Cohn, o Inquiridor

(Domingo, 23.00, TVI)

Na inconcebível sequência de filmes menores, telenovelas em longa-metragem que são a maior parte dos filmes programados pela TVI ao sábado e domingo aparece de repente este filme feito para a televisão por cabo sobre um advogado que foi (verdadeira ou supostamente, mas com inspiração em factos reais) um dos homens de mão do Senador McCarthy, o das Actividades Anti-Americanas dos anos

50. Roy Cohn, a personagem, interpretada por James Woods, agoniza com SIDA no leito de um hospital no fim dos anos 80 e rememora, em alucinações, os golpes e crimes em que esteve envolvido. Eventualmente útil para recordar o que foi e é ainda hoje a política democrática exercida do Poder nos EUA.

## Um Americano em Paris

(Segunda, 02.15, SIC)

A SIC continua a atirar ao lado no que respeita aos filmes do século: ninguém se lembraria de considerar tal este *Um Americano em Paris*, no entan-

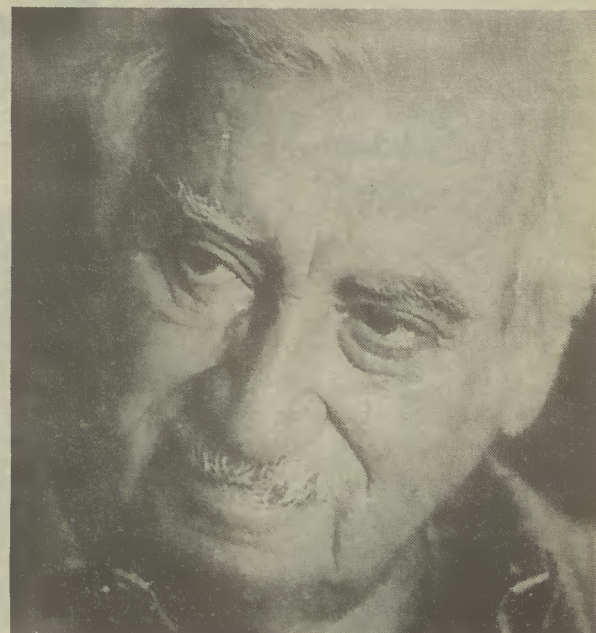
## CABO &amp; SATELITE

Numa recente reorganização de frequências a TV Cabo introduziu na sua programação geral dois novos canais: People+Arts (onde antes estava o Travel) e História (que tomou o lugar do Cartoon, por sua vez substituindo o Rai Due). No *People+Art* continuam a ter lugar viagens e gentes, culturas e estilos de vida com especial incidência, supõe-se, no das grandes cidades, artes e coisas-que-resta-saber-o-que-são sob a rubrica «Valores Familiares». Parece ser da grelha do canal a repetição semanal de alguns programas. É o caso de um documentário sobre Jorge Amado, estreado a 30 de Março e com repetição anunciada para as terças-feiras deste mês de Abril, sempre às 22 horas. Quanto ao canal

**História** - com direcção (ou coordenação?) de José Hermano Saraiva, cuja personalidade científica é tão contestada quanto a personalidade política - são quase diárias rubricas como «A História dos Anos 80», «Mistérios da Antiguidade», «Os Esbirros de Hitler» e «O Século da Aviação». Francamente a recomendar, esta semana, é a audição integral da 9ª Sinfonia de Beethoven, a transmitir sábado a partir das 18 e 30 no **Muzzik**.

O CANAL DA HISTÓRIA

people+arts



Jorge Amado



# A guerra, Ramonet e a castração dos media

Agressão à Jugoslávia podia ser apenas uma violência, um caso de escandalosa violação da legalidade e da decência, uma enorme hipocrisia. Já não seria pouco. Porém, com a utilização das agruras das gentes do Kosovo como suposta justificação *a posteriori* para o crime internacional cometido pelos Estados Unidos sob o ineficacíssimo pseudónimo de NATO, tudo adquire tonalidades de desvergonhada provocação ao bom-senso e à elementar lucidez. Ao pé disto, as mentiras hitlerianas perante a comunidade internacional para invadir a Checoslováquia a pretexto da minoria étnica sudeta ficam, perante a História, com o ar de ingenuidades apenas precursoras.

Perante a enormidade e também o carácter evidente do embuste, as TV's, as portuguesas e as outras, dão alguns brevíssimos tempos de antena aos que denunciam o embuste ou, pelo menos, formulam perante ele significativas reticências, mas está mais que claro que a tele-

informação dominante fornece uma intensa cobertura mediática à arbitraria brutalidade dos Estados Unidos, da Alemanha sua cúmplice (que finalmente tem, mais de meio século depois, a sua inesquecível Luftwaffe em operações de guerra) e dos vassalos europeus. E, contudo, são em esmagadora maioria estações «independentes», isto é, não-estatais, e por isso supostas, segundo muita gente, de darem uma informação que não desafie tão rudemente a verdadezinha elementar. A questão, bem se sabe, é que as TV's não são nada independentes, bem pelo contrário, essa é mais uma aldrabice que nem por ser constantemente repetida se torna verdade sequer aparente. Embora o seu consabido carácter de patranha signifique que deixe de ser eficaz porque, infelizmente, os olhos e os ouvidos bombardeados com repetidas mentiras têm, também eles, razões que a razão desconhece.

Esta verdadeira castração da possível independência dos media em geral e da TV em particular foi um dos temas abordados, embora «doucelement», por Ignacio Ramonet, director do prestigiado «Le Monde Diplomatique», na longa entrevista que concedeu a Diana Andringa e foi transmitida às 14 horas do passado sábado, na TV2 que, como bem se sabe, é onde passa a generalidade do que vale a pena ver e, aparentemente por isso, convém à RTP preservar do olhar das multidões. É mais que justo acrescentar desde já que esta entrevista foi dos mais interessantes momentos de televisão acontecidos entre nós não apenas nos últimos dias mas também nos últimos tempos. Ramonet abordou aspectos vários do tema global da informa-

ção/comunicação, e algumas das suas palavras foram das que ficam para lembrar, talvez não tanto por uma surpreendente justeza quanto pela circunstância de serem raras, pelo menos por cá. Registemos apenas uma delas: «Não é o Estado, não é o governo, são as empresas americanas que dominam o mundo.»

## Um «poder» sob pressão

Esta frase abre caminho, aliás, para um aspecto da entrevista que, por abordar um ponto crucial, pode ser o mais importante. Ignacio Ramonet reiterou a clássica enumeração de três poderes – político, económico, mediático – situando-os em regime de paridade, isto é, não estabelecendo entre eles nem prioridade nem hierarquia. Pareceu-me claro, contudo, que Diana Andringa não estava de acordo com isso e que, de resto, o próprio discurso de Ramonet introduzia diferentes graus entre os três poderes apontados. Só que o jornalista

francês parecia demasiado optimista em vários aspectos; ou talvez cauteloso, o que seria inquietante. Para dizer que os jornalistas que não acatam as opções político-ideológicas dos patrões têm que abandonar os grandes media, pareceu-me ter dado mais voltas que um cão para se deitar como um dia escreveu Aquilino. Contudo, lembro eu agora, é essa dependência do jornalista em matéria de emprego (de consecução do posto do trabalho e da sua manutenção) que explica a lavagem de cérebros que a agressão da NATO está a subproduzir.

Contudo, o ponto mais importante da entrevista pareceu-me ser um outro: quando Diana Andringa perguntou se não estarão os jornalistas, com uma frequente hipercritica à vida política democrática tal como concretamente existe (e, acrescento, não ressaltando as excepções em que essa hipercritica não colhe), «a recriar o fascismo» sem que se dêem conta de que o fazem. É uma dúvida que a mim próprio muitas vezes visita, para a qual tenho tentado pedir a atenção em notas insignificantes a que ninguém dá importância, como é natural. Lembro-me, então, de que o poder financeiro, dono e patrão do mediático, tem todo o interesse em brandir perante o poder político a pressão de uma denúncia pública que lhe impeça veleidades de independência e lhe confira uma fragilidade permanente. Lembro-me, e fico a pensar.

## TVISTO

■ Correia da Fonseca



# Crise e impunidade

A degradação da vida política conhece, a cada dia, novos episódios. Enquanto se prepara a entronização de Durão Barroso no PSD, consumada a hecatombe da AD de Marcelo e Portas, a direita realinha os discursos com vista às europeias e, ao que tudo leva a crer, surgirá exacerbando diferenças e tensões onde, até há dias, proclamava consonância e acalmia. A indignação de Barroso, aliás, contém em si o que de pior existe nesta sociedade da esquizofrenia mediática, do vale tudo, da desmemória como tendência. Imposta por uma oligarquia que rege, de facto, os destinos do Partido laranja, ela reduz a cinzas qualquer pretensão de democraticidade real e exprime uma confiança sem fim no oportunismo dos quadros, no acriticismo das chamadas bases, na lógica da encenação e do ludíbrio. Mais, espera da comunicação social – quase toda –, o que ela, com zelo, já começou a fazer. Ou seja, hiperbolize os méritos do novo líder, sublinhe o retorno do cavaquismo, estique a corda da contenda bipolar, anule a existência de projectos à esquerda do pântano onde se quer que a realidade caiba. E aí está, depois das cenas de alcova que pulverizaram a estratégia recém-definida num Congresso de opereta, a fase seguinte do desatino.

Enquanto isto, o Governo prossegue mergulhado numa crise cujos contornos assumem proporções de toda a gravidade. Por muito que pareçam colocados entre parêntesis, os escândalos, os erros, as crispções e os silêncios comprometidos permanecem. À incompetência do ministro da Defesa, sempre pronto a revalidar práticas que foram o timbre da ditadura que serviu, junta-se agora o cenário de intriga, ilegalidade e de desforço em que se envolveu. Assuntos de Estado em domínio sensível aparecem tratados com a pequenez e o despudor dos que se julgam impunes. De resto, é essa sensação de impunidade que permite quebras do segredo de justiça, declarações públicas da estirpe das proferidas por altos responsáveis das polícias, o jeito leviano de Vera Jardim perante o colapso de um sistema que se move sob sua égide. A mesma que ditara, aliás, comportamentos idênticos, em emergências idênticas, por parte de outros colegas do Executivo.

Os portugueses abrem os jornais e, prevenidos ou não quanto ao que cada um representa no actual quadro de confrontos, ficam a saber

que a anomia e a podridão alastram, campeia o negociocismo, cresce a baixa nos objectivos e métodos. Foram a JAE e a EXPO, são hoje a Universidade Moderna e o SIS. Amanhã explodirão casos e casos de tráfico de droga e armas, prostituição, branqueamento de capitais. Qual a eficácia do combate ao crime organizado? Que resposta dão a esta pergunta nada retórica as magistraturas – entregues a contrabater obsessões, pundonores, ninharias – e as entidades encarregues da investigação judiciária? Amanhã descobriremos que apenas se ergueu uma ponta do

véu sobre as guerras das maçonarias e as actividades de vários dos corpos secretos que ameaçam a nossa fisiologia colectiva. Amanhã dir-nos-ão, de forma compungida, que afinal a violência alastra. Como aceitar, diante de uma tal desordem, a passividade do Primeiro-Ministro, algures na bruma das mil viagens e de um embaraço que a todos penaliza?

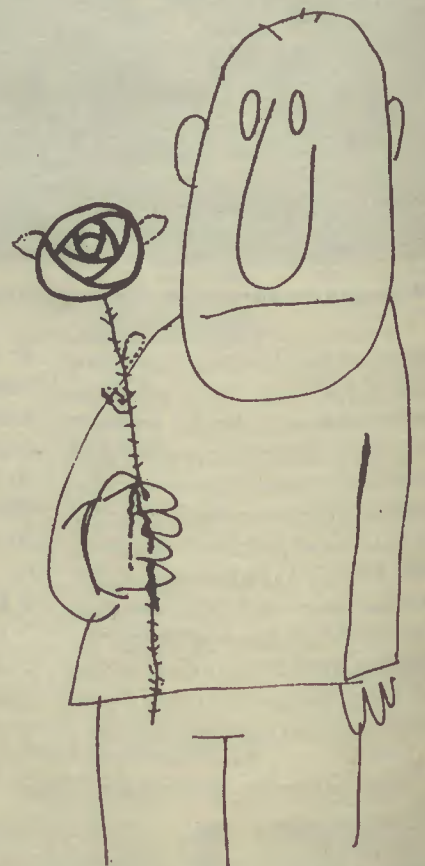
Não se reclama do Governo qualquer autoritarismo, qualquer incursão precipitada e imprópria no terreno dos acontecimentos. Não se sugere, por exemplo, que irreleve a autonomia da Judicatura ou do Ministério Público para impor comportamentos e afirmar o primado da normalidade institucional. Mas exige-se-lhe tempestividade e rigor nos actos a que não pode furtar-se, clareza democrática, estudo dos problemas, qualidade das decisões. Terá sido isso o que ocorreu aquando da primeira escolha do sucessor de Fer-

## ANACRÓNICAS

■ Manuel de Melo

nando Negrão? Na tentativa de dar a entender que o panorama da Justiça em Portugal se não acha à beira do abismo?

Se aos dados de actualidade se juntar o que ocorre, ou não ocorre, em áreas como a Educação, a Saúde, a Cultura, o Ambiente, se se pensar nos estragos e ignomínias que marcam a legislação laboral proposta por Ferro Rodrigues, na atmosfera de descrença, fadiga e desleixo em que o País caiu, facilmente se concluirá pela necessidade de uma mudança no sentido da políti-



de PERIQU

ca. Uma mudança que, abandonando o conformismo e a conviência com o estabelecido, as opções neoliberais, a protagonização dos interesses do poder financeiro e o charco centrista, rehabilite princípios e valores de humanização da vida, propósitos e causas que entusiasmem, o gosto pela participação cívica e pela transformação do presente. Só que, aqui, estamos a falar de um empreendimento que o PS, sozinho, sendo o que é, não levará nunca a cabo. Daí a importância dos momentos eleitorais que se avizinham.



## ESCAPARATE

## EXPOSIÇÕES

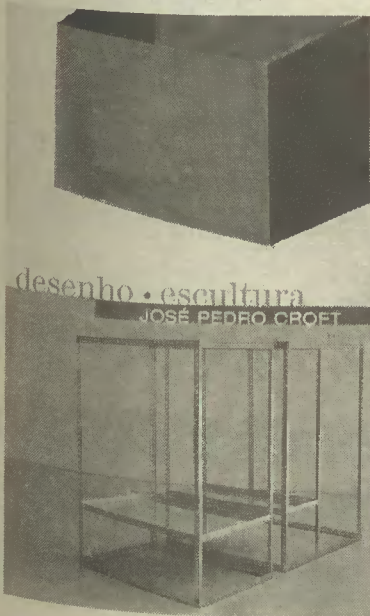
**Museu Jorge Vieira**  
casa das artes



Jorge Vieira já nos deixou, mas connosco ficou a sua obra. E é esta que a *Câmara Municipal de Beja*, com a criação da *Casa das Artes* onde instalou o museu do artista, nos deixa ver. Esculturas de Jorge Vieira, que tão bem trabalhou a terracota, o bronze, o ferro, a pedra, prolongam assim o convívio entre o criador e os que lhe recordam a obra ou os que, desconhecendo-a, a apreciarão vivamente. A *Casa das Artes Jorge Vieira* está aberta de terça a domingo, entre as 13.30 e as 23 horas. Trata-se não apenas de um museu onde se realizam exposições, mas também de um centro de formação e divulgação artística, com uma área de exposição permanente da colecção de esculturas e desenhos do escultor que as doou à cidade.

## José Pedro Croft

Viajando para Norte, ainda na senda da escultura e do desenho, encontraremos, no *Pavilhão Branco do Museu da Cidade*, promovida pela *Câmara Municipal de Lisboa*, a exposição de trabalhos de José Pedro Croft. A exposição está patente ao público desde ontem, todos os dias, menos segunda-feira, até 15 de Junho, com o seguinte horário: das 10 às 13 e das 14 às 18 horas. Para quem não saiba, o Museu da Cidade fica no Campo Grande, n.º 245.



## Eva de Boitselier

Na *Sociedade Guilherme Cossoul* - Av. D. Carlos I, 61, em Lisboa, está patente uma exposição de artes plásticas da artista belga Eva de Boitselier. Reunindo várias técnicas - pintura, gravura, serigrafia e colagem - a exposição, que teve a inauguração a actuação dos músicos Alberto Augusto Miranda (piano) e Keneth Fraser (viola de arco), continua aberta às visitas até ao próximo dia 23.

## União Latina

Francisco Tropa, Gilberto Reis e PATRICIA GARRIDO foram os artistas escolhidos para participar numa exposição a partir da qual um outro júri, desta vez internacional, escolherá o vencedor da 5.ª edição do *Prémio de Artes Plásticas União Latina*. São os trabalhos destes três artistas, escolhidos unanimemente pelo júri que reuniu os críticos Delfim Sardo, Isabel Carlos, João Fernandes, J.M.Fernandes Jorge e João Pinharanda, que estão patentes até ao próximo dia 11 na *Culturgeste*, em Lisboa.

## CONVERSAS



## A Música e o 25 de Abril

A *Câmara Municipal do Barreiro* insere nas suas comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril um colóquio em torno do tema *A Música e o 25 de Abril*. O colóquio, para o qual foi convidado o camarada Ruben de Carvalho, realiza-se no próximo dia 10, pelas 16 horas, na *Cooperativa Cultural Operária Barreirense «Os Corticeiros»*. Ruben de Carvalho, jornalista, membro do Comité Central do PCP, foi Chefe de Redacção do «Avante!» e é o responsável dos espectáculos da Festa do «Avante!» desde a sua primeira edição.

## Meu sócia e eu

OSCAR NIEMEYER

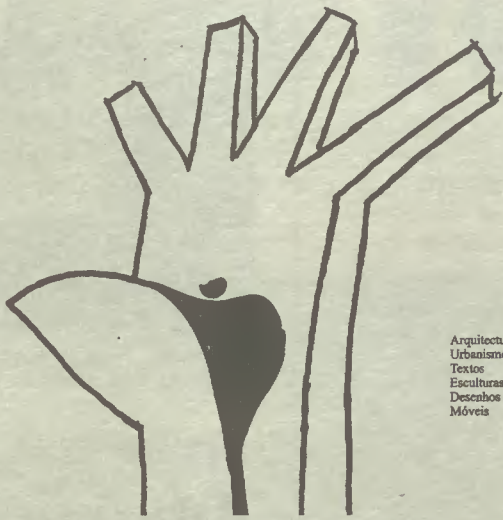
Desta vez o destaque vai para um livro. Que mostra, com a palavra e a imagem, uma obra de vulto - a de Óscar Niemeyer, o arquitecto de Brasília e de muitas outras maravilhas que este criador duas vezes irmão - porque brasileiro e comunista - deixa a marcar o século. *Meu Sócia e Eu*, editado agora pela *Campo das Letras*, cujo texto aparece também em inglês nesta publicação, é um livro que reúne a arquitectura, o urbanismo, os textos, as esculturas, os desenhos e os móveis de Niemeyer, porque se trata de um artista de muitas artes.

Neste livro - escreve o autor dirigindo-se aos seus leitores portugueses -, apesar da liberdade plástica, total, que procuro praticar, vocês, meus irmãos portugueses, vão encontrar muita influência da sua velha arquitectura colonial, tão repetida em meu país.

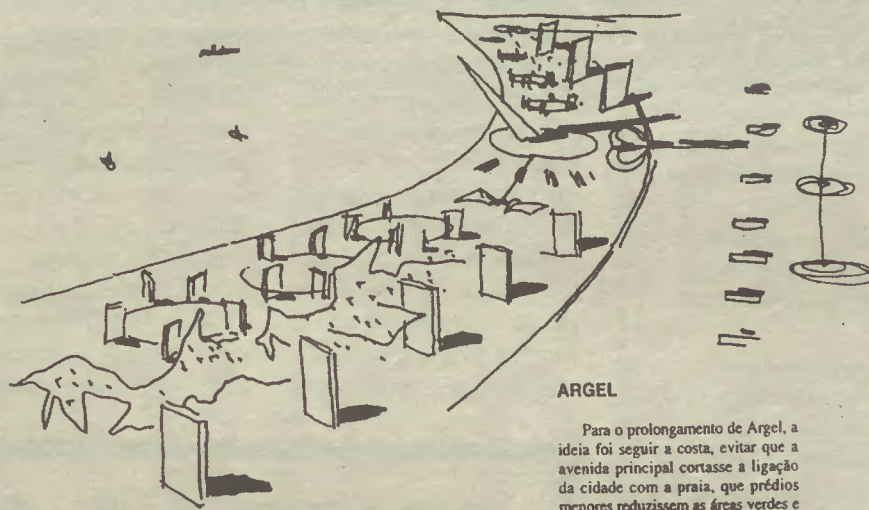
Refiro-me às velhas casas de fazenda, senhoriais, todas caídas de branco, com

suas largas varandas a protegerem e ampliam os espaços interiores. E, mais ainda, as belas igrejas barrocas nascidas com vocês aí em Portugal.

O resto é a minha arquitectura, os longos anos que passei debruçado na prancheta, mas sempre encontrando tempo para sentir a vida, a família, os amigos, este mundo que precisamos melhorar. Tudo isso que, para mim, é mais importante que a arquitectura.



Arquitectura  
Urbanismo  
Textos  
Esculturas  
Desenhos  
Móveis



ARGEL

Para o prolongamento de Argel, a ideia foi seguir a costa, evitar que a avenida principal cortasse a ligação da cidade com a praia, que prédios menores reduzissem as áreas verdes e estas cobertas de vegetação criando sombras e locais de estar e lazer.

E tudo isso levou a um urbanismo vertical. Imponente como a Capital da Argélia exigia.

## MÚSICA

## Concerto da Primavera

Numerosas iniciativas marcam as festividades relacionadas com as comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril. Na música também. E que melhor maneira de o fazer, neste âmbito, senão com um concerto promovido por uma colectividade popular? A *Sociedade Filarmónica União Artística Piedense* realiza, assim, no próximo dia 17 de Abril, o *Concerto da Primavera*. O concerto tem lugar nas instalações da colectividade, às 21.30 horas.

## Abril no Auditório Romeu Correia

Ainda no concelho de Almada, e também a comemorar os 25 anos de Abril, uma série de iniciativas promovidas pela *Câmara Municipal* tem lugar no *Auditório Romeu Correia*. Com destaque para o fado, levando ao público a voz inconfundível e a presença de Carlos do Carmo nos dias 9 e 10 do corrente, às 21.30 horas.

Ainda no *Auditório Romeu Correia* e a comemorar Abril, outra vez que ajudou Abril a romper - a do saudoso Adriano Correia de Oliveira, no programa *Cantar Liberdade*, uma homenagem ao artista que tem lugar no dia 22, também às 21.30. À mesma hora, no dia seguinte, um espectáculo musical com Manuel Freire.



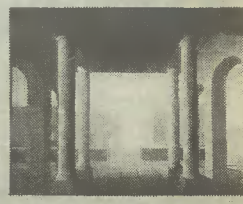
## JAZZ

## Loures Jazz

Começou na segunda-feira e prolonga-se até 11 de Abril, a sétima edição do *Loures Jazz*, com a abertura de mais uma *workshop*, «destinada a jovens instrumentistas, amadores ou profissionais, interessados na consolidação de conhecimentos teórico-práticos no domínio deste género musical». A *workshop*, organizada pela *Câmara Municipal*, tem lugar no cinema da *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures* e conta com o apoio pedagógico do *Hot Clube de Portugal*. No final, dia 11, está marcado um concerto de encerramento com alunos e professores - nomeadamente com a participação de João Moreira e Bernardo Vieira, Vasco Agostinho, Carlos Vieira, Nelson Cascais e Paula Oliveira. Destaque ainda para os concertos a realizar no âmbito da *Loures Jazz*, entre 9 e 17 de Abril, com o *Quarteto de Jorge Reis*, o grupo *Reeboppers*, a *Big Band do Hot Club* e o *Trio de Markowitz*.

## LIVROS

Alberto Ferreira  
**Deambular**  
ao Lusco-Fusco



## Deambular ao Lusco-Fusco

Alberto Ferreira, cuja já vasta obra publicada se iniciou em 1954 no âmbito do ensaio (*Condições do Pensamento Moderno*) e se tem remetido para o silêncio mais vezes do que os seus leitores mais fiéis gostariam, parece agora ter recuperado o fôlego, com a publicação, em um ano, de dois romances - *Viagem no Reino da Mediocracia*, em 1998, e este de que hoje falamos, *Deambular ao Lusco-Fusco*, editado pela *Escritor*. É aliás o seu quarto romance, área em que se estreou com o retumbante *Diário de Édipo*, em 1965. Trata-se - hoje como então - de uma particular simbiose entre a ficção e a reflexão filosófica, muito à maneira da escrita deste autor cujo novo livro daqui se saúda.

José Leon Machado

## O Guerreiro Decapitado



## O Guerreiro Decapitado

O Século I da nossa era e a ficção do que no território que hoje é Portugal aí se reconstrói, tem sido objecto, nos últimos anos, de algumas felizes «revisitações». Esta «viagem» também a faz agora este jovem autor, José Leon Machado, um bracarense, licenciado em Humanidades pela Faculdade de Filosofia de Braga, Mestre em Literatura Comparada e a caminho do doutoramento. Bom lugar e bom apetrecho - com o talento a ajudar - para olhar Brácar Augusta e o povo que aí vivia então, com os olhos de hoje, construindo uma história de amor e de poder, uma história de amores proibidos entre um jovem romano e uma indígena das terras que haviam de ser Portugal. *O Guerreiro Decapitado* é uma edição da *Campo das Letras*.



## ÚLTIMAS

ATALHE  
DE FOICE

## A ignomínia

O milénio encerra com uma das grandes ignomínias perpetradas neste século pelo chamado «mundo ocidental» - tão grande, que ameaça produzir consequências inimagináveis no futuro imediato de toda a Humanidade. Diga-se, de uma vez por todas, que os bombardeamentos sobre a Jugoslávia não foram desencadeados pela recusa desta em acatar um ultimato intolerável da NATO.

A NATO é que lançou um ultimato em termos deliberadamente intoleráveis, para conseguir um pretexto para os bombardeamentos.

Pelo que esta declaração de guerra, decidida por uma aliança «defensiva» de duas dezenas de países contra um que em nada hostilizou qualquer dos seus membros, foi um acto de agressão tão friamente premeditado como o do lobo da fábula ao matar o cordeiro porque este, ou o pai dele, lhe poluíram a água do regato.

Quanto à moldura humanitária em que os agressores encaixilharam o seu ultimato, daria vontade de rir se não estivesse já a provocar tantos valés de lágrimas. Basta comparar a situação do Kosovo antes dos ataques da NATO com a tragédia que, sobre a região, se abateu em pouco mais de uma semana de bombardeamentos.

Só que a tragédia está no princípio e a sua amplitude não tem fim. Num jogo de espelhos sinistro, a única certeza que se tem é que nada é o que parece. Pior: tudo deixou de ser o que parecia.

A NATO «parecia» uma aliança defensiva e guardiã dos sagrados valores da democracia ocidental mas, de uma penada, rasgou a sua própria carta de princípios atacando um país que não hostilizara qualquer dos seus membros, sepultou a ONU e o Conselho de Segurança com pazadas de desprezo, violou todas as regras e princípios de que se afirmava o garante e afirmou-se um instrumento totalitário e letal.

A NATO «parecia» uma aliança militar entre uma vintena de países e provou, na brutalidade dos factos, ser um mero instrumento de agressão planetária ao serviço dos dirigentes dos EUA.

A NATO «parecia» um espaço de afirmação dos poderosos da Europa a ombrear com o titã americano e revelou-se, na baixa da agressão à Jugoslávia, um lupanar de chauvinismos às ordens de um imperialismo psicopata. A agressão à Jugoslávia «parecia» o último recurso numa aliança tolerante e revelou-se o primeiro crime dum projecto fora-da-lei.

A guerra à Jugoslávia «parecia» uma cruzada redentora ao serviço dos princípios e está a desenrolar-se como uma operação de extermínio de um país.

A ofensiva contra a Jugoslávia «parecia» uma punição devastadora de um ditador e, em poucos dias de bombardeamentos, juntou à sua volta amigos, inimigos, um povo inteiro.

O bombardeamento da Jugoslávia «parecia» a salvaguarda da etnia albanesa do Kosovo e transformou-a, em poucos dias de bombardeamentos, numa aterradora multidão de párias.

O ataque à Jugoslávia «parecia» um acto pacificador e acendeu o rasilho dum barril de pólvora do tamanho da Europa.

No meio de tudo isto, os mais altos responsáveis do poder em Portugal envolveram à sorrelfa o país nesta ignomínia, levando-o a participar activamente na guerra contra um país e um povo com que temos seculares relações de amizade e cooperação e com quem, jamais, surgiu a sombra de um contencioso.

Em nome dos «compromissos» para com uma aliança que nunca hesitou em ignorar ou espezinhar os interesses nacionais, sem consultar as instituições a que está subordinado ou os parceiros políticos a que deve solidariedade nacional, sem auscultar o país ou informar o povo, este Governo tão dialogante, tolerante e outras qualidades em «ante» produziu a façanha de levar Portugal a declarar guerra a um país europeu, pela primeira vez em mais de oito séculos de História.

Pois que fique na História.

E anote-se que o dialogante, tolerante (e outras qualidades em «ante») Primeiro-Ministro António Guterres só 10 dias depois se dignou dirigir-se ao país para, oficialmente, o informar que estava em guerra com a Jugoslávia.

Num discurso, aliás, onde pareceu mais preocupado em reprimir o seu conhecido tique de ajeitar a melena, que em mobilizar com nada os seus edifícios retóricos.

■ Henrique Custódio



Os trabalhadores da Administração Pública tiveram forte participação na acção da CGTP de 25 de Março (foto do desfile na Avenida da Liberdade)

## Promessas acabam em arrogância Administração Pública manifesta-se amanhã

«Fartos de promessas, exigimos mudanças», vão dizer amanhã à tarde, em Lisboa, milhares de trabalhadores da Administração Local e da Função Pública.

A concentração está marcada para as 15 horas, no Marquês de Pombal.

Em plenário, vai ser colocado à aprovação um documento — que se destina a ser entregue aos grupos parlamentares e ao primeiro-ministro, após um desfile até São Bento — contendo as principais reivindicações dos trabalhadores e lembrando as promessas eleitorais e os compromissos assumidos pelo actual Governo, os quais «ao invés de serem cumpridos, têm vindo a dar lugar à arrogância» - afirmam, em nota de imprensa divulgada anteontem, os promotores da manifestação.

«Só para quem trabalha é que não há dinheiro?», interrogam as direcções dos sindicatos da Função Pública do Sul e Açores, dos Trabalhadores do Município de Lisboa e da Administração Local, recordando que «ao Orçamento Geral do Estado foram retirados cerca de 300 milhões de contos para a diminuição de impostos sobre os lucros das empresas».

As direcções do STAL, do STML e do STFPSA declaram a intenção de prosseguir a luta «por salários justos, por

carreiras dignas, pelo emprego seguro, pelo suplemento de risco, pela eliminação do diferencial entre o índice 100 e o salário mínimo nacional, por serviços públicos de qualidade, pela Segurança Social e direitos, contra o pacote laboral».

Os sindicatos consideram que «a política pode e deve ser diferente» e que «o Governo, embora com atraso, ainda pode e deve mudar de atitude». Quanto às propostas sindicais, salientam que elas são «justas e realistas», ao apontarem para a correcção de injustiças e distorções no actual sistema de carreiras e para uma garantia de dez pontos de valorização para todos os trabalhadores em 1999.

## Eleições'99 Sábado, Encontro Nacional

O PCP vai realizar, no próximo sábado, dia 10 de Abril, um Encontro Nacional de Quadros para discutir as eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República.

Sob o lema «Reforçar o PCP e a CDU nas Eleições'99», o Encontro decorrerá na Sala Europa do Hotel Altis, entre as 10.30 horas e as 18.00 horas e terá a presença do Secretário-geral do PCP.

Os trabalhos terão início com uma intervenção de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, seguindo-se-lhe dois painéis temáticos, o primeiro sobre as eleições para o Parlamento Europeu, até ao fim da manhã, e o segundo sobre as eleições para a Assembleia da República, até às 17.00 horas.

Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU às eleições para o PE, e Carlos Carvalhas farão as intervenções de encerramento do Encontro.

# CONTRA A GUERRA

Os abaixo assinados repudiam veementemente a guerra desencadeada pela NATO contra a Jugoslávia e alertam para o perigo para a paz mundial:

Reclamam o fim da guerra e apelam a solução política que tenha em conta a soberania e integridade territorial da Jugoslávia e o respeito pelos direitos das minorias nacionais.

Alexandre Falcão (Actor); Alfredo Flores (Presidente da Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio); Alfredo Maia (Jornalista); Alice Jorge (Artista Plástica); Alice Vieira (Escritora); Aníbal Lima (Violinista); António Borges Coelho (Historiador); António Cluny (Procurador Geral Adjunto); António Esteves (Médico); Arminda Carvalho da Fonseca (Presidente da Associação Portugal Cuba); Artur Galdes (Investigador Científico); Artur Ramos (Cineasta); Cândido Mota (Locutor); Carlos do Carmo (Músico); Carlos Guerra (Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Académica de Lisboa); César Príncipe (Jornalista); Correia da Fonseca (Crítico de TV); Diana Andringa (Jornalista); Eduardo Chitas (Professor Universitário); Elsa César (Artista Plástica); Frederico Carvalho (Investigador Científico); Isabel Cabral (Artista Plástica); João Cunha e Serra (Presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação); Jorge Alarcão (Professor Universitário); Jorge Cadima (Professor Universitário); Jorge Veiga (Professor Universitário); José Barata Moura (Reitor da Universidade Clássica de Lisboa); José Colaço (Tradutor); José Goulão (Jornalista); José Manuel Mendes (Presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores); José Morgado (Professor Universitário); José Peixoto (Encenador); José Saramago (Escritor, Prémio Nobel da Literatura 98); Luis Folhadela (Jornalista); Luis Monteiro Baptista (Médico); Manuel Carvalho da Silva (Coordenador da CGTP/ Intersindical); Manuel Dias (Jornalista); Manuel Souto Teixeira (Médico); Maria Amélia Nápoles Guerra (Farmacêutica); Maria do Céu Guerra (Artista); Maria Clementina Diniz (Psicóloga); Maria Helena Mira Mateus (Professora Universitária); Maria Teresa Horta (Escritora); Mário Carvalho (Escritor); Mário Castrim (Escritor); Mário Sotomayor Cardia (Professor Universitário); Morais e Castro (Actor); Orlando da Costa (Escritor); Oscar Lopes (Professor Universitário); Papiniano Carlos (Escritor); Paulo Sucena (Presidente da FENPROF); Rodrigo Cabral (Artista Plástico); Rogério Fernandes (Professor Universitário); Rosa Coutinho (Almirante); Ruben de Carvalho (Jornalista); Rui Godinho (Presidente da Direcção Associação Académica de Lisboa); Rui Namorado Rosa (Professor Universitário); Rui Osório (Jornalista); Silas Cerqueira (Investigador); Urbano Tavares Rodrigues (Escritor); Vasco Gonçalves (General); Viale Moutinho (Escritor) - entre muitos outros

## Paz sim! NATO não! Concentração- vigília

Ao apelo do Conselho Português para a Paz e Cooperação, vai realizar-se hoje, quinta-feira, das 18 às 22 horas, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, no Palácio de São Bento, em Lisboa, uma concentração-vigília. Esta iniciativa do CPPC visa manifestar o repúdio pela guerra que a NATO move contra a Jugoslávia e pela participação de Portugal no conflito, e exigir o fim da guerra, a retirada das tropas portuguesas e uma solução política do conflito.

